



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

MARTA DOS ANJOS QUEIRÓZ QUARESMA

**PRÁTICAS EDUCATIVAS AMBIENTAIS EM ESCOLAS MUNICIPAIS  
DE PORTO VELHO, RO**

Porto Velho - RO  
2024

**MARTA DOS ANJOS QUEIRÓZ QUARESMA**

**PRÁTICAS EDUCATIVAS AMBIENTAIS EM ESCOLAS MUNICIPAIS  
DE PORTO VELHO – RO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Acadêmico em Educação da Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, *Campus* Porto Velho, como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação.

**Orientador:** Prof. Dr. Clarides Henrich de Barba.

**Linha de Pesquisa:** Políticas e Gestão Educacional.

Porto Velho - RO  
2024

Catálogo da Publicação na Fonte  
Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR

---

Q1p Quaresma, Marta Dos Anjos Queiroz.  
Práticas Educativas Ambientais em Escolas Municipais de Porto Velho-RO. -  
Porto Velho, 2024.

164f.: il.

Orientação: Prof. Dr. Clarides Henrich de Barba.

Dissertação (Mestrado), Programa de Pós- Graduação Mestrado  
Acadêmico em Educação- Núcleo de Ciências Humana, Fundação  
Universidade Federal de Rondônia.

1. Educação Ambiental Crítica. 2. Práticas educativas. 3. Escolas Municipais. 4.  
Amazônia. 5. Porto Velho. I. Barba, Clarides Henrich de. II. Título.

Biblioteca de Porto Velho

CDU 37:504(811.1)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

## PRÁTICAS EDUCATIVAS AMBIENTAIS EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE PORTO VELHO-RO

### FOLHA DE APROVAÇÃO DE MARTA DOS ANJOS QUEIRÓZ QUARESMA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – Mestrado Acadêmico em Educação, vinculado ao Núcleo de Ciências Humanas-NCH, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), na linha de pesquisa 2: Políticas e Gestão Educacional, como requisito para obtenção do grau de Mestra em Educação.

**Data da Aprovação:** 15/04/2024

Prof. Dr. Clarides Henrich de Barba  
(Orientador/Presidente da Banca Examinadora-PPGE/UNIR)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Maria Rodrigues Uchôa  
(Examinadora Interna Titular- PPGE/UNIR)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tânia Suely Azevedo Brasileiro  
(Examinadora Externa Titular-PGEDA/UFOPA)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Aparecida Aparecida Antero  
(Membra Examinadora suplente interna - PPGE/UNIR)  
Porto Velho-RO, 15 de abril de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **CLARIDES HENRICH DE BARBA, Docente**, em 11/05/2024, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA MARIA RODRIGUES UCHOA, Docente**, em 11/05/2024, às 13:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tania Suely Azevedo Brasileiro, Usuário Externo**, em 14/05/2024, às 07:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA APARECIDA ANTERO CORREIA, Docente**, em 17/05/2024, às 09:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unir.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1762757** e o código CRC **0EFCAF41**.

## **AGRADECIMENTOS**

A trajetória no Mestrado permitiu longas reflexões que me levou a perceber as oportunidades de amadurecimento que a pós-graduação proporciona. Ao finalizar mais uma etapa de aprendizado, sinto-me lisonjeada pelo caminho que trilhei.

Sonhei muito com esse momento de poder chegar até esta página e redigir meus sinceros agradecimentos. Nessas linhas quero deixar um pouco de mim, e agradecer a todos que me ajudaram a chegar até aqui.

Quero agradecer primeiramente ao Deus da minha vida, que escolhi como sustentáculo da minha fé. Meus esforços seriam insuficientes para escalar montes e chegar até o cume e vislumbrar a vitória, se não fosse Ele, que tivesse me sustentado em todos os momentos.

Manifesto minha gratidão ao meu esposo Amenófes Quaresma, que caminhou lado a lado comigo, dividindo os desafios impostos de cada etapa dessa conquista. Obrigada por ser esse esposo tão companheiro e compreensível!

Aos meus pais Maria dos Anjos Queiróz e Raimundo Chaves Queiróz, que vibravam comigo em cada desafio superado. Obrigada, minha mãe, porque sou fruto de suas orações, obrigada, papai, por sempre ter me auxiliado no que estava em seu alcance.

Aos meus irmãos Iremar, José Carlos, Rogério, Magna e Marcos, meus sinceros agradecimentos.

A minha sogra, Lucimar França, que sempre tinha uma palavra de incentivo, minha gratidão.

Agradeço ao meu Orientador professor Dr. Clarides Henrich de Barba, obrigada pela trajetória que fizemos até aqui, que o Deus Eterno o recompense por tudo!

Deixo aqui minha gratidão as contribuições da Banca de qualificação e defesa: Dra. Tânia Brasileiro, Dra. Márcia Uchoa e Dra. Viviane Vital e Dra. Maria Aparecida Antero Correia.

Deixo meus sinceros agradecimentos à Universidade Federal de Rondônia, que me oportunizou a realizar o sonho do mestrado. Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), meu muito obrigada!

Não poderia deixar de agradecer a duas companheiras: Bianca Mendes e Keila, sou muito agradecida a vocês, meninas, pois sempre foram tão receptivas e bondosas para comigo, minha gratidão!

Por fim, meu sentimento é de gratidão por este momento!

QUARESMA, Marta Queiróz dos Anjos. **Práticas educativas ambientais em escolas Municipais de Porto Velho - RO**. 2022, 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação). - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Universidade Federal de Rondônia-UNIR, Porto-Velho, 2024.

### RESUMO

Esta pesquisa tem como problema: “como a Educação Ambiental é desenvolvida pelas professoras nas Escolas Municipais de Porto Velho”? O objetivo é o de analisar como os professores das Escolas municipais de Porto desenvolvem a Educação Ambiental no ambiente escolar. A abordagem metodológica foi a pesquisa qualitativa com ênfase na observação, descrição qualitativa das entrevistas e análise documental. A coleta dos dados desenvolveu-se pela análise bibliográfica em temas de Educação Ambiental, no campo das políticas públicas e das práticas educativas em autores da Educação Ambiental crítica: A pesquisa descritiva foi realizada em duas escolas, a saber: EMEI Odília Pereira de Oliveira II e EMEIEFL Flor de Laranjeira do Município de Porto Velho e na Secretaria Municipal de Educação (SEMED) por meio de observações do cotidiano escolar e realização de entrevistas com 12 professores da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental das escolas pesquisadas, no período de setembro a dezembro de 2023. Foram realizadas análise documental (PPP, planejamento das professoras, Currículo Priorizado, Organizador Curricular e documentos da Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho), e análise de projetos políticos pedagógicos de duas escolas de Porto Velho/ RO. Os dados foram analisados com base na Educação Ambiental Crítica e gerou cinco categorias: 1) Eixo da Compreensão de Educação Ambiental na Escola a partir da percepção das professoras entrevistadas; 2) Documentos que direcionam a Educação Ambiental a partir da percepção dos pesquisados; 3) Relação teoria e prática da Educação Ambiental nas Escolas estudadas; 4) Planejamento e execução de práticas educativas de Educação Ambiental nas Escolas; 5) Práticas educativas nos espaços das salas de aula das Escolas. Os resultados evidenciam que os Professores utilizam práticas conservadoras ou pragmáticas, muitos desconhecem a Lei Política Nacional de Educação Ambiental. As dificuldades apresentadas estão relacionadas a falta de material didático no trabalho pedagógico; sobrecarga de trabalho; ausência de capacitação dos professores, a Educação Ambiental não ser tratada como interdisciplinar. As análises apontam para a relação entre teoria e prática da Educação Ambiental e no PPP da Escola estão integradas no currículo em forma de projetos, horas cívicas, datas comemorativas, palestras e variadas atividades pontuais. As Professoras desenvolvem atividades utilizando o livro didático, participam de projetos da Escola e desenvolvem atividades por meio de vídeos, aulas participativas com temas ambientais por meio de rodas de conversa com os alunos. Verificou-se a falta de processo formativo das professoras a respeito da Educação Ambiental Crítica, reflete nas práticas da sala de aula e nas demais atividades educativas ambientais.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental Crítica. Práticas educativas. Escolas Municipais. Amazônia. Políticas Públicas e Gestão Educacional

QUARESMA, Marta Queiroz dos Anjos. **Environmental educational practices in municipal schools in Porto velho - RO**. 2022, 163 f. Dissertation (Master's in Education) - Stricto Sensu Postgraduate Program in Education, Federal University of Rondônia-UNIR, Porto-Velho 2024

### **ABSTRACT**

This research has the problem: “how is Environmental Education developed by teachers in the Municipal Schools of Porto Velho”? The objective is to analyze how teachers from Porto's municipal schools develop Environmental Education in the school environment. The methodological approach was qualitative research with an emphasis on observation, qualitative description of interviews and documentary analysis. The methodological approach was qualitative research with an emphasis on observation, qualitative description of interviews and documentary analysis. Data collection was developed through bibliographic analysis on Environmental Education themes, in the field of public policies and educational practices in critical Environmental Education authors. The descriptive research was carried out in two schools, namely: EMEI Odília Pereira de Oliveira II and EMEIEFL Flor de Laranjeira in the Municipality of Porto Velho and at the Municipal Department of Education (SEMED) through observations of daily school life and interviews with 12 teachers of early childhood education and the initial grades of elementary education in the schools researched, from September to December 2023. Document analysis was carried out (PPP, teachers' planning, Prioritized Curriculum, Curricular Organizer and documents from the Municipal Department of Education of Porto Velho ), and analysis of political pedagogical projects at two schools in Porto Velho/RO. The data was analyzed based on Critical Environmental Education and generated five categories: 1) Axis of Understanding Environmental Education at School based on the perception of the teachers interviewed; 2) Documents that guide Environmental Education based on the perception of those researched; 3) Relationship between theory and practice of Environmental Education in the schools studied; 4) Planning and execution of educational practices for Environmental Education in Schools; 5) Educational practices in school classroom spaces. The results show that Teachers use conservative or pragmatic practices, many are unaware of the National Environmental Education Policy Law. The difficulties presented are related to the lack of teaching material in pedagogical work; work overload; In the absence of teacher training, Environmental Education is not treated as interdisciplinary. The analyzes point to the relationship between theory and practice of Environmental Education and the School's PPP is integrated into the curriculum in the form of projects, civic hours, commemorative dates, lectures and various specific activities. The Teachers develop activities using the textbook, participate in School projects and develop activities through videos, participatory classes with environmental themes through conversation circles with students. There was a lack of training process for teachers regarding Critical Environmental Education, reflected in classroom practices and other environmental educational activities.

**Keywords:** Critical Environmental Education. Educational practices. Municipal Schools. Amazon. Public Policies and Educational Management.



## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Mosaico de Homens em trabalho no Garimpo de Cassiterita .....	20
Fotografia 2 - Frente da EMEIEF Flor de Laranjeira .....	68
Fotografia 3 - Frente da EMEI Odília Pereira de Oliveira II .....	71
Fotografia 4 Produção dos alunos do 3º ano na Escola Flor de Laranjeira.....	114
Fotografia 5 - Desenho feito pela professora na Escola Flor de Laranjeira.....	116
Fotografia 6 - Alunos em pé refletindo sobre os benefícios das árvores - Escola Flor de Laranjeira .....	117
Fotografia 7 - Crianças regando a horta e utensílios na Escola Odília Pereira .....	119
Fotografia 8- Faixa e instrumento musical confeccionados com materiais recicláveis na Escola Odília Pereira II.....	120
Fotografia 9 - Lateral e área interna da Escola Flor de Laranjeira .....	124
Fotografia 10 - Mosaico de fotos da exposição de desenhos sobre o Dia da Árvore na Escola Flor de Laranjeira .....	125
Fotografia 11 - Maquetes da sala de aula nas Escola Flor de Laranjeira.....	126
Fotografia 12- Espaço interno e arredores na Escola Odília Pereira .....	126
Fotografia 13 - Projetos na Escola Odília Pereira II .....	127
Fotografia 14- Separação de cascas de frutas -Escola Odília Pereira II .....	129
Fotografia 15- Plantação na Escola Odília Pereira II.....	129
Fotografia 16- Visita de alunos na horta da Escola Odília Pereira II .....	130

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Formação de Professoras .....	73
Gráfico 2 - A respeito da Lei 9.795/1999 da Política Nacional da Educação Ambiental .....	80
Gráfico 3- Educação Ambiental no PPP da Escola .....	84
Gráfico 4 - Educação Ambiental integrada no currículo da Escola.....	92
Gráfico 5 - Dificuldades no desenvolvimento da Educação Ambiental na Escola .....	98
Gráfico 6 - Dificuldades em planejar Práticas Educativas voltadas a Educação Ambiental .....	102
Gráfico 7 -Trabalho das Professoras na prática da Educação Ambiental .....	106

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Macrotendências da Educação Ambiental .....	53
Quadro 2 - Estrutura Física da Escola EMEIEF Flor de Laranjeira .....	69
Quadro 3 - Estrutura Física da Escola EMEI Odília Pereira de Oliveira II .....	72
Quadro 4 - Perfil das professoras entrevistados .....	73
Quadro 5 - Instituição e ano do curso de formação.....	74
Quadro 6 - O que você entende por Educação Ambiental? Qual a importância? .....	75
Quadro 7 - Conhece a Lei 9.795/1999 e sua efetivação da EA no espaço no escolar? Quais? .....	81
Quadro 8 - No PPP da escola a Educação Ambiental está inclusa? Quais práticas educativas de Educação Ambiental são realizadas na escola? .....	85
Quadro 9 - Quais as possibilidades e dificuldades que você vê na relação entre teoria e a prática da Educação Ambiental? .....	89
Quadro 10 - Na escola em que você trabalha, como a Educação Ambiental está integrada ao currículo escolar e ao Projeto Político Pedagógico?.....	93
Quadro 11 - Quais são as maiores dificuldades a respeito do desenvolvimento da Educação Ambiental na sua escola? .....	99
Quadro 12 - Você tem dificuldade em planejar práticas educativas voltadas à Educação Ambiental? Quais? .....	103
Quadro 13 - Como você vem trabalhando a Educação Ambiental em sua prática? .....	106

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1- Localização da Escola EMEIEF Flor de Laranjeira .....	67
Mapa 2 - Localização da EMEI Odília Pereira de Oliveira II.....	70

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPPEA	Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental.
ANPEd	Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BASA -	Banco da Amazônia
CAERD	Companhia de Água e Esgoto do Estado de Rondônia
CMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CQNUMC	Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
COP	Conferência das Partes
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
COM-VIDA	Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola
CNIJAA	Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente
CJs	Coletivos Jovens
COE	Comissões Organizadoras Estaduais
CIEAS	Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CGEA	Coordenação Geral de Educação Ambiental
DEA	Diretoria de Educação Ambiental
EUA	Estados Unidos das Américas
ENCEA	Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental
EMEIEFL	Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Flor de Laranjeira
EMEIOPO	Escola Municipal de Ensino Fundamental Odília Pereira de Oliveira II
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IUCN	Encontro Internacional para Conservação da Natureza
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MOP3	Reunião das Partes do Protocolo de Quioto
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONU	Organização das Nações Unidas
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
ProNea	Programa Nacional de Educação Ambiental
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROAFEM	Programa de Apoio Financeiro as Escolas Municipais
PMAE	Programa de Alimentação Escolar
PDDE	Programa Dinheiro Direto Na Escola
RCRO	Referencial Curricular de Rondônia
REBEA	Rede Brasileira de Educação Ambiental
REJUMA	Rede da Juventude pelo Meio Ambiente

SUDAM Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia  
SEMED Secretaria Municipal de Educação  
SISNAMA Sistema Nacional de Meio Ambiente  
TEASS - Tratado da Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e  
Responsabilidades  
UCs Unidades de Conservação

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	14
1.1 APRESENTAÇÃO, PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS .....	14
1.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS E ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA .....	22
<b>2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b> .....	25
2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNDO .....	25
2.2 PERCURSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL .....	36
<b>3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PRÁTICA EDUCATIVA</b> .....	51
3.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CARACTERÍSTICAS E TENDÊNCIAS .....	51
3.2 O TRABALHO EDUCATIVO NAS PRÁTICAS AMBIENTAIS .....	58
<b>4. O TRABALHO EDUCATIVO AMBIENTAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PORTO VELHO – RO</b> .....	67
4.1 DESCRIÇÃO DAS ESCOLAS ESTUDADAS .....	67
4.2 COMPREENSÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA VISÃO DAS PROFESSORAS .....	73
4.3 PERCEPÇÃO DAS PROFESSORAS EM RELAÇÃO AOS DOCUMENTOS QUE DIRECIONAM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA .....	80
4.4 TEORIA E PRÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS INVESTIGADAS .....	89
4.5 PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS AMBIENTAIS NA ESCOLA .....	101
<b>5. PRÁTICAS EDUCATIVAS NO AMBIENTE DAS SALAS DE AULA</b> .....	112
5.1 PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA EMEIEFL FLOR DE LARANJEIRA .....	112
5.2 PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA ODÍLIA PEREIRA II .....	119
5.3 OBSERVAÇÕES REALIZADAS NOS ESPAÇOS DAS ESCOLAS INVESTIGADAS .....	123
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	131
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	135
<b>APÊNDICES</b> .....	146
APÊNDICE A - TERMO DE ACEITE DO ORIENTADOR .....	147
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ASSISITIDO .....	148
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA .....	151
<b>ANEXOS</b> .....	153
ANEXO A - APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA DE PESQUISA .....	154
ANEXO B - CARTA DE ANUÊNCIA .....	162
ANEXO C - TERMO DE CONCORDÂNCIA DE IMAGEM 1 .....	163
ANEXO D – TERMO DE CONCORDÂNCIA DE IMAGEM II .....	164

## 1. INTRODUÇÃO

Esta seção apresenta sucintamente a minha história de vida, a problemática da pesquisa, os objetivos desenvolvidos, a metodologia da pesquisa e apresentação das seções relacionados ao contexto da Educação Ambiental.

### 1.1 APRESENTAÇÃO, PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS

Com a importância do saber ambiental no espaço escolar é pertinente contextualizar parte de minha trajetória. Para iniciar, quando criança, a docência já me encantava, lembro-me de que, entre meus nove a dez anos de idade, uma das minhas brincadeiras prediletas era encenar uma sala de aula, tendo como alunos meus irmãos menores. Minha trajetória de estudos foi em escola pública. Comecei a trabalhar aos doze anos de idade, e, por um certo tempo, parei meus estudos.

Ao retomar os estudos, o desejo era fazer o Magistério, porém, na época, eram bem concorridas as vagas no Instituto Estadual “Carmela Dutra” (Porto Velho,RO) então fui cursar na modalidade de supletivo o ensino médio e, depois de algumas tentativas de ingresso no magistério, consegui sucesso. Foi uma trajetória que exigiu determinação e foco, pois trabalhava o dia todo, do trabalho já seguia para a Escola, mas foi um período encantador, cheio de sonhos e expectativas. No ano de 2001, conclui o magistério, nesse mesmo ano prestei o concurso público da Prefeitura de Porto Velho para professora e fui aprovada tomando posse no início do ano de 2002.

inicie a trabalhar como professora com crianças de séries iniciais do ensino fundamental na Escola Municipal Joaquim Vicente Rondon, permanecendo até os dias atuais. No ano de 2006, fui convidada pela diretora da Escola para auxiliar na implantação do Laboratório de Ciências e atuar como professora nesse espaço. Foi desafiador, havia apenas um espaço que servia como depósito, alguns materiais pedagógicos, muitos quebrados. O conhecimento a respeito da funcionalidade de um laboratório de ciências na Escola era algo ainda a ser construído. No entanto, tinha o desejo de fazer aproximações dos conhecimentos científicos, presentes nos livros didáticos, com a realidade do aluno, de modo a auxiliar nas aulas de ciências tornando-as mais prazerosas para os alunos.

Com esforço e algumas dificuldades, foi iniciado o projeto, as dificuldades como a ausência de formação, a resistência de alguns professores a engajar-se no projeto



e planejar as aulas práticas. Mesmo assim, tentávamos fazer o conhecimento ser mais significativo para o estudante ainda nas séries iniciais do ensino fundamental.

Os anos se passaram, houve a necessidade de aprimorar meus conhecimentos, de ingressar no ensino superior; porém, depois de alguns anos sem estudar, tentei ingressar na Universidade Federal de Rondônia. Não consegui. Fui então cursar Biologia em uma instituição privada, mas, por não conseguir me manter financeiramente, interrompi os estudos. Particpei, mais uma vez do processo seletivo da Universidade Federal de Rondônia, em parceria com Secretaria Municipal de Educação (SEMED), ingressei no curso de Ciências Naturais e Biologia.

Com o sentimento de formação continuada, almejei o Mestrado e, no processo seletivo do PPGE/2021, da Universidade Federal de Rondônia, ingressei no programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – Mestrado Acadêmico, que me oportunizou pensar na pertinência do saber ambiental ser concretizado no ambiente escolar de maneira dialógica e dialética permitindo a construção de conexões entre o ser humano e a sociedade.

Assim, fui refletindo a respeito das questões ambientais que permeiam a realidade que se apresenta para todos nós. Na trajetória da humanidade percebe-se uma visão de como os seres humanos lidam com o meio ambiente. No século XXI, vivencia-se, de maneira progressiva, uma amplificação em que a globalização é uma parte desse processo no que se refere ao panorama ambiental, cujo cenário envolve o contexto industrial e se caracteriza como mais uma ocorrência arraigada nas bases neoliberal, tanto o fato da confederação territorial nacional aparece como suporte ao capitalismo.

Sobre essa questão, Raymundo *et al* (2019) percebem que o Estado Nacional parte de uma visão analítica dos desdobramentos ocorridos no tecido social, e as bases que compõem essa estrutura desalinha-se sobre a influência do neoliberalismo.

O alcance de um entendimento sobre sustentabilidade é imprescindível. Assim, ao colocar a humanidade em condição que seja possível debater a relação do ser humano e meio ambiente, fomentando o envolvimento no âmbito global para que a humanidade perceba o quanto todos estão envolvidos e interligados nesse sistema e reflita na importância da construção de um modelo de desenvolvimento voltado à sustentabilidade, partindo de um princípio dialógico, de um mesmo âmbito mental, sendo possível ocorrer análises dentro de uma lógica capaz de completar-se, mas também de repelir-se.

Em virtude da importância que a Educação Ambiental representa na Escola e na comunidade, há possibilidades no que se refere ao confronto ou embates no campo do declínio que envolve os aspectos socioculturais. Segundo Sorrentino *et al* (2005), a Educação Ambiental apresenta-se com celeridade no que se refere ao triunfo diante do contexto injusto que envolve o cenário ambiental, o social e a maneira predatória que o capital se apropria do ambiente natural e do ser humano.

A Amazônia por muito tempo esteve blindada, tendo seus domínios protegidos pela coroa portuguesa, conforme a afirmação de Souza (2021, p.196):

A região Amazônica tinha permanecido fechada durante todo o período colonial. Uma vez conquistada, os portugueses foram rigorosos em manter as suas possessões longe dos olhares estrangeiros. E não apenas aos estrangeiros, mas também aos nacionais, já que para circular pelos rios era necessário ter uma autorização especial passada pelas autoridades do estado do Grão-Pará.

Para Souza (2021), em meados do ano 1870, a borracha ressurgiu no cenário amazônico com potencial econômico, porém, a região encontrava-se pouco habitada devido a episódios como a peleja acirrada do império, que tinha como política lutar contra a cabanagem, e as atrocidades resultantes do período longo de escravidão que os povos nativos vivenciaram. Nesse mesmo cenário, a população nordestina vivenciava uma situação econômica difícil devido a estiagem e a pobreza que assolavam a região, iniciou então um processo de migração sem nenhum planejamento que orientasse o deslocamento para a Amazônia.

Em nome de políticas de desenvolvimento anunciadas, observa-se a Amazônia privada de suas riquezas naturais, envolta no engano do agronegócio, que tem por discurso a sintonia entre produção e conservação do meio ambiente. Para Colares (2012), a região que compreende a Amazônia vivenciou no passado e no contexto do século XXI um cenário de diferentes modificações, dentre essas os ataques para a tomada de riquezas dessa região.

Os planos de desenvolvimento da região Amazônica tiveram propostas de progresso com raízes na desigualdade descortinada no transcorrer de toda a história; tais políticas não contemplaram um crescimento harmônico nos aspectos social e cultural como também nos naturais encontrados na região. Dessa forma, Rondônia também sofreu consideráveis impactos nos primórdios das buscas pela conquista da região que hoje é o estado de Rondônia (Silva, 1991). Nesse caos, os exploradores

encontraram povos nativos que habitavam as margens dos Rios Madeira, Mamoré e Guaporé, eram indígenas que tinham um modo de viver, segundo seus costumes, alguns violentos, outros nem tanto, no entanto, sabe-se que viviam à maneira de escravos (Teixeira e Fonseca, 2002).

A região rondoniense, que faz divisa com os rios Mamoré, Guaporé e Alto Madeira, foi alvo do domínio da Coroa Portuguesa. Ao ano de 1943, no dia 13 de setembro, após alguns entraves, recebeu a titulação de Território do Guaporé pelo Decreto de nº 5.812. Com a realização de algumas obras, como a inauguração das estradas de acesso nacional, a região despertou interesses em âmbito nacional pela localização estratégica e poder econômico que esta apresentava; diante disso, empreendeu-se um processo migratório para a região (Silva, 1991).

Atividades econômicas nesse tempo já marcavam presença na região, que era rica em recursos naturais. Teixeira e Fonseca (2002) mencionam algumas atividades como a pecuária que, veementemente, realizava desmatamento para a criação de gado, como também a indústria madeireira que, nesse tempo, já praticava desmatamento de grandes áreas.

Conforme Teixeira e Fonseca (2002), houve um crescimento populacional nos trechos da BR 364 com o desenvolvendo atividades agrícolas, como também nas regiões que predominavam as atividades de garimpo. No ano de 1982, em 4 de janeiro, o Território Federal de Rondônia tornou-se Estado, tendo como governador o Coronel Jorge Texeira.

De acordo com dados do IBGE (2022), Rondônia possui uma área territorial equivalente a 237.754.172 km<sup>2</sup>, com estimativa populacional em 1581.016 habitantes, com densidade demográfica de 6.65 hab/ km<sup>2</sup>. O Estado de Rondônia vivenciou ciclos econômicos que contemplaram um progresso assentado sobre a ausência de políticas públicas de sustentabilidade, havendo apenas a preocupação de desenvolvimento econômico.

Para melhor compreensão das problemáticas ambientais que circundam o Município de Porto Velho, cabe destacar o fato do Estado de Rondônia ser parte da Amazônia e palco de intensos interesses econômicos nacional e internacional, onde vários acontecimentos contribuíram para o processo de ocupação das terras rondonienses, tais como: Construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (1872-1912); Implantação dos Postos Telegráficos (1905-1915); e, Edificação da Rodovia BR 364.

A problemática da região rondoniense e, conseqüentemente, da cidade de Porto Velho, está relacionada à forma como ocorreram as políticas de ocupação. Corroborando com esse pensamento, Teixeira e Fonseca (2002) explicam que Porto Velho nasceu no ano de 1907, por ocasião da construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, quando a contratante “Madeira-Mamoré Railway Company” considerou a localidade com melhores condições para o desenvolvimento do empreendimento.

Na ocasião da construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, foram construídas edificações como residências, alojamentos, hospitais, entre outros. Com o passar do tempo, a área da Baixa União foi se formando, segundo os autores, na Avenida Divisória, aonde foi palco de construções muito simples e de aglomerados de pessoas que não faziam parte dos trabalhadores da Estrada de Ferro.

A sede administrativa, responsável por construir a ferrovia, ao se instalar, impulsionou o surgimento de novas construções nas redondezas, contribuindo para o surgimento da cidade de Porto Velho. Silva (1991, p. 47) menciona que:

Com a construção do Centro Administrativo da empresa construtora da ferrovia no antigo Porto Velho, logo nas imediações os trabalhadores iniciaram a construção de suas casas para o lado que dava para Santo Antônio. Em 1913 criava-se a Vila de Porto Velho, e já no dia 2 de outubro de 1914 era publicada a lei nº 756, criando o município de Porto Velho.

No desenrolar da história, o cenário migratório da população nordestina é exemplo disso e foi constante na ocupação do Estado, de maneira mais intensa em Porto Velho, permitindo a efetivação de um plano de governo para expandir o comércio da borracha com a exploração do trabalho do povo nordestino, que chegou na região na tentativa de melhores condições de vida, Teixeira (2020, p.192) corrobora afirmando que:

As secas sempre foram as maiores responsáveis pelos deslocamentos humanos na região do atual Nordeste, porém, um olhar mais acurado, nos apontará diversos outros problemas que contribuíram para que os camponeses locais migrassem, abandonando o campo e buscando, primeiramente, as cidades regionais. Sem outras opções, terminavam por migrar para qualquer

A cidade de Porto Velho, de acordo com Silva (1991) apresenta uma área plana com cerca de 105 metros de altitude, tendo como parâmetro as localidades do bairro Caiari, de clima equatorial úmido, com uma variação entre um ou dois meses secos,

uma vegetação de floresta latifoliada, porém, com o desmatamento desenfreado e outras ações degradantes ao meio ambiente, esse cenário tem sofrido modificações.

O município de Porto Velho possui arvoredo com predominância de diversas espécies, como a Andiroba (*carapa guiamensis*), o Cedro (*cedrelo adorata*) e a Copaíba (*Copaifua langsdorfii*), assim como outras espécies de grande importância comercial. A capital do estado de Rondônia é privilegiada nas proximidades e conta com o importante Rio Madeira, que corre junto ao Município, tendo sua formação a partir do encontro dos Rios Beni, Mamoré e Guaporé. (Silva, 1991).

Porto Velho, segundo dados do IBGE (2022), tem uma população de 460.413 pessoas. Com área territorial equivalente a 34.090, 952 Km<sup>2</sup>, densidade demográfica de 13,51 habitantes por quilômetros quadrados, apresenta uma área urbanizada de 143,09 km<sup>2</sup>, conforme o censo (IBGE, 2019). Com relação ao Meio Ambiente, Porto Velho, em consulta ao IBGE (2010), apresentou o esgotamento sanitário adequado equivalente a 42,8%, com relação à arborização de vias públicas, apresenta o percentual de 40%, a urbanização de vias públicas de 21,7%, apresenta ainda o percentual de 5.393 pessoas expostas ao risco.

A respeito do processo de colonização da Amazônia, Becker (2001) pontua que, nos anos de 1966 a 1985, o Estado de Rondônia deu a largada para a fase de apropriação da região amazônica, apoiado por projetos que visavam contemplar os aspectos do contexto nacional; nessa ocasião, o objetivo era minimizar conflitos de caráter nacional nas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, com esse intento, alguns feitos mirabolantes auxiliaram na sustentação dos planos de posse da Amazônia, a exemplo disso tem-se a conversão do Banco de Crédito da Borracha em Banco da Amazônia (BASA), como também a modificação da antiga Superintendência para Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) nesse mesmo período, houve a instauração da Zona Franca de Manaus, caracterizada por atividade de cunho econômico fixado nos redutos do extrativismo.

Neste caso, na região amazônica tem suas bases concretizadas no capitalismo, nos grandes empreendimentos, a exemplo disso, a Companhia Vale do Rio Doce, Mineração do rio Norte, que trazem como propostas a busca e escoamento do mineral retirado da região, resultando em prejuízos socioambientais (Picoli, 2006).

A problemática ambiental na cidade de Porto Velho está intimamente ligada a vários fatores, como o processo de colonização do Estado de Rondônia,

desmatamentos, crescimento do Agronegócio com o gado e a ampliação do plantio da soja de modo desordenado, além da falta de fiscalização, controle dos problemas ambientais, além do aprimoramento da gestão ambiental por parte do Estado de Rondônia, e do município de Porto Velho.

Conforme Maciel (2012), o estado de Rondônia apresentava características totalmente extrativistas, a produção que movimentava a economia era basicamente a borracha, castanha, ouro e a cassiterita, sendo a borracha o destaque nos anos 1950 e a cassiterita nos anos 1960. Nessa época, tanto a agricultura como a pecuária não eram o destaque econômico; esse cenário revela uma economia extrativista, porém não pautada na dinâmica do capital. Segundo o autor, nessa época, tanto a agricultura quanto a pecuária não eram o destaque econômico.

A seguir, na fotografia 1, apresenta-se um mosaico de fotos do garimpo de extração de cassiterita em meados de 1984:

**Fotografia 1** – Mosaico de Homens em trabalho no garimpo de cassiterita em Campo Novo/ RO (1984)



**Créditos:** Raimundo Chaves Queiróz e Iremar dos Anjos Queiroz (1984).

O Estado de Rondônia e outros estados da região amazônica brasileira fizeram parte de ações do Governo Federal por meio de políticas de colonização como o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, (POLOAMAZÔNIA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que concentrou esforços para resolver problemas políticos e econômicos com o propósito de estabelecer conexão da Amazônia e demais regiões do Brasil. A estrutura dessa iniciativa apresentava tanto seus aspectos territoriais quanto as riquezas naturais,

porém, desconsiderando as peculiaridades da região, não calculando os efeitos danosos ao longo do processo de colonização.

Para Maciel (2012), Rondônia foi apropriada por trabalhadores, na sua maioria, das regiões Sul e Sudeste; estes contemplaram a modificação do espaço natural da Amazônia, a exemplo disso, os seringais foram substituídos por pastagens e agricultura. O meio de transporte antes fluvial, agora rodoviário e transporte terrestre dominam a região. Segundo o autor, Rondônia, ao final de meados de 1970, ocupava o terceiro lugar na posição dos estados que praticavam o desmatamento.

É pertinente destacar, diante desses pressupostos, a crise ambiental no contexto local e mundial que a humanidade tem vivenciado, para tal, faz-se necessário que a educação formule novos caminhos de um processo educativo que permita ao ser humano a formação necessária para entender a importância e a complexidade do planeta onde vive.

Conforme o Referencial Curricular do Estado de Rondônia (RCRO, 2020), a Educação Ambiental consiste numa extensão da educação básica e uma ação. Para tanto, é preponderante o fortalecimento do embate pautado em princípios de que a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA,1999) favorece, para então possibilitar uma maior compreensão para sociedade a respeito da importância do gerenciamento dos bens naturais. A Educação Ambiental se apresenta como uma possibilidade de transformação, que para Barba e Pereira (2015), no âmbito educativo, a Educação Ambiental deve assumir um caráter relevante no que se refere a maneira como o ser humano se relaciona socialmente e com o ambiente natural.

Assim, no que diz respeito a importância do saber ambiental é importante refletir sobre o mesmo, sendo apresentam-se as seguintes questões de pesquisa:

a) Como a Educação Ambiental está sendo desenvolvida pelas professoras pedagogas nas Escolas Municipais de Porto Velho, mediante a instituição da Lei 9.795/1999 – PNEA;

b) Como as professoras pedagogas colaboradoras da pesquisa entendem a Educação Ambiental no seu aspecto formativo? e;

c) Quais dificuldades que as doze professoras entrevistadas do Ensino Fundamental e Infantil encontram com relação às práticas da Educação Ambiental na Escola?

A partir dessas questões norteadoras da pesquisa registra-se o seguinte objetivo geral do estudo:

- Analisar como as professoras das Escolas Municipais de Porto Velho entendem e desenvolvem a Educação Ambiental no ambiente escolar considerando os fundamentos teóricos.

São objetivos específicos:

a) Verificar junto às duas Escolas estudadas e a Secretaria Municipal de Educação a existência de possíveis documentos que tratem sobre a aplicação da Política Nacional de Educação Ambiental nas escolas municipais de Porto Velho;

b) Verificar como a Educação Ambiental está contemplada no Projeto Político Pedagógico das unidades de ensino: Flor de Laranjeira e Odília Pereira II;

c) Analisar o entendimento das professoras pedagogas sobre Educação Ambiental crítica;

d) Descrever as práticas de Educação Ambiental nas escolas estudadas.

Ao analisar a realidade de Porto Velho, baseada nas contradições existentes na sociedade, busca-se através da Educação Ambiental propostas que permitam o saber no ambiente escolar favorecendo a efetivação de práticas pedagógicas ambientais e culminando em uma relação dialética e dialógica, construindo assim pontes entre sujeitos e sociedade.

## 1.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS E ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, com ênfase na pesquisa teórico-descritiva, baseada em Tozoni-Reis (2004), que contempla um processo de investigação, descrição, interpretação e estudo das percepções de seus respectivos participantes. Trata-se ainda de uma pesquisa que busca verificar a efetivação ou não das Políticas Públicas educacionais direcionadas as questões ambientais e ações que contemplem a preservação ambiental.

Do mesmo modo, a pesquisa tem suas bases fundamentada na pesquisa qualitativa (Ludke; André, 2013), em que se objetiva entender como se materializa a educação ambiental no contexto municipal das escolas de Porto Velho em Rondônia.

A pesquisa caracteriza-se como descritiva através do processo de investigação para verificar o nível de conhecimento dos envolvidos na pesquisa a respeito do desenvolvimento da Educação Ambiental, a identificação de práticas ambientais nas Escolas Municipais de Porto Velho e como vem sendo desenvolvido a políticas públicas educacionais no âmbito da Educação Ambiental.



A pesquisa foi realizada por meio de levantamento bibliográfico com o estudo das literaturas selecionadas através da leitura analítica para a construção da fundamentação teórica relativa a Educação Ambiental, as políticas ambientais no contexto do Brasil e do mundo e, à problemática ambiental do estado de Rondônia e do Município de Porto Velho.

O levantamento dos referenciais teóricos, literaturas e documentos que contemplam a temática em discussão: Barba (2015; 2016), Becker (2001), Brasil (1999), Carvalho (2001), Faoro (2001), Guimarães (2004) Jacobi (2005), Sorrentino et al. (2005), Layrargues; Loureiro (2007), Oliveira (2007), Ruscheinsky (2003), Saúve (2005), Silva (2017), Sorretino (2005), Tozzoni-Reis (2008; 2009). Em seguida, realizou-se o estudo dos referenciais teóricos, literaturas e documentos selecionados com base na Educação Ambiental Crítica.

A pesquisa empírica foi realizada em duas Escolas Municipais de Porto Velho: a) Escola Municipal de Ensino Fundamental “Flor de Laranjeira”; b) Escola Municipal de Ensino Fundamental Odília Pereira de Oliveira II localizadas na cidade de Porto Velho, RO. Inicialmente, houve a apresentação da pesquisa aos gestores, coordenadores e professores.

Em seguida foram realizadas as análises dos documentos institucionais referente ao Plano de Curso dos Professores, Projeto Pedagógico da Escola e as Legislações relacionadas a Secretaria Municipal da Educação (SEMED). Após esse momento foram realizadas observações das práticas educativas ambientais realizadas nas Escolas selecionadas.

As realizadas entrevistas semiestruturadas baseadas em .Bogdan e Biklen (1994) tendo a participação total de 12 professoras nas duas Escolas municipais com 12 (doze) professores que atuam em sala de aulas do 4º e 5º anos das séries iniciais do ensino fundamental nas escolas selecionadas,

Aos sujeitos envolvidos na pesquisa foi assegurado o direito de participação de acordo com as Resoluções CNS nº 466 do ano de 2012 e a 510 de 2016, de se afastar mediante o desejo de não dar continuidade, assim também como o direito com relação as perguntas de responder sem justificá-las.

A análise dos dados, orientada por bases epistemológicas da Educação Ambiental Crítica e pela Análise de Conteúdos (Bardin, 1977) originou as seguintes categorias, que subsidiarão a organização do texto: 1) Eixo da Compreensão de Educação Ambiental na Escola a partir da percepção das professoras entrevistadas;

2) Documentos que direcionam a Educação Ambiental; 3) Relação teoria e prática da Educação Ambiental nas Escolas estudadas; 4) Planejamento e execução de práticas educativas de Educação Ambiental nas Escolas; 5) Práticas educativas nos espaços das salas de aula das Escolas.

Esta dissertação está dividida em seções, sendo a Introdução a primeira.

A segunda seção objetiva trazer uma visão histórica da Educação Ambiental no contexto local e global.

A terceira seção apresenta direcionamentos a respeito de como deve acontecer o debate sobre Educação Ambiental no âmbito escolar nas Escolas municipais de Porto Velho, como se concretizam as tendências ambientais em EA e quais tendências aparecem no contexto atual, bem como qual prática em Educação Ambiental é importante às escolas, qual a colaboração da interdisciplinaridade, do currículo e da formação continuada dos professores para as práticas de Educação Ambiental e como a Pedagogia Histórico-Crítica é capaz de auxiliar a prática educativa no campo ambiental.

A quarta seção tem por finalidade apresentar o trabalho educativo das duas escolas. Está dividida em duas subseções. A primeira apresenta a descrição das escolas: EMEIEF Flor de Laranjeira e EMEI Odília Pereira de Oliveira II e o perfil das participantes da pesquisa. Na subseção seguinte, estão as categorias de análise: 1) Eixo da Compreensão de Educação Ambiental na Escola a partir da percepção das professoras entrevistadas; 2) Documentos que direcionam a Educação Ambiental; 3) Relação teoria e prática da Educação Ambiental nas Escolas estudadas; 4) Planejamento e execução de práticas educativas de Educação Ambiental nas Escolas; 5) Práticas educativas nos espaços das salas de aula das Escolas.

A quinta seção objetiva registrar as práticas docentes em Educação Ambiental no cotidiano escolar, a partir das observações realizadas nos espaços das duas escolas.

Na sexta e última seção, estão as considerações finais, momento em que são reafirmadas questões relevantes da pesquisa.

## 2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Esta seção objetiva trazer uma visão histórica da Educação Ambiental no contexto global e no Brasil. Portanto, serão apresentados os acontecimentos relevantes, tais como: as conferências de cunho internacional, leis sancionadas e documentos que contribuíram para a efetivação de ações direcionadas a contemplar práticas educativas do saber ambiental.

### 2.1 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNDO

O debate da temática ambiental tem suas origens em tempos remotos, a exemplo disso o ambientalismo que, de início, conclamava uma dinâmica de envolvimento em nível global. Em fevereiro de 1909, aconteceu a realização do primeiro Congresso Conservacionista norte-americano, presidido por Pinchot. Na ocasião, houve o entendimento de que a manutenção do meio ambiente era um impasse a todos os países de igual modo. Ainda em meados de 1909, os ambientalistas, na região europeia, debateram pautas fomentando problemáticas mais preservacionistas; após a 1ª guerra, os ambientalistas percorreram uma difícil trajetória para solidificar seus ideais no campo social (Leis, 2014).

Na obra da autora Rachel Carson, intitulada Primavera Silenciosa (1962), há relatos e denúncias com conexões entre plantas, animais, homem no ambiente natural e a ausência de responsabilidade moral do ser humano, que o leva a agir impulsionado por interesses de um sistema predador, com uso de inseticidas para controle de determinadas vegetações, o que ocasionava alterações no espaço natural e arruinação aos seres vivos. Para Carson (2010, p. 83)

À medida que o ser humano avança rumo a seu objetivo proclamado de conquista a natureza, ele vem escrevendo uma deprimente lista de destruição, dirigidas não só contra a Terra em que habita como também contra os seres vivos que compartilham com ele.

A narrativa de Carson (2010) trouxe um alerta, mesmo não obtendo resultados tão expressivos na época, sua narrativa aguçou provocações sobre a forma como o homem lida com o meio que se encontra inserido. Crispim (2015) considerou que careciam debater as causas ambientais e a modificação de mentalidade acerca

dessas questões; então, em 1965, aconteceu a Conferência em Educação na Universidade de Keele, na Grã-Bretanha, nessa ocasião, eclodiu a expressão Educação Ambiental.

De acordo com Hammes (2012), na Conferência realizada em Keele (1965), surge a preocupação de integrar, no ensino da época, temáticas ambientais. As questões ambientais trilhavam caminhos de tentativas, sendo que uma projeção significativa das causas ambientais só foi possível no ano de 1968, com a criação do Clube de Roma.

No ano de 1968, vários profissionais de diferentes seguimentos da sociedade se reuniram com objetivo de debater estratégias para dinamizar a economia; esse grupo, com diferentes pessoas, originou o Clube de Roma que, em 1972, publicou um relatório intitulado: “Os Limites do Desenvolvimento Econômico”.

Para Dias (2023), o Clube de Roma toma por base protótipos de métodos pioneiros de análise de sistemas que evidenciava um futuro não tão promissor, caso não ocorressem transformações no formato do desenvolvimento econômico; o relatório publicado descrevia a insensatez de crescimento da sociedade que desconsiderava as consequências ocasionadas pela busca de riqueza.

Os escritos que antecederam este relatório, sinalizavam, segundo Leis (2014), um entendimento coeso sobre a questão do controle do aumento populacional. Diante do relatório concluído pelo Clube de Roma, no ano de 1972, Lago (2006) mencionava que algumas autoridades dos países desenvolvidos visualizaram o cenário descrito de maneira mais esperançosa e não tão catastrófica.

Nesse cenário, Robert McNamara, presidente do Banco Mundial, posicionou-se criando, de certa forma, um sentimento tomado de furor, pois defendia o crescimento econômico para os países que estavam vivenciando o desenvolvimento e, por entender que não existia indícios que o crescimento econômico dos países ocasionava desequilíbrio ao ecossistema, contrapôs alegações do documento formulado pelo Clube de Roma (Lago, 2006).

Na Suécia, no período de 5 a 16 de junho de 1972, ocorreu a Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano. Na ocasião, líderes de diversos países reuniram-se em Estocolmo e produziram a Declaração sobre o Ambiente Humano, que evidenciava a importância da definição de diretrizes para nortear a humanidade no que diz respeito às questões do ambiente, na qual se encontram inseridos (Dias, 2023).

Corroborando com essa ideia, Crispim (2015) menciona que a Conferência “Mundial Homem e o Meio Ambiente” ocorrida em Estocolmo, no ano de 1972, tinha o objetivo de o poder público, na ocasião, fomentar encadeamentos resultando sintonia entre homem-natureza. Nessa perspectiva, Barros (2017) enfatiza a ação da Conferência em instigar as nações a configurarem-se com relação à construção de Leis que assegurassem a preservação ambiental, desse modo, provocando o debate sobre a questão econômica e a conservação ambiental, trazendo à tona problemáticas com calamitosas consequências.

Conforme Holmer (2020), em decorrência da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo, alguns encaminhamentos foram tomados, tal como a produção da Declaração sobre o Ambiente Humano, uma forma de orientação à efetivação do Programa Internacional e Educação Ambiental (PIEA), cujas pretensões era instruir a sociedade para um melhor gerenciamento do ambiente natural, outro feito foi a implementação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Este buscava dinamizar o processo de ações, cooperativismo e reflexão em âmbito internacional a respeito das problemáticas do meio ambiente.

Nas palavras de Dias (2023), a ocasião da Conferência de Estocolmo foi um divisor de águas, tanto na história quanto no cenário político internacional, fundamental para o início de políticas voltadas ao meio ambiente.

A respeito disso, no ano de 1972, as recomendações feitas na ocasião da 1ª Conferência sobre o Meio Ambiente, após a publicação do relatório “Os Limites do Crescimento Econômico”, mencionavam a importância da educação ambiental como um auxílio diante dos desafios das questões ambientais. A este respeito, Hammes (2012, p. 58) destaca que:

No mesmo ano, em 1972, a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu a 1ª Conferência sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, na qual se atribuiu à educação ambiental um papel estratégico na superação da crise ambiental. Na ocasião, recomendou-se o treinamento de professores e o desenvolvimento de novos recursos instrucionais e métodos. A Declaração de Estocolmo contribuiu ainda com princípios de defesa do meio ambiente na agenda internacional e a reforçou a relação dessas questões com o crescimento econômico. Destacamos o princípio 19, no qual a educação ambiental (EA) para jovens e adultos, indivíduos empresas e coletividades e meios de comunicação de massa - é apontado como uma das soluções ao enfrentamento da questão ambiental.

Analisando as circunstâncias que envolviam o momento que se deu a Conferência de Estocolmo em (1972), Lago (2006) afirma que esta foi planejada mediante um contexto imerso a dúvidas relacionadas ao protótipo de desenvolvimento que se apresentava no Ocidente, em meados dos anos 1960; neste período, havia um engajamento mais precisamente nos Estados Unidos da América (EUA) pelas conquistas dos direitos, como também na Europa Ocidental, confrontos representados por indivíduos que resistiam aos preceitos estabelecidos da época. Havia, nesse momento pós-guerra, receios concentrados no eixo que envolvia os aspectos econômicos e sociais. Com relação ao meio ambiente, a importância de tais questões projetava em países mais desenvolvidos.

Nesse palco de debates, a Educação Ambiental trilhou caminhos vagarosos, porém, alcançando projeção no cenário mundial. A soma de variados movimentos, como Leme (2006) destaca o Encontro Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), em Paris (1948) e o movimento *hippie* (1960) fortaleceram o cenário de inquietações, promovendo discussão no campo educacional a respeito do Meio Ambiente. Diante disso, as tratativas da Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) já orientavam para a criação, em âmbito internacional, de diretrizes que contemplasse a Educação Ambiental. A esse respeito, Leme (2006, p. 38) afirma:

Em 1972, por ocasião da Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo), ficou recomendado o estabelecimento de um Programa Internacional de Educação Ambiental, visando educar o cidadão comum, para que este manejasse e controlasse o ambiente.

As orientações realizadas na ocasião da Conferência de Estocolmo destacaram a importância de a educação contemplar o ser humano com entendimento da responsabilidade para com a natureza; a Educação Ambiental seguiu descolada da formação humana, obtendo resultados insatisfatórios.

Dessa forma, as problemáticas ambientais seguiram em discussão e, como parte das efetivações de ações, a Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura (UNESCO), no Encontro Internacional de Educação Ambiental, realizado pela ONU em Belgrado, no ano de 1975, culminou na elaboração da Carta de Belgrado (Holmer, 2020).

Dias (2023) destaca a Carta de Belgrado como resultado das orientações enfatizadas na ocasião da Conferência de Estocolmo. O Encontro em Belgrado

ocorreu com a participação de 65 países que debateram fundamentos que possibilitou a construção do modelo de Educação Ambiental em nível internacional.

Para Dias (2023) a Carta de Belgrado orientava que a Educação Ambiental deve possibilitar ao indivíduo uma ampla percepção com relação ao seu espaço natural, de maneira que esteja engajado nas problemáticas ambientais com o entendimento para intervir tanto no particular como no âmbito global. A Carta tinha como proposta apontar parâmetros para Educação Ambiental, baseada em uma lógica mundial.

Prosseguindo na análise dos caminhos percorridos pela Educação Ambiental, no ano de 1977, nos dias 14 a 26 de outubro em Tbilisi, Georgia, Dias (2023) enfatizam o acontecimento da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental em que trouxe grandes contribuições, pois, segundo o autor, a Conferência de Tbilisi foi preponderante para definir os rumos e estratégias da Educação Ambiental a nível nacional e internacional.

A Declaração da Conferência em Tbilisi impulsionou as propostas em Educação Ambiental e contribuiu para uma visão de coletividade Aquina, Lisita e Braga (2022, p. 15) afirmam que:

Declaração da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental gerada a partir deste evento em Tbilisi trouxe diversos avanços para este campo. Além de definir as finalidades, objetivos, princípios diretores e recomendações norteadoras para a Educação Ambiental, destaca sua importância individual e coletiva, principalmente para toda a comunidade, independente de faixa-etária ou profissão, em todos os níveis de ensino forma e não-formal.

Dias (2023) esclarece que, em 1977, ressurgiu a esperança de a Educação Ambiental estabelecer-se, pois na ocasião da Conferência de Tbilisi direcionamentos foram acordados de forma que esta contemplasse a formação do indivíduo em sua totalidade. Conceitos e objetivos a respeito das problemáticas ambientais foram estabelecidos, mediante o contexto de preocupação pelo agravamento das causas ambientais; 170 países responsabilizaram-se frente às metas definidas, porém anos depois desse acontecimento observou-se a não-efetividade dos tratados estabelecidos.

Os diversos acontecimentos fizeram parte da agenda que constituiu os rumos da Educação Ambiental. A exemplo disso, no ano de 1979, do mês de outubro a

novembro, deu-se o Encontro Regional de Educação Ambiental para América Latina (San José, Costa Rica). Esses encontros estavam inclusos em um planejamento de seminários regionais organizados pela Unesco, e tinham como público-alvo docentes, planejadores da área educacional e administradores (Dias, 2023).

Reforçando o entendimento dos acontecimentos pertinentes à trajetória da Educação Ambiental, no ano de 1983, foi organizado a Comissão liderada pela ministra Gro Harlem Brundtland e os estudos realizados pela comissão resultaram no Relatório de Brundtland, publicado no ano de 1987. Os estudos destacavam diversas maneiras de o desenvolvimento acontecer em países considerados ricos sem ocasionar dispêndios ou comprometer as gerações futuras (Lago, 2006).

De acordo com Lago (2006), a Comissão que teve a incumbência de elaborar o Relatório de Brundtland reuniu 23 comissários de 22 países e viajavam pelos países debatendo sobre as problemáticas ambientais. Dessa forma, a Convenção de Viena para Proteção da Camada de Ozônio finalizou no mês de março do ano de 1985, o Protocolo de Montreal sobre substância que Destroem a Camada de Ozônio, por fim no ano 1987, o Relatório de *Brundtland* (1987) apresentou possibilidades para concretização da Conferência do Rio, considerada importante momento que recebeu Chefes de Estado, delegações, jornalistas e representantes de organização-não governamentais. Segundo o autor, a Resolução 44/228, validada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (1989), tratava de objetivos separados em quatro categorias. A Educação Ambiental é manifesta no terceiro grupo juntamente com outras problemáticas ambientais.

Contribuindo com a compreensão desse fato, Gadotti (2008) registra que o relatório “Nosso Futuro Comum”, no ano de 1987, foi produzido destacando o cuidado para com o meio ambiente juntamente a uma produção que contemplasse a sustentabilidade. Esse documento foi denominado como Relatório de *Brundtland*, produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMAD); este apontou contradições no modelo existente de sustentabilidade e do desenvolvimento.

A este respeito, Sorrentino *et al* (2005) dizem que na modernidade, a maneira como definem a questão do progresso, associado à sustentabilidade, fica explícito como o meio natural é percebido como uma forma de obter lucros, sendo utilizada para cumprir os desígnios do mercado que, por sua vez, contempla um grupo seletivo da sociedade que mantém o domínio do capital.



Após a produção do Relatório de *Brundtland*, como parte das análises dos feitos, referentes ao progresso da Educação Ambiental no mundo e, delineamentos das orientações para os próximos anos, foi realizado, no mesmo ano 1987, nos dias 17 a 21 de agosto, o Congresso Internacional de Moscou e a Estratégia Internacional de Educação Ambiental. Na ocasião, compareceram vários profissionais, professores, universitários e pesquisadores. O Congresso objetivou priorizar a Educação Ambiental para a década de 1990, de maneira que as orientações acordadas direcionassem para a importância das conexões existentes entre o ser humano e o planeta, de forma a contemplar os aspectos sociais, econômicos, políticos e o meio ambiente (Novo; Holderlin, 1995).

Nesse sentido, percebe-se que a crise ambiental está entrelaçada a questões sociais, pois não há como construir narrativas de políticas ambientais desconsiderando os processos sociais nos quais a sociedade está imersa. A este respeito Kempf (2010, p. 59) pontua:

Em suma, pobreza e crise ecológica são inseparáveis. Assim como há uma sinergia entre as diferentes crises ecológicas, há sinergia entre a crise ecológica global e a crise social: elas são complementares, influenciam uma à outra agravam-se reciprocamente.

Na ocasião da Rio 92, foi observada a possibilidade de criar, de maneira contínua, a atualização e debate das informações relativo à Convenção, de forma a adotar o comprometimento em fornecer retorno sobre todas as transformações no campo científico e político. Então, foi criada a Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (CQNUMC), como forma de realizar o processo de revisão e debate, que aconteceu na Conferência das Partes (ONU, 2015a) em Berlim, no ano de 1995. As Partes estabeleceram, junto aos países ricos, o acordo desses retornarem ao padrão das emissões ocorridas no ano de 1990. Assim, no desenrolar dos fatos, um novo momento de debates ocorreu e objetivou a consolidação dos acordos, firmados com países ricos que, de pronto, as autoridades, retomaram aos debates e deliberações enviadas ao COP -3

Após o envio dos delineamentos do acordo, criado pelos ministros e diversas autoridades, várias orientações surgiram de maneira unânime, dentre elas optou-se por criar um protocolo que orientava a redução de emissão de gases de efeito estufa produzido por países que estavam envolvidos no processo da industrialização. Na

ocasião da COP-3, foi estabelecido o Tratado de Quioto, no Japão, no mês de dezembro do ano de 1997 (Brasil,1977).

Corroborando com essa compreensão, Mendes (2019) assinala que durante a COP-11 no Canadá em 2005, ocorreu a efetivação do Protocolo de Quioto e; no intervalo de tempo de 2008 a 2012, ocorreu a execução dos objetivos.

Percorrendo pela história da Educação Ambiental, verifica-se que, no ano de 1998, na cidade de Tessalônica, na Grécia, para celebrar os vinte anos ocorridos da Conferência de Tbilisi, foi organizado um outro evento denominado Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente e Sociedade. O evento buscava analisar a evolução no campo da Educação Ambiental. Diante disso, foi possível concluir que se passaram vinte anos da Conferência de Tbilisi e, as defesas continuavam assentadas no campo econômico de maneira que a Educação é deixada em segundo plano dos governantes (Dias, 2023).

Conforme Mendes (2019), nessa Conferência, foi ainda concebida a Declaração de Tessalônica, produzida pelas Organizações Governamentais e Não Governamentais e pela sociedade civil de diferentes países. O evento concentrou o debate no eixo da educação e do compartilhamento da consciência sustentável, buscou a implementação de maneira conexa de ações sustentabilidade no âmbito educacional. Na trajetória da Educação Ambiental, várias solenidades trouxeram à tona a importância da implementação de ações educativas voltadas às problemáticas ambientais.

No ano de 2007, ocorreram momentos de destaque na história da Educação Ambiental. Mendes (2019) menciona que a IV Conferência Internacional de Educação Ambiental ou Tbilisi+30 ocorreu na cidade de Ahmedabad na Índia, e 97 países participaram com suas representatividades, nesse mesmo ano, foi realizada na Indonésia, a Reunião das Partes do Protocolo de Quioto, conhecida como (MOP-3) e a 13ª Conferência das Partes (COP 13), que objetivavam conceber um modo diferente, em nível internacional, com relação à problemática do aquecimento global como também o delineamento de objetivos, relacionados à diminuição de gases que ocasionam o efeito estufa. Na ocasião, foi mencionado o desflorestamento das matas como um agravante na produção de gases de efeito estufa.

Foram ainda consolidadas orientações a respeito do provimento e aporte relacionados à utilização das tecnologias limpas em países que estavam vivenciando o processo de avanço.

A COP 15 aconteceu em Copenhague no ano de 2009. A Conferência das Partes tinha a incumbência de finalizar um planejamento com transações pautadas no Plano de Ação de Bali, o que de fato não aconteceu, pois não houve um desfecho satisfatório que correspondesse aos objetivos planejados. As propostas relacionadas a um novo acordo não avançaram, como a conclusão da Conferência. Houve apenas as assinaturas dos países presentes para denominação Acordo de Copenhague, não fazendo parte de documentos oficiais. Então, para melhor compreensão e conclusão das metas da COP 15, no dia 29 de novembro de 2010, na cidade de Cancun/México, aconteceu a COP 16 que, na ocasião, buscou incluir, de maneira consistente e clara, os propósitos da COP 15, com futuros encaminhamentos para Conferência que ocorreria em Durban África do Sul (Brasil, 2011).

A Conferência das Partes (COP 21) aconteceu na cidade de Paris na França, no mês de novembro do ano 2015. A abordagem do documento da COP 21 trouxe metas a serem atingidas: a responsabilidade e engajamento dos países para a promoção da sustentabilidade e a conservação do ambiente natural, partindo do princípio de que a problemática climática é um fator que apresenta perigo para humanidade e requer atenção e esforço por parte de todos. As orientações da Conferência evidenciaram a importância de os países procurarem alternativas para minimizar as emissões de gases de efeito estufa (ONU, 2015).

Os direcionamentos na COP 21 para educação estão no Artigo 12. A incumbência de As Partes promoverem o processo de formação da sociedade, formação e envolvimento de todos, de maneira que a sociedade tenha ciência a respeito das transformações que vêm ocorrendo no clima:

As Partes devem cooperar para tomar medidas, conforme apropriado, para ampliar a educação, a formação, a sensibilização do público, a participação do público e o acesso do público a informação sobre as mudanças climáticas, reconhecendo a importância dessas etapas para ampliar as ações previstas no presente Acordo (ONU, 2015, p. 35).

Para a efetivação das propostas, um dos requisitos foi a análise a respeito das bases, que solidificam a igualdade e compromisso, a partir da realidade de cada país. Então, foi possível, em 2016, com 190 estados reunidos, construir um documento no decorrer da COP 22. Em decorrência aos episódios da COP 24, várias demandas,

referentes às questões climáticas, foram implementadas, possibilitando diálogo a respeito da Educação Ambiental (Mendes, 2019).

As COP possibilitaram a efetivação de diversas ações, por isso a relevância em trazer uma breve descrição para melhor entendimento sobre a influência dessas no que se refere às pautas das transformações climáticas. Em continuidade às tratativas relacionadas ao Meio Ambiente, Machado (2017) assinala que, no ano de 2002 em Joanesburgo, África do Sul, ocorreu a Conferência sobre o Desenvolvimento Sustentável, intitulada como Cúpula da Terra e Rio+10. Na ocasião, foi realizado um diagnóstico relativo à evolução das tratativas da Agenda 21.

No ano de 2015, conforme Ribeiro, Santos e Araújo (2022), foi realizado um encontro com líderes cujo objetivo era produzirem um planejamento em nível mundial com várias metas a serem atingidas. O documento construído, na ocasião, denominada Agenda 2030 (ONU, 2015) destaca diversas demandas como: preservação do planeta, fim da pobreza e a promoção da paz e prosperidade:

Em setembro de 2015, na sede da ONU, em Nova York, líderes mundiais reuniram-se, e construíram um plano de ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade. Assim, surgiu a Agenda 2030, para o desenvolvimento sustentável, com 17 Objetivos e 169 metas. Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, fortalecendo a paz universal. Neste documento, reconheceu-se que o maior desafio global para o desenvolvimento sustentável, é a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões. Cento e noventa e três países se comprometeram em atuar em parceria colaborativa, implementando medidas ousadas, transformadoras, urgentemente e necessárias para direcionar o mundo para um caminho sustentável e resiliente. Embarcando numa jornada coletiva, onde ninguém seja deixado para trás (Ribeiro, Santos, Araújo, 2022, p. 115).

A Educação Ambiental em nível planetário está presente nas propostas da Agenda 2030, porém o antagonismo originado pelo capital configura no processo para o alcance dos objetivos uma realidade inatingível, devido aos direcionamentos das decisões mundiais que este impõe de maneira perspicaz.

Ao analisar o espírito mercantilista que, intrinsecamente, permeiam as forças hegemônicas, dificilmente haverá esforços para tratar de maneira coletiva a crise ambiental, segundo Leis (2014, p. 12):

A política internacional encontra-se dominada por atores (políticos e econômicos) orientados por uma racionalidade individualista e competitiva, que dificilmente poderiam encontrar motivos para colocar a cooperação acima do antagonismo dos interesses particulares.

Em nível mundial, percebe-se o domínio das forças hegemônicas sobre a política, fazendo defesas em torno de interesses; dessa forma, raramente, a cooperatividade assumirá posição privilegiada com relação as contradições existentes de defesas individuais.

A maneira fragmentada do ser humano perceber o mundo contribui para a perpetuação da desigualdade e da dominância de grupos sobre outros, conforme afirma Guimarães (2004, p. 26):

Essa é uma compreensão de mundo que tem dificuldades em pensar o junto, conjunto, totalidade complexa. Focada na parte, vê o mundo partido, fragmentado, disjunto. Privilegiando uma dessas partes, o ser humano sobre os demais na natureza, estabelece uma diferença hierarquizada que constrói a lógica da dominação.

O Tratado anuncia objetivos e metas com discursos contraditórios e tendenciosos, enfatiza a prosperidade associada ao desenvolvimento econômico sustentável e ao aumento da produção e, conseqüentemente, a devasta ambiental.

Nós procuramos construir fundamentos econômicos robustos para todos os nossos países. Crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável é essencial para a prosperidade. Isso só será possível se a riqueza for compartilhada e a desigualdade de renda for combatida. Vamos trabalhar para construir economias dinâmicas, sustentáveis, inovadoras e centradas nas pessoas, promovendo o emprego dos jovens e o empoderamento econômico das mulheres, em particular, e o trabalho decente para todos. Vamos erradicar o trabalho forçado e o tráfico humano e pôr fim ao trabalho infantil em todas as suas formas. Todos os países podem se beneficiar de ter uma força de trabalho saudável e bem-educada com o conhecimento e as habilidades necessárias para o trabalho produtivo e gratificante e a plena participação na sociedade. Vamos fortalecer as capacidades produtivas dos países menos desenvolvidos em todos os setores, inclusive por meio de transformação estrutural. Vamos adotar políticas que aumentem as capacidades de produção, a produtividade e o emprego produtivo; a inclusão financeira; o desenvolvimento sustentável da agricultura, da pecuária e da pesca; o desenvolvimento industrial sustentável; o acesso universal a serviços energéticos acessíveis, confiáveis, sustentáveis e modernos; sistemas de transporte sustentáveis; e infraestrutura de qualidade e resiliente (ONU, 2015, p. 10).

Os discursos de crescimento possibilitam um exacerbado consumo e acumulação de bens, ocasionando problemas ambientais. É preocupante o presente contexto de desenvolvimento, que carrega como pano de fundo a desenfreada demanda e os graves problemas no planeta. A crise ambiental está entrelaçada às questões sociais. Não há como construir narrativas de políticas ambientais desconsiderando os processos sociais, nos quais a sociedade está imersa. A pobreza e a crise ecológica estão estreitamente ligadas. Da maneira que existe conexão entre os diversos desequilíbrios ecológicos, entre os processos que envolvem a crise global e social, atuando de forma simultânea (Kempf, 2010).

Nesse sentido, a desigualdade social é manifestada por formas fragmentadas da realidade concreta, acobertada por contradições e conflitos não superados, ocasionados pelo capitalismo, que segue a passos largos, perseguindo seus intuítos e de maneira devastadora promovendo a crise ambiental. Diante do cenário visualizado, é urgente a busca, em âmbito coletivo e solidário, da consciência de valorização sobre o planeta, superando desafios instalados nas políticas governamentais.

## 2.2 PERCURSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

A Educação Ambiental trilhou um longo caminho para alcançar visibilidade mundial. O pós 2ª Guerra Mundial é marcado por movimentos ecológicos. Reforçando essa compreensão, Aguina, Lisita e Braga (2022) menciona que as lutas, relativas às problemáticas ambientais, foram mais fortalecidas pelas mobilizações ocorridas no contexto latino-americano, que defendia a implementação de políticas públicas de maneira que a Educação alcançasse a sociedade no que tange à carência em preservar o ambiente natural.

Carvalho e Frizzo (2018) destacam que desde 1934, há conhecimento da existência de legislação ambiental, porém, o marco se deu na data da Conferência de Estocolmo, no ano de 1972, quando as deliberações no âmbito internacional foram sancionadas, o Brasil então passou a compor com outros países essa conjuntura governamental em nível internacional das demandas ambientais.

De acordo com Sorrentino *et al* (2005), no contexto brasileiro, de maneira não exata, a questão ambiental somente galga o patamar de política pública

posteriormente a Conferência de Estocolmo, no ano de (1972), por ocasião as Nações Unidas que inclui na agenda governamental a temática ambiental, resultando a constituição da SEMA (Secretaria Especial de Meio Ambiente), porém, só foi possível a Educação Ambiental ser aclamada, de fato, como possibilidade de promover um desenvolvimento no aspecto ambiental e social depois que ocorreu em Tbilisi no ano de 1977 a I Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental.

No Brasil, a Educação Ambiental foi legalizada a partir do ano de 1981, quando foi sancionado a Lei 6.938 da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) que tem por princípio integrar a Educação Ambiental nos diferentes níveis de ensino para melhor qualificação da comunidade de modo que venha atuar na proteção do Meio Ambiente (Brasil, 1981).

Karina, Xavier, Russo (2019) ressaltam que a Lei 6.938/1981, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), foi de grande valia no que se refere à Política Ambiental no contexto nacional, pois foi um mecanismo para auxiliar no gerenciamento das questões ambientais públicas, a exemplo disso está a normatização para manuseio do meio ambiente, a Educação Ambiental e a criação das unidades de conservação, contribuindo, também na instituição do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA). Servindo futuramente de referencial para a criação de outras leis.

A presença da Educação Ambiental é percebível nas Leis do Brasil, porém a não-efetividade de ações a torna inoperante. Na Constituição Federal do Brasil de 1988, no Art. 225, o Meio Ambiente é apresentado como um direito da sociedade de tê-lo, como também é uma obrigatoriedade tanto do poder público como da coletividade de protegê-lo para que outras gerações tenham acesso (Brasil, 1988).

A respeito da interdisciplinaridade, na Constituição Federal do ano de 1988, são feitas as recomendações por meio da Lei 9795 do ano de 1999, que orienta a efetivação da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino. É apresentada como parte fundamental na educação no contexto nacional e mencionada como elemento do processo educativo de maneira que todo cidadão deve ter o direito de acessá-la (Brasil, 1999).

Em sequência dos acontecimentos, concernentes à Educação Ambiental, no ano de 1992, no Rio de Janeiro, ocorreu a ECO-92 ou Cúpula da Terra, como é também denominada. Nessa ocasião, congregaram-se 172 países, chefes de Estado e Organizações.

Aguina; Lisita, Braga, (2022) assinala que tal acontecimento foi de suma importância para a Educação Ambiental, pois foi construído juntamente com sociedade civil o “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidades Global” (TEASS, 2023). Esse documento apresentou grande avanço por representar um sustentáculo aos encadeamentos da Educação Ambiental.

Nesse momento, importante que a Educação Ambiental se projeta em cenário internacional por ocasião da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento percebe-se mais clareza nos debates no que tange as orientações, porém posteriormente não teve total efetividade das tratativas, mas de certa forma contribuiu para direcionamentos futuros. A este respeito, Leme (2006, p. 40) ressalta:

Em 1992, um marco importante para a história do ambientalismo e da EA foi a realização da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (a ECO/Rio 92). Na ocasião foi constatada uma grande riqueza e diversidade de ações educacionais voltadas à questão ecológica/ambientais. As organizações não governamentais (ONGs) tiveram um importante papel nesse encontro; após inúmeras discussões aprovaram o “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidades Global”, que passou a orientar as ações da sociedade civil organizada pós Rio-92. Esse documento é norteador de discussões nos âmbitos formais e não formais. Apesar dos esforços realizados, constata-se que nem todas propostas foram cumpridas, porém os princípios ainda são válidos e orientam as ações atuais.

A Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento foi um marco na trajetória do ambientalismo como também no cenário da Educação Ambiental, pois observou a existência de ações no âmbito educacional sobre Educação Ambiental, como também a aprovação do TEASS. A respeito desta Conferência, Ribeiro, Santos e Araújo (2022, p. 114) afirmam:

Nessa Conferência, diversos países se comprometem a diminuir os problemas socioambientais existentes e constroem vários documentos. Um dos mais importantes foi a Agenda 21, que apresenta diversas atividades relacionadas aos recursos renováveis e prevê a criação de novos programas, estratégias e planos para a conservação da biodiversidade, pensando as necessidades da educação e treinamento, bem como o papel dos ecossistemas na produção de bens, serviços ambientais e outras possibilidades de atividades que contribuam para a conservação e para o desenvolvimento sustentável.

Diante do entendimento das problemáticas ambientais, que se alastravam mundialmente, a questão que antes limitava-se ao debate apenas no âmbito científico



começou a ser discutido com a sociedade, grupos organizados, setor privado e instituições governamentais e internacionais. Trazendo ao debate um protótipo de desenvolvimento vigente, foi então produzido o “Relatório Nosso Futuro Comum” pela Comissão do Meio Ambiente com base nesse relatório a ONU organizou a Rio 92 (Holmer, 2020).

Para Aguina, Lisita e Braga (2022), aconteceu um alcance relativo à Educação Ambiental na Rio 92, no ano de 1992, no Rio de Janeiro; a ocasião foi prestigiada com a presença de 172 países, Organizações Não Governamentais, Chefes de Estados.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida também como Cúpula da Terra, tinha como bases, conforme Novo e Holderlin (1995), a busca de fazer inter-relações do desenvolvimento e o cuidado com o meio ambiente de maneira a privilegiar os dois eixos. Em suma, o alvo era levar os países ao entendimento da ligação existente entre as temáticas ambientais e o desenvolvimento de maneira que essas fossem compreendidas como elementos importantes nas tomadas de decisões, tanto em âmbito político quanto no âmbito econômico.

No transcorrer da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, alguns documentos importantes foram sancionados como: a Declaração do Rio, a Declaração sobre as Florestas e a Agenda 21. A este respeito, Lago (2006) menciona que a Declaração do Rio, de maneira sucinta e precisa, sintetizou demandas que diz respeito a todos países desenvolvidos e os que estavam em processo de desenvolvimento. O autor explica que a Declaração sobre as Florestas também foi um documento sancionado na Rio 92, quando o Brasil e outros países em processo de desenvolvimento, conseguiram que a temática não fosse colocada em pauta nas convenções seguintes, de forma que minorasse a ideia das florestas como sumidouro de carbono. (Brasil, 2001).

O resultado da Conferência, a Agenda 21, foi um documento composto por diversas páginas, suas bases estão voltadas a plano com ações direcionadas à sinergia em nível internacional, em que governos, sociedade, esfera da produção, acadêmica e científica, de maneira alinhada, fomentasse ações que modifiquem o entendimento a respeito de progresso econômico e de cuidados com o meio ambiente (Lago, 2006).

Contudo, nesta Conferência diante do momento histórico observou-se a não-efetividade em algumas propostas. Conforme Dias (2023) foi a a partir da Rio-92 (Eco 1992) alguns documentos foram criados para compor a Agenda 21. O momento oportunizou protagonismo para sociedade civil, esta teve grande representatividade e atuação, na ocasião produziram o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidades Global. Diante do grande engajamento, referente às problemáticas socioambientais, os documentos criados apontavam responsabilidades a serem cumpridas para com o meio ambiente.

Vários documentos foram definidos, na ocasião da Conferência das Nações Unidas, para compor a Agenda 21. De acordo com Dias (2023), o capítulo 38 da referida Agenda enfatiza “a promoção da educação, da consciência política e do treinamento”. Foi também elaborado um planejamento que contemplava ações com viés de desenvolvimento sustentável. Nessa oportunidade, de acordo com o autor, a sociedade civil participou do fórum produzindo um documento denominado Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, identificando a Educação Ambiental como ferramenta que possibilita constante conhecimento ao ser humano.

O Tratado para Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidades Global ocorreu no mês de junho do ano de 1992, durante a Rio - 92, no Brasil, resultante de Fórum, que reuniu ONGs e militantes das causas sociais (Dias, 2023). Na sociedade civil, o documento foi construído a partir do entendimento da relevância da Educação Ambiental como agente de transformação:

Consideramos que a Educação Ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e planetário (TEASS, 1992, p. 1).

Os princípios que nortearam o TEASS, no ano de 1992, enfatizam que a Educação Ambiental deve partir do entendimento sustentável, contrapondo o formato conservador. A criticidade e a criatividade, independente de contexto, contribuindo na modificação e edificação social, pois houve o comprometimento em integrar a sociedade de maneira que esta venha desenvolver-se ecologicamente.

A parte do individual para o coletivo objetiva gerar cidadãos com percepção local, mas também global, considerando a autonomia das sociedades. Tem base ideológica, assumindo posicionamento e ação política, deve buscar a correlação existente no que diz respeito ao ser humano, natureza e universo, evidenciando a reciprocidade e igualdade e respeito entre os povos. A Educação Ambiental deve analisar as problemáticas do contexto planetário, conforme suas peculiaridades, de forma a considerar a historicidade e a realidade social (TEASS, 1992).

Dessa forma, entende-se que as macrotendências conservacionistas e tradicionalistas reduzem a realidade desconsiderando a complexidade existente, fazem defesas políticas totalmente a serviço do capital. Reforçando essa compreensão, Layrargues e Torres (2022) explicam que a Educação Ambiental Crítica se coloca de maneira resistente contra as forças hegemônicas, pois seus ideais educacionais estão direcionados a uma modificação do cenário social.

Contrapondo as ideologias conservadoras do capital que manipula o processo educativo para obter maior domínio, as defesas do Tratado da Educação Ambiental propõem de maneira justa e humanizada respeitar todas as formas de vida:

A Educação Ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos (TEASS, 1992, p.3).

Como sequência das ações decorrentes da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, ocorreu simultaneamente o *workshop* que teve como ápice a elaboração da Carta Brasileira de Educação Ambiental.

Pedrini, Souza e Silva (2023, p. 5-6), no contexto brasileiro a Carta não trouxe resultados significativos evidenciando a Carta apresentava 15 propostas; como exemplo desses resultados, acentua algumas dessas orientações propostas:

[...] haja incentivo à formação de recursos humanos, pesquisa, construção de bancos de dados e sua divulgação, bem como, aos projetos de extensão articulados com a comunidade; b) os marcos referenciais tanto internacionais como nacionais sejam realizados em relação à EA na dimensão multi, inter e transdisciplinar em todos os níveis de ensino; c) o MEC crie grupos e fóruns permanentes de trabalho para definir procedimentos que diagnostiquem as especificidades do país e mecanismos de atuação em relação às questões socioambientais; d) viabilizem recursos para a EA, por meio

da realização de programas, presenciais e à distância, de capacitação e fixação de recursos humanos para reformulação e produção de currículos novos e programas de ensino, e também para a construção de material instrucional; e) o processo decisório relativo às políticas para a EA contemporânea, em todas as instâncias com a participação da(s) comunidade(s) direta e/ou indiretamente envolvida(s) na problemática socioambiental. Se as recomendações dessa carta fossem seguidas pelos governos federal e estaduais e municipais seria um grande avanço. Entretanto, essa carta sequer foi divulgada e tornou-se um documento desconhecido.

Pedrini, Souza e Silva (2023) nos traz a riqueza de orientações contidas na Carta Brasileira de Educação Ambiental, produzida em 1992, que destaca o fomento necessário para o progresso e efetivação das políticas ambientais, porém, a Carta elaborada não obteve repercussão.

A Conferência contribuiu, de certa feita, para que no Brasil houvesse uma mobilização na tomada de decisões no que diz respeito às demandas ambientais e implementação de ações. De acordo com Carvalho e Frizzo (2018), nesse período de 1992 foi realizado a implementação do Ministério do Meio Ambiente, e a instituição dos Centros de Educação Ambiental e os Núcleos de Educação Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

No ano de 1993, iniciou-se o debate para a instituição de Política Nacional da Educação Ambiental, de tal forma que esta proporcionasse uma conexão em nível nacional entre os sistemas do meio ambiente e os de Educação Ambiental. Diante disso, foi encaminhado para Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias na Câmaras dos Deputados o Projeto de Lei 3.792/1993 (ProNEA, 2005).

Nesse mesmo ano de 1993, assinalam Guerreiro *et al* (2019) que ocorreu a implantação da Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA). Esta alicerçou suas ações na busca de possibilitar aos educadores ambientais ferramentas para atuar resistentemente frente ao sistema capitalista, oportunizando a edificação de cidadãos com entendimento sustentável, aptos para lutar contra o contexto devastador ocasionado pelas forças hegemônicas.

A REBEA tem como ponto de partida as ferramentas que contribuem para a modificação do cenário social e busca colaborar na produção, efetivação e avaliação no que se refere às políticas públicas, dessa maneira, proporcionando uma trajetória de consolidação e domínio social no que se refere às políticas públicas que contemplam a Educação Ambiental.

Para Guerreiro *et.al* (2019), a REBEA teve grande atuação na Consulta Pública no que se refere à terceira revisão do Pronea como também a realização da Consulta Pública para efetivação da quarta versão dele. Nos Fóruns Brasileiros de Educação Ambiental, a REBEA atua na coordenação juntamente com as redes locais vinculadas, dessa maneira, com a conexão gerada pelas diversas redes de Educação Ambiental, a REBEA proporciona diferentes colaborações para as Políticas Públicas em Educação Ambiental.

Em continuidade, o estabelecimento da Educação Ambiental, mediante os acordos firmados durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) e a Constituição Federativa de 1988 do Brasil que, no cap. VI do Art. 225, garante o direito a todos de usufruir de um meio ambiente estabilizado, comprometendo tanto o poder público como o coletivo em cuidar para a conservação, garantindo, dessa forma, para as próximas gerações. Nesse contexto, foi então instituído, no ano de 1994, o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), tendo este firmado a correlação entre Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Ministério da Educação, com a colaboração dos Ministérios: da Cultura e do Ciência e Tecnologia (ProNEA,2005).

As deliberações do ProNEA resultaram em ações que se deram por meio da Coordenação de Educação Ambiental do Ministério de Educação e Cultura (MEC) e setores correlacionados do MMA e IBAMA. Os princípios que orientaram as ações do ProNEA pautaram-se em:

a) capacitação de gestores e educadores, b) desenvolvimento de ações educativas, e c) desenvolvimento de instrumentos e metodologias, contemplando sete linhas de ação: • Educação ambiental por meio do ensino formal. • Educação no processo de gestão ambiental. • Campanhas de Educação Ambiental para usuários de recursos naturais. • Cooperação com meios de comunicação e comunicadores sociais. • Articulação e integração comunitária. • Articulação intra e interinstitucional • Rede de centros especializados em Educação Ambiental em todos os estados (ProNEA, 2005, p.25).

Dessa forma, é perceptível que o ProNEA, em algum momento, contribua de maneira eficaz com implementação da concepção em nível local e nacional no que se refere a políticas públicas ambientais. Percebendo a Educação Ambiental como parte do processo educativo tanto no contexto escolar como nos diversos ambientes capazes de produzir o saber ambiental.

Em decurso dos acontecimentos, em torno da Educação Ambiental no contexto brasileiro, vale destacar que no ano de 1995 o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) formou a Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental, quando por ocasião do mês de junho de 1996 foi realizado o debate em torno de um documento denominado de “Subsídios para a formulação de uma Política Nacional de Educação Ambiental”, que teve como formuladores o MMA, IBAMA e MEC (ProNEA, 2005).

Machado (2018) assinala que em 1996 foi decretada a Lei 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), cujo debate sinalizava para temáticas voltadas ao Meio Ambiente de forma a contribuir futuramente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Desse modo, como bases para orientar a escola com relação à construção de projetos educativos, no ano de 1997, após longos períodos em discussão, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 2001) foram validados, com a incumbência de debater no ambiente escolar questões denominadas temas transversais que contemplavam, dentre elas, o Meio Ambiente (Brasil, ProNEA, 2005).

Com objetivos a contemplar o Meio Ambiente no Ensino Fundamental, os Parâmetros trouxeram como proposta auxiliar, no processo educativo, uma maneira de contribuir com o aluno para modificar o seu entendimento “restrito” com relação ao Meio Ambiente:

Conhecer e compreender, de modo integrado e sistêmico, as noções básicas relacionadas ao meio ambiente; adotar posturas na escola, em casa e em sua comunidade que os levem a interações construtivas, justas e ambientalmente sustentáveis; observar e analisar fatos e situações do ponto de vista ambiental, de modo crítico, reconhecendo a necessidade e as oportunidades de atuar de modo reativo e propositivo para garantir um meio ambiente saudável e a boa qualidade de vida; perceber, em diversos fenômenos naturais, encadeamentos e relações de causa-efeito que condicionam a vida no espaço (geográfico) e no tempo (histórico), utilizando essa percepção para posicionar-se criticamente diante das condições ambientais de seu meios (Brasil, 1997, p. 39).

A proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), com relação à Educação Ambiental no currículo de ensino fundamental, orienta para a permeabilidade necessária quanto à temática, de modo interdisciplinar e transversal. Deste modo, os conteúdos das disciplinas, em sentido dinâmico, devem contemplar a

realidade e o aspecto social, buscando intervir com este de forma a compreendê-lo na integridade para agir criticamente e sustentavelmente

As problemáticas apresentadas devem ser analisadas entendendo toda a dimensão do ser humano. Nessa perspectiva, os PCNs orientam ser tratado de maneira interdisciplinar e transversal, sendo que em nível de sistema público só é possível sua concretização, se analisadas com olhar de totalidade e integração (Brasil, 1997).

Compreendendo a importância da Educação Ambiental no processo formativo do ser humano emerge a carência em alargar as possibilidades da efetivação desta de maneira oficial sendo incorporada em nível nacional de modo que a Educação Ambiental seja entendida como um processo para a vida toda dos seres humanos, contribuindo para construção do social e dos aspectos que envolvem conhecimento, habilidade, atitude e competência. No ano de 1999 no mês de abril, foi sancionada a Lei 9.795 que estabeleceu a Política Nacional de Educação Ambiental (Brasil, 1999).

Percebida como parte fundamental no processo educativo a Educação Ambiental é destacada na Lei da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) como primordial e que esta aconteça de forma integrada e contemple os níveis e modalidades do percurso educativo, tanto formal quanto não-formal (BRASIL, 1999).

Diante disso, Trajber (2019) assinala que entender a respeito do meio ambiente está inerente ao nosso viver, pois está interligado às questões de ordem política, prática e ética. Dessa forma, no campo da Educação Ambiental, é preponderante fazer uso do conhecimento já disponível e, simultaneamente, produzir outros conhecimentos para que os sujeitos possam atuar de maneira consciente e responsável com relação ao meio ambiente.

Nesse sentimento de despertar um cuidado pelo meio ambiente, algumas ações em âmbito federal foram destaques nesse período. No ano de 2003, foi formalizada a Conferência Nacional do Meio Ambiente, com a temática: “Vamos Cuidar do Brasil”. O evento foi direcionado ao grupo infanto-juvenil. (Brasil, 2017).

Surge, então, nesse contexto de posicionamento dos estudantes, os Conselhos formados por jovens que atuavam nas Escolas como delegados e delegadas e, como desdobramento, criou-se em 2003 a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (COM -VIDA). A proposta da Comissão foi a integralização e protagonismo de estudantes, funcionários, professores e comunidade permitindo por meio do espaço escolar um ambiente propício para reflexão e possibilidades de efetivação de

ações tendo em vista as demandas ambientais. Dessa maneira, as COM-VIDAS buscam a efetivação de ações para melhorias das questões ambientais com a metodologia da pesquisa-ação-participativa que segue uma sequência de atividades: Árvore dos Sonhos, Pedras no Caminho, Jornal Mural e COM-VIDA para Ação (Deboni; Mello, 2007).

Esta proposta de Conferência (2013) enfatizava o debate de várias temáticas voltadas ao meio ambiente e, após a opinião do público participante, o representante escolhido tinha a incumbência de levar as sugestões à frente, de maneira a contribuir com a elevação politicamente do meio ambiente com o envolvimento da escola e como protagonistas o público jovem. A Conferência foi resultado de uma ação envolvendo o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental composta pela Diretoria de Educação Ambiental (DEA), situado no Ministério do Meio Ambiente (MMA) e ainda pela Coordenação geral de Educação Ambiental (CGEA) parte do Ministério da Educação (BRASIL, 2010b).

Corroborando com essa compreensão da 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente (2013), Sorrentino *et al.* (2005) destacam que o Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação, com a organização da ministra Marina Silva, projetava a Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, no ano de 2003, tendo como tema “Vamos cuidar do Brasil”, com intuito de contemplar um público adulto e jovial uma ocasião em que colocaram as pautas ambientais em discussão. A proposta que permeou as atividades da Conferência direcionou para a materialização das discussões no ambiente escolar de como devemos zelar pelo meio ambiente. Nas discussões, cuidados com água, seres vivos e outros temas foram debatidos. Para a efetivação das atividades, um documento denominado “Passo a passo para a Conferência do Meio Ambiente na escola” serviu de base para nortear as ações

Em 2003, na ocasião do Dia Mundial do Meio Ambiente, aconteceu a I Conferência que permitiu a realização da Campanha “Vamos Cuidar do Brasil” pelas Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vidas nas escolas (COM-VIDAs), Rede da Juventude pelo Meio Ambiente (REJUMA) alcançando o total de 15.452 escolas e a participação de 5.658.877 pessoas e 3.461 municípios. Contou com a participação de comunidades de origens indígena, quilombola e assentamentos.

A II Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (II CNIJMA) ocorreu nos anos de 2005 e 2006, como desfecho das atividades desse momento foi produzido pelos 549 delegados presentes uma carta das responsabilidades. Esse



momento favoreceu a discussão a respeito das Oito Metas do Milênio propostas das Nações Unidas, houve ainda a reiteração de documentos produzidos pela sociedade civil, a exemplo o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidades Global, a Agenda 21 e outros. Foram tratados também a questão das mudanças climáticas, da biodiversidade e diversidade étnico-racial (Brasil, 2010b).

Karina, Xavier, Russo (2019) mencionam que, no ano 2007, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) foi criado pela Lei 11.516/2007, com a missão de cumprir a Constituição Federal no seu Art. 225, que assinala acerca do direito de todos em usufruir de um meio ambiente harmonioso e atender ainda as finalidades da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), como também buscar efetivar a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental (ENCEA). Os autores destacam ainda sobre a importância das Unidades de Conservação (UCs) não serem visualizadas como uma esfera isolada, mas sim como parte de uma totalidade.

Diante disso, há pela frente um esforço para a concretização da integração das UCs com diversos setores, como também despertar na sociedade entendimento de sentir-se parte inseparável dessa realidade (Karina, Xavier, Russo, 2019).

Em continuidade da CNIJMA, nos anos 2008 e 2009, com a temática Mudanças Ambientais Globais, ocorreu a III Conferência Nacional Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente (III CNIJMA), com a participação de 3,7 milhões de pessoas e 2.828 Municípios foi possível a realização de discussão acerca das problemáticas ambientais. Esta objetivou a estruturação da Educação Ambiental (PNEA) buscando atuação e engajamento no contexto escolar com ações de cunho social e ambiental.

O momento propiciou a organização de Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJs), a estruturação da Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (REJUMA) e as Com Vidas-Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas. A Conferência obteve um alcance em 59 mil instituições que fazem parte do segundo seguimento; e ainda seis mil instituições do primeiro segmento envolvendo assentamentos rurais, comunidades quilombolas e indígenas com a obtenção do material didático. O desfecho da III CNIJMA se deu com uma exposição de cartazes, produzidos nos Estados brasileiros, na ocasião, foi efetuada a entrega da Carta das Responsabilidades às autoridades (Brasil, 2006).

No ano de 2013, objetivando a consolidação no processo educacional da Educação Ambiental, de maneira a gerar compromisso no âmbito escolar e a contribuir com o processo educativo, aconteceu a IV Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (IV CNIJMA), sob o tema “Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis”. O momento contou com a missão de envolver um quantitativo de 72.498 escolas do universo públicas, privadas, urbanas e rurais da esfera municipal e estadual e escolas de áreas de assentamentos como também as de comunidades indígenas e quilombola (Brasil, 2006).

A ocasião obteve o envolvimento de 16.538 escolas, 3.519 municípios e 5.193.881 pessoas participando nas discussões sobre os subtemas: Terra, Fogo, Água e Ar. Com a organização e coordenação das Secretarias Estaduais de Educação, e a Comissões Organizadoras estaduais (COE), essas trabalharam na perspectiva de arregimentar o público de estudante, professores e outros segmentos para a efetivação da Conferência. Dessa maneira, como atividades conclusivas foram elaborados a Carta do Estudante, a Carta do Órgão Gestor da PNEA e 108 projetos construídos e escolhidos no âmbito das Conferências Estaduais (Brasil, 2006).

Partindo do entendimento da necessidade de refletir sobre alternativas de dias mais dignos, oportunizando o aperfeiçoamento dos objetivos que contemplassem o grupo social e este usufrísse de um meio ambiente saudável, fez-se oportuno a criação de um sistema de monitoração das políticas públicas em Educação Ambiental.

De acordo com Raymundo *et al* (2019), no ano de 2015, foi constituída a Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA), com objetivo de fomentar o corporativismo, dinamismo e resistência dos atores que compõem esse cenário de luta em defesa as políticas que envolvem a Educação Ambiental e o fortalecimento como política pública e a modificação do cenário atual, assumindo o compromisso de estruturação no que se refere ao acompanhamento e avaliação das políticas públicas de Educação Ambiental.

Sobre a realização da CNIJMA, Moraes, Vieira e Mortella (2018) destacam que, a partir de junho do ano de 2017, deu-se início a V Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, que teve como tema “Vamos Cuidar do Brasil. Cuidando das Águas”.

O Manual orientou a V Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente sobre a importância em contribuir para efetivação da Lei 9.795/1999 da Política Nacional de Educação Ambiental e da Lei Federal 9.433/97 (Lei de Águas). A

Conferência, conforme o referido Manual de orientações, teve como finalidade motivar o diálogo, participação e a coletividade no que se refere a ação em rede (Brasil, 2017).

Por meio da Portaria Interministerial, de 19 de dezembro de 2017, foi realizada a convocação da V CNIJMA, que teve como temática “Vamos Cuidar do Brasil. Cuidando das Águas. Portaria essa que destacou a Conferência Infante Juvenil pelo Meio Ambiente como um processo pedagógico com características a contemplar a comunicação e o agrupamento direcionados à importância do conhecimento ambiental no contexto escolar e cotidiano, partindo do entendimento de uma Educação Ambiental crítica e participativa, em que a democracia esteja presente (IPEA, 2017).

De acordo com Oliveira, Oliveira e Carvalho (2021), as Conferências anteriores buscavam um protagonismo tanto das crianças como da juventude no que diz respeito à construção de políticas públicas ambientais, à V CNIJMA e às questões da água sob a temática “Vamos Cuidar do Brasil Cuidando das Água”.

De acordo com Sorrentino *et al.* (2005), o Ministério do Meio Ambiente buscou, por meio de bases das Políticas Públicas, canalizar para projetos que permitissem a participação geral da sociedade, mesmo diante das possibilidades restritas que o Estado apresenta, busca-se a efetivação democrática das políticas. Dentre os planejamentos e projetos direcionados ao Município e região, temos os comitês de bacia hidrográfica, os Municípios educadores sustentáveis, como também a formação de educadores ambientais em parceria com Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs), as redes de Educação Ambiental que envolvem a parceria dos governos estadual e municipal, universidades, consórcios municipais, comitês de bacia hidrográfica e gerenciamento, conforme diretrizes do IBAMA e órgão das esferas federal e estadual.

Os direcionamentos sinalizavam para um engajamento que integrasse municípios existentes em determinadas eco-região, onde acontecesse a efetivação de determinados processos educativos, como: constituição de educadores ambientais, por meio de parcerias do MMA, a difusão em massa de propostas, materiais, campanha e outros. No que se refere à Educação Ambiental, criar ambientes para desenvolver o processo educacional (viveiros, praças públicas) de maneira a contemplar a comunidade. Também foi de grande importância oportunizar momentos de debates de maneira coletiva e democrática, a respeito da sustentabilidade e metodologias, ações e objetivos que envolvessem o processo (Sorrentino *et al.*, 2005).

Sorrentino, Maranhão e Diniz (2019) entendem que a política pública deve ter uma perspectiva ética que contempla a sustentabilidade e a cidadania que pode ser compreendida como mecanismo voltado a formalidade e informalidade materializadas em domínios que buscam a solução de problemas e produção e melhoramento do bem-estar da coletividade. Os autores também destacam a política pública como uma ordenação que envolve o Estado e sua atuação que objetiva resolver situações peculiares do corpo social.

Considerando os avanços e retrocessos da Educação Ambiental, vale ressaltar, conforme Sato *et al.* (2019), que no mês de janeiro do ano de 2019; aconteceu sorrateiramente, a supressão do Órgão Gestor da Educação Ambiental, que compunha o Ministérios da Educação (MEC) e do Meio Ambiente (MMA). Diante do acontecido, o Grupo de Trabalho 22, ligado à Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação e Pesquisas em Educação (ANPEd), inconformado, se organizou e usou as redes sociais para debater, com urgência, partindo do entendimento que havia necessidade de buscar alternativas para deter tal supressão, que resultaria no enfraquecimento da política ambiental.

Para Ribeiro, Santos e Araújo. (2022), com base em seus estudos realizados, asseveram que para a consolidação de políticas ambientais e a instituição da Educação Ambiental o cuidado com o meio ambiente e a biodiversidade são necessários e precisam trilhar uma longa trajetória, sendo assim, é considerável a força tarefa de educadores para implantar condutas de compromisso com meio ambiente, frente ao modelo de sociedade escrava do capital e centrada no discurso do crescimento econômico. Diante disso, se explica a lentidão da trajetória da Educação Ambiental e o distanciamento em vários âmbitos que a sociedade está inserida.

Dessa forma, faz-se necessária a luta por melhoramento e avanço das políticas públicas da Educação Ambiental, resistindo às forças hegemônicas que tentam, a todo custo, limitar a política ambiental.

### 3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PRÁTICA EDUCATIVA

Esta seção apresenta direcionamentos a respeito de como a Educação Ambiental deve ser debatida no contexto das escolas municipais da cidade de Porto Velho-RO, e a materialização das tendências ambientais na Educação Ambiental e quais tendências aparecem, de maneira habitual, nas práticas educativas do século XXI, bem como qual prática em Educação Ambiental é relevante para as escolas inseridas nesta investigação, qual o papel da interdisciplinaridade para as práticas de Educação Ambiental e como a Pedagogia Histórico-Crítica (Saviani, 2020) é capaz de auxiliar a prática educativa no campo ambiental.

#### 3.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CARACTERÍSTICAS E TENDÊNCIAS

A Educação Ambiental transita por diferentes conceitos, pois as preocupações relacionadas ao meio ambiente estão se materializando com variadas interpretações. A princípio, é de suma importância destacar a Educação Ambiental como processo que se dá ao longo da existência dos indivíduos, colaborando com a sociedade e seu desenvolvimento. Desse modo, a Lei 9.795/1999 no Art. 1º enfatiza:

Art. 1º Entendem-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Brasil, 1999, p. 1).

A esse respeito, entende-se a Educação Ambiental como colaboradora na produção da realidade do ser humano de maneira a auxiliar na preservação do meio ambiente. Dessa maneira, considerando a integração do meio ambiente com os aspectos sociais, é importante analisar as modificações a que este está submetido. Agudo, Tozzoni-Reis (2020, p. 150) destacam o seguinte entendimento:

A partir da compreensão da relação entre sociedade e natureza, portanto, precisamos entender a transformação da natureza pela sociedade e o processo da natureza tornada ambiente nas relações sociais estabelecidas, principalmente no contexto do sistema capitalista, em que a natureza se configura como mercadoria.

Analisando pelo ângulo de uma Educação Ambiental emancipatória, Lima (2004) destaca esta como um processo de transformação a respeito dos aspectos social e cultural, auxiliada por outras vertentes como políticas, econômicas e tecnocientíficas.

Para Carvalho (2004), partindo do valor da ação educativa direcionada ao meio ambiente em um contexto imerso em impasses, é favorável o estabelecimento da Educação Ambiental percebida como uma ação política e pedagógica que busca a consolidação social onde os cidadãos usufruam de direitos ambientais.

Layrargues e Lima (2014) entendem que os desafios impostos pelas problemáticas de ordem climática colocam em evidência o papel e demandas da Educação Ambiental que são os de identificar, questionar as complexidades das questões envolvidas, possibilitando a criticidade da realidade e colaborando para a produção do conhecimento e de práticas que possibilite modificação.

A Educação Ambiental é entendida por Loureiro (2007) como forma de observar o mundo no campo de combate entre si. Diante disso, a identidade foi delineada pela predileção em ocultar a realidade imersa no urbano-industrial e pelos padrões da cultura do consumismo, individualismo do que buscar por propostas que apresentem outras possibilidades.

Sauvé (2005) enfatiza que no contexto da Educação Ambiental, mesmo havendo uma inquietude para com as problemáticas do meio ambiente e a percepção de sua importância para o meio ambiente, surgem, nesse cenário, vários discursos a respeito de práticas relativas à Educação Ambiental. Conforme o autor, uma maneira para compreensão dessas variadas correntes é organizar um mapeamento no âmbito pedagógico, identificando semelhanças e divergências existentes, como também as oposições e os pontos onde se complementam.

Conforme Layrargues e Lima (2014), durante o ano de 1990, houve uma motivação maior em nível internacional, relativa à metodologia que auxiliasse resolver as problemáticas do meio ambiente no contexto da Educação Ambiental, tendo como argumento responsabilizar a sociedade pelas causas ambientais, entendendo que para enfrentar os desafios de ordem ambiental cada cidadão precisaria contribuir. Dessa forma, houve uma modificação com relação ao consumismo, colaborando para o fortalecimento da macrotendência pragmática de maneira acentuada no contexto dos educadores ambientais. No campo da Educação Ambiental, Layrargues e Lima (2014) apresentam as macrotendências no Quadro 1:

**Quadro 1 - Macrotendências da Educação Ambiental**

<b>Conservacionista</b>	Caracteriza-se por atividades de sensopercepção ao ar livre, associa-se à concepção da ecologia afetividade e modificação na maneira de agir com a natureza. Relaciona a Educação Ambiental com a pauta verde (Unidades de Conservação, ecoturismo, biodiversidade e outros), nas lutas para modificação do cenário social apresentam-se indiferentes. Com viés conservador nos aspectos educacionais e sociais, pois o arcabouço social não é problematizado. Enfatizam questões importantes de transformações culturais, porém a efetivação torna-se impossível por não analisarem de maneira crítica a realidade na busca de transformação das estruturas econômicas e políticas. Confiam na ação do mercado para a promoção da sustentabilidade.
<b>Pragmática</b>	Está vinculada a correntes de defesas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e Consumo sustentável, com raízes nas forças neoliberais. A dominância da lógica e ideologia do capital sobre o corpo social, caracteriza-se por preocupar-se com questões de resíduo sólido, desenvolvimento tecnológico, economia e consumo verde, as questões socioambientais como também mecanismo de desenvolvimento limpo e ecoeficiência produtiva. Compactua com Consumo Sustentável por ter bases no urbano-industrial, faz alusão às reformas setoriais com ocorrência, no âmbito da sociedade, são indiferentes as bases que promovem as reformas e ocasionam a crise no meio ambiente. A Educação Ambiental concebida sob as bases da macrotendência pragmática caracteriza-se formatada pelo universo do neoliberalismo diminuindo a ação do estado comprometendo dessa forma as políticas públicas e consequentemente as políticas ambientais. A inexistência da análise dos fatores causais e resultados, ocasionando uma visão de neutralidade da ciência.
<b>Crítica</b>	O universo da macrotendência crítica reúne as correntes da Educação Ambiental que se apoia em um viés crítico das bases que geram a hegemonia sobre o ser humano e os mecanismos pelo quais permite a acumulação do capital, destacam-se as correntes de Educação Popular, a Emancipatória, a Transformadora e a Processo de Gestão Ambiental suas lutas são direcionadas ao posicionamento frente ao sistema injusto instalado no cenário socioambiental. Tais correntes se concretiza na resistência as tendências de origem conservadoras, em suas defesas trazer à tona a crítica a respeito do protótipo social e desenvolvimento determinado no corpo social, suas defesas têm como bases o debate da Cidadania, Democracia, Participação, Emancipação, Conflito, Justiça Ambiental como também a Transformação Social. Entende que as problemáticas ambientais necessitam de análises acuradas diante da complexidade envolta, não permitindo argumentos reducionistas, combatendo a dualidades entre indivíduo e sociedade, e outros.

Fonte: Layrargues e Lima (2014, p.31;32;33).

Além destas três tendências, apontadas por Layrargues e Lima (2014), também Sauvé (2005) considera que há outras tendências da Educa o Ambiental denominadas mais antigas: naturalista, conservacionista/recursista, resolutive, sist mica, científica, humanista, moral/ tica exerceram forte influência entre os anos de (1970 a 1980). Sendo que as denominadas mais recentes: holística, biorregionalista, prática, crítica, feminista, etnográfica, eco educa o e sustentabilidade estão associadas a questões da modernidade.

Para Layrargues e Lima (2014), como possibilidades teórico-práticas, as macrotendências Conservacionistas e Pragmáticas têm viés reducionista e conservador. Reducionista por não possibilitar um olhar da totalidade, indiferente às peculiaridades; essa tendência analisa o contexto isoladamente, ignora a complexidade e limita-se a uma percep o fragmentada da realidade, de forma a desconsiderar as questões ideológicas, políticas e econômicas e as conexões de domínio existentes entre os protagonistas sociais envolvidos nas agendas das questões do meio ambiente. Tal macrotendência contribui para um distanciamento no conhecimento, pois desvinculam a política das problemáticas ambientais, ocasionando um entendimento "raso", ancorado no senso comum.

São ainda conservadoras e reprodutivistas, por não considerarem as conexões existentes entre as temáticas e a estrutura política econ mica do modelo apresentado de desenvolvimento na atualidade, pois negam a realidade concreta, orientando o processo educativo indiferente a a o do capital no que se refere a insustentabilidade. A indiferença com rela o a ecopolítica permite a prática descontextualizada, comportamentalista, como também conteudista, apostam em um compromisso individual com rela o   sustentabilidade (Layrargues, Lima; 2014).

O cenário antag nico retrata as armadilhas que pairam sobre a sociedade imersa em uma crise social, decorrente da domina o de uma classe hegem nica, com poder de decisão político-econ mica, fundamentado no pseudodesenvolvimento.

O discurso externado da política do desenvolvimento traz a cilada de determinado progresso, bem-estar social e conformismo estagnado por uma matriz que tem como pano de fundo uma visão conservacionista da dinâmica social. Reforçando essa compreensão, Lima (2004) destaca que o formato social vigente apresenta um panorama de mazelas sociais, refletido em variados aspectos, como utilitarismo e valor econômico.



A visão utilitarista, implantada, utiliza o discurso da sustentabilidade para alcançar objetivos econômicos e políticos. Dessa forma, esse modo de lidar com os recursos naturais ocasionam sérios infortúnios de ordem ambiental.

A Educação Ambiental consiste em um trabalho educativo para auxiliar nos desafios do meio ambiente, sob olhares de diversos atores sociais, que buscam orientar as ações conforme suas ideologias defendidas. No cenário mundial, a educação pragmática tem se estabelecido como um projeto em defesa do capital.

Barba e Pereira (2015) enfatizam que a importância do processo educativo, que colabora para os desdobramentos da lógica educativa, seja de uma Educação Ambiental que se estabeleça na teoria e prática de modo a promover conexões no âmbito da política, sociedade e meio ambiente.

Contribuindo com esse entendimento, Cordeiro (2022) defende que a Educação Ambiental precisa acontecer no campo político, para que aconteçam conexões diferentes com o mundo, possibilitando a modificação da realidade em todos seus âmbitos, local, regional e planetária, de forma que os conhecimentos e as análises sobre os contrastes da realidade sejam maximizados.

Caminhando por esse ideário, a macrotendência Crítica da Educação Ambiental aparece como abordagem que permite problematizar as demandas ambientais e os aspectos políticos vinculados: as questões da desigualdade socioambiental, injustiça, racismos, temas que a macrotendência Crítica da Educação Ambiental problematiza, não desvinculando do cenário econômico das forças hegemônicas. Possibilita a análise crítica da realidade e denuncia a não neutralidade ideológica existente no campo educativo, que prima por perpetuar o capital (Layrargues, Torres, 2022).

Nessa perspectiva, é importante a análise, pautada em práticas sociais direcionadas e vinculadas ao desenvolvimento da aceção da Educação Ambiental emancipadora. Para Jacobi (2005), é preponderante que o conhecimento estabeleça conexões no que se refere aos aspectos que envolvem a natureza e a esfera social, levando em consideração todos os fatores que fazem parte do processo, relacionados à estrutura social, observando os componentes que fazem parte do contexto, mas também a atuação de cada envolvido. Observando também o cenário social que se encontra organizado e possibilita a diversificação de ações que contemplem um desenvolvimento, porém, no sentido de englobar a sustentabilidade e a sociedade.

Carvalho (2004) analisa os cenários político e cultural em uma situação problemática de forma que a instabilidade instalada caracteriza o campo onde acontece a luta ambiental, ocasionando posturas com relação ao meio ambiente, abrangendo diversas pautas, não somente de cunho democrático, mas ainda as conservadoras.

A tendência da Educação Ambiental crítica considera o cenário político, ético social, e os desafios a serem superados, de forma que se coloca resistente a qualquer projeto de redução das questões socioambientais, existente na realidade.

Para Mendes e Barba (2021), a questão da Educação Ambiental deve ser percebida como um fazer social, entrelaçado à historicidade por constituintes epistemológicos, éticos e políticos. Num viés epistemológico, percebe-se a importância do conhecimento para o entendimento do contexto que envolve o ambiente que se materializa nas conexões e no fazer educativo. Diante disso, a ética se materializa pelo ser e agir frente ao contexto sociopolítico e mediante as responsabilidades que concerne ao ser humano junto à realidade.

Guimarães (2004) corrobora com a discussão, dizendo que a Educação Ambiental crítica busca viabilizar ambientes educativos, que permitam a materialização de suas demandas de ordem social e ambiental, buscando a superação de estratégias paradigmáticas, de forma que tanto educandos quanto educadores desfrutem de formação que colabore na modificação do século XXI, imergido no caos de ordem socioambiental.

A Educação Ambiental Crítica tem como finalidade manifestar a realidade encoberta, de modo que o processo educativo a acesse, colaborando, com a modificação do corpo social contemporâneo, posicionando-se de forma inteligente no âmbito político e, levando em consideração a abrangência do processo educativo da educação formal que não se limita ao espaço escolar, mas transpõe os limites da escola contribuindo para a compreensão da interação existente entre Educação Ambiental e educação popular (Guimarães, 2004).

Para tanto, são necessários direcionamentos que leve à reflexão de transformação da realidade; então, é de suma importância a presença do educador nesse processo. A esse respeito, Jacobi (2005) entende ser a inclusão da educação, ambiental crítica sinônimo de posicionamento do educador, pois intensifica a percepção a respeito da Educação Ambiental no campo de prática político-pedagógica, gerando oportunidades de levar as pessoas à reflexão no que se refere

à possibilidade de mudanças nas diferentes formas de atuação na esfera social e do comprometimento socioambiental. O envolvimento, de forma significativa, de vários personagens, de maneira inteligente e com poder de decisão, nas demandas de utilidades públicas.

Conforme Meyer (2001), as ações que contemplam a Educação Ambiental limitam-se ao contexto escolar, com atividades de cursos e campanhas informativas, não experienciando outras atividades como as excursões e o aprofundamento das questões do dia a dia, contribuindo para uma prática pautada no ouvir e no fazer educativo.

Diferentemente de orientações para uma Educação Ambiental estática, Silva e Silva (2017) entendem que ela precisaria colaborar para a construção de uma ética diferente no campo socioambiental e infundir nos seres humanos um pensamento pautado em comportamento alicerçado na moral de uma economia coerente e sustentável.

De acordo com Barba e Pereira (2015), a procura pelo processo educativo leva a reflexão da prática educativa que adotamos, e como essa prática reflete nas conexões que nos colocam em posição de um educador que, pelas análises, permita-se, com seus alunos, a construção da realidade, possibilitando a aplicabilidade dos conteúdos no cotidiano de forma a desvelar nos diferentes ambientes a diversidade, a exemplo disso, os alunos especiais, brancos, negros e indígenas presentes no contexto de uma sala de aula.

Pedrini e Silva (2023) faz a análise partindo da reflexão da classificação das macrotendências no que se refere à educação crítica e à adaptabilidade que possui para a efetivação em qualquer contexto; observa ainda que ações, desprovidas da problematização, envolvem a política e a crítica das problemáticas socioambientais terão insucesso com relação à condução dos aprendizes aos percalços.

Contribuindo com esse entendimento, Guimarães (2004) entende que as atividades pedagógicas, com viés no campo da criticidade, agem de forma a romper com os artifícios de paradigmas, tem como alvo possibilitar a dinâmica da coletividade, que produz a cooperação de facilitar a junção da ação pedagógica à dinâmica do contexto social.

Diante disso, verifica-se o valor da efetividade da Educação Ambiental e suas características locais para o Estado de Rondônia, parte da região Amazônica. Por isso, a Educação Ambiental deve permitir uma ação pedagógica com práticas, nas

Escolas Municipais de Porto Velho Flor de Laranjeira e Odília Pereira de Oliveira II, que contribuam para possíveis soluções das questões socioambientais circundante da localidade do Município de Porto Velho. Colaborando com esse pensamento, Barba e Pereira (2015) presumem que a Educação Ambiental deve estar envolvida de forma responsável com a realidade concreta.

É preponderante que ações educativas críticas, concernentes à Educação Ambiental, adentrem aos muros das escolas públicas, em níveis estadual e municipal, pois deve ser o ambiente ideal para materialização e debate dos saberes ambientais de maneira a revelar as contradições instaladas na sociedade e oportunize o entendimento acerca dos fatores causais das questões ambientais, possibilitando a construção de conhecimento que auxilie na construção de políticas que contemplem o meio ambiente e a educação (Mendes, 2019).

Cabe, no entanto, a busca por entendimento de práticas educativas que analisem o meio ambiente e a realidade em suas múltiplas complexidades. Colaborando com esse pensamento, Quintas (2004, p. 117) faz a seguinte alusão:

A necessidade que a problemática ambiental coloca de se buscar um outro modo de conhecer, que supere o olhar fragmentado sobre o mundo real, coloca também, o desafio de se organizar uma prática educativa, onde o ato pedagógico seja um ato de construção do conhecimento sobre este mundo, fundamentado na unidade dialética entre teoria e prática. Portanto, o reconhecimento da complexidade do conhecer implica em se assumir a complexidade do aprender.

Desse modo, compreender o ambiente natural é importante para perceber as relações existentes entre o ser humano e o espaço natural. Partindo dessas premissas, necessária se fez a exposição das macrotendências existentes nesse vasto campo de disputa, com suas defesas.

Diante isso, surge o valor de um posicionamento permeado pela criticidade, que possibilita fomentar uma Educação Ambiental autônoma pelo caminho da interdisciplinaridade.

### 3.2 O TRABALHO EDUCATIVO NAS PRÁTICAS AMBIENTAIS

É inegável que para concretização da Educação Ambiental, de maneira abrangente, haja a necessidade de esforços de todos envolvidos no processo educativo, pois envolvem múltiplas questões como: interdisciplinaridade, o trabalho do

professor pedagogo, currículo, formação do professor. Tudo isso com base em uma pedagogia crítica, que colabore com direcionamentos e organização criteriosa nas intervenções, permitam chegar nos objetivos planejados e possibilitem engajamento nas atividades de diversos setores que compõem a esfera social.

No que tange a interdisciplinaridade, Japiassú (1976) analisa a definição e elaboração da interdisciplinaridade a partir de pensamento crítico, no que se refere aos muros estabelecidos entre disciplinas, ocasionando as divisões existentes entre essas, o que resulta num caminho de modificação no aspecto metodológico no campo das ciências humanas.

A interdisciplinaridade busca contribuir para o rompimento da fragmentação do conhecimento, auxiliando no processo educativo e está intrinsecamente ligada à dinâmica existente na realidade, conforme afirma Frigotto (2008, p. 43-44):

A **necessidade** da interdisciplinaridade na produção do conhecimento funda-se no caráter dialético da realidade social que é, ao mesmo tempo, uma e diversa e na natureza **intersubjetiva** de sua apreensão, caráter uno e diverso da realidade social nos impõe distinguir os limites reais dos sujeitos que investigam dos limites do objeto investigado. Delimitar um objeto para a investigação não é fragmentá-lo, ou limitá-lo arbitrariamente. Ou seja, se o processo de conhecimento nos impõe a delimitação de determinado problema isto não significa que tenhamos que abandonar as múltiplas determinações que o constituem. É neste sentido que mesmo delimitado um fato teima em não perder o tecido da totalidade de que faz parte indissociável.

Para tanto, é necessário pensar em uma Educação Ambiental que atravesse o currículo escolar contemplando não somente em nível de modalidade, mas nos níveis de ensino da educação básica, considerando as peculiaridades existentes em cada etapa do ensino. Dessa forma, a interdisciplinaridade se apresenta como ferramenta para auxiliar a permeabilidade do saber ambiental no processo da prática educativa.

A indiferença aos processos históricos em que o conhecimento e práticas pedagógicas se constroem tem permitido a interdisciplinaridade ser analisada do ponto de vista não concreto e dispensável. No processo educativo, é caracterizada como um instrumento didático a junção das peculiaridades do conhecimento das diversas áreas e saberes de maneira integrada (Frigotto, 2008).

Fazenda (2011) entende que a interdisciplinaridade tem sido pauta no âmbito educacional em uma parte considerável dos países do ocidente. O debate estende-se

em torno da estruturação curricular, a maneira como ocorre a aprendizagem e a formação docente.

Segundo Compiani (2001), o contexto das escolas públicas apresenta um impasse de grande dimensão, pois estas não possuem o preparo necessário para que as bases pedagógicas direcionem os conhecimentos de maneira interdisciplinar. A expansão da preocupação envolve vários segmentos sociais tanto na esfera local quanto a nível planetário. É perceptível a urgência por uma formação que contemple a todos docentes buscando uma transformação no que se refere a currículo e outros.

Para Castro (2001), o processo de formação de professores ambientais deve estar centrado em um realinhamento no campo metodológico, conceitual e curricular, de maneira que o docente identifique o conhecimento e a dialética presentes nessa dinâmica, originada pela relação estabelecida entre alguns fatores tais como: sujeito e objeto bem como a importância afetiva e a percepção que envolve a complexidade e a contextualização das questões ambientais. Neste caso, o ato de reproduzir o método tradicional seria contraditório. Quanto mais exista um estreitamento com os pressupostos que compõem a Educação Ambiental, a interdisciplinaridade e a contextualização dentre outros, necessário se faz que as esferas institucionais, universidades estejam também reavaliando e refletindo em um projeto político pedagógico que proporcione um melhoramento no cotidiano e a reflexão no que se refere à integração natureza e sociedade.

Conforme Loureiro (2004), a problemática ambiental é um campo diverso no reduto da trans e interdisciplinaridade, porém no que se refere às questões espaço-temporais e método, a dialética está inserida entre as tradições que tem como finalidade criar possibilidades que levem à reflexão do que se pretende construir.

Nessa perspectiva de avançar no campo do saber ambiental, Barba e Pereira (2015) sugerem que a interdisciplinaridade possibilita uma junção de linguagem e comunicação no que se refere a sujeitos reunindo o saber desenvolvido pelos seres humanos, entendidos como um padrão que modificam os conhecimentos ambientais podendo se concretizar tanto no espaço escolar como fora do ambiente da escola.

Neste sentido, Bernaldino, Oliveira e Barba (2023) opinam que no processo de mobilização e integração a criticidade e a interdisciplinaridade de várias áreas do conhecimento se torna o ponto crucial da ação do educador para proceder a comunicação entre Educação Ambiental e as demandas ambientais.

A Educação Ambiental, no processo educativo, deve ser fomentada por uma via que contemple o currículo, nos aspectos da formação continuada e interdisciplinaridade. Assim, na construção do conhecimento, haverá possibilidade de melhor compreensão dos aspectos social e político da existência, inclusive a problemática ambiental (Barba e Cavalari, 2018)

Aguina, Lista, Braga (2022) consideram que, na contemporaneidade, a Educação Ambiental deve ser pensada mais ampla, não mais como mecanismo de alcance de objetivos e compromissos civis ou mesmo a ampliação do capital, porém, necessita-se de uma Educação Ambiental com direcionamentos para o alcance da sustentabilidade, e que o desenvolvimento esteja ladeado de questões políticas com visão do socioambiental e apoiada pela humanidade do globo terrestre.

Layrargues e Lima (2014) afirmam que a inquietude da Educação Ambiental Crítica não se limita apenas no contexto político, mas esta debruça-se em refletir nas problemáticas presentes nas demandas ambientais que não terão respostas em um debate que reduza a realidade. Assim, a Educação Ambiental Crítica faz suas defesas em busca de modificar o entendimento distorcido da realidade, engendrado pelo paradigma cartesiano em que dissemina realidade sem conexões entre suas partes, reproduzindo um cenário fragmentado.

A metodologia empregada pelos docentes está associada aos resultados positivos ou negativos do processo do ensino-aprendizagem, desse modo, as práticas docentes são consolidadas em um conhecimento frágil, no que tange aos sustentáculos da educação, ocasionando uma indefinição e fusão de tendências, assim imergindo em base tradicional que diversifica nos princípios escolanovista e libertário, não alcançando um posicionamento filosófico.

Nesse cenário, o ser humano é envolvido em um contexto que de nada contribui para sua emancipação e formação omnilateral, diferente disso torna-o despido de suas potencialidades e envolto por um empobrecimento. Mediante essa forma de alienação do homem, faz-se necessária a imposição do ser humano em toda sua potencialidade. Manacorda (2007, p. 87) compartilha o seguinte entendimento:

Frente a realidade da alienação humana, na qual todo homem, alienado por outro, está alienado da própria natureza, e o desenvolvimento positivo está alienado a uma esfera restrita, está a exigência da onilateralidade, de um desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e das capacidades da sua satisfação.

Busca-se por uma Educação Ambiental como prática educativa sustentada na Pedagogia Histórico-Crítica, que supere a visão alienada e fragmentada de mundo e que possibilite a reflexão sobre as contradições existentes nos processos históricos, a partir de uma lógica dialética. (Saviani, 2020, 2021)

Desse modo, a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) com base no materialismo histórico-dialético, busca fazer que a escola conceba o entendimento de debruçar-se sobre a realidade e a perceba como totalidade e ainda seus respectivos movimentos históricos.

De acordo com Saviani (2020), o materialismo histórico tem suas bases na dialética, que busca trabalhar com as contradições existentes no âmago da realidade e inserindo-a, diferentemente da lógica formal. Com isto, a PHC tem como finalidade estruturar o ofício da educação, que é construir em cada ser humano, em sua individualidade, a humanidade que, ao longo da história, é concebida de maneira conjunta. Os meios pedagógicos partem de um entendimento da prática no aspecto social, percebendo a educação como interventora no contexto da prática social

A Pedagogia Histórico-Crítica, busca a conexão dos modos como os homens produzem sua existência com os conhecimentos pedagógicos, tendo como ponto de partida a forma como é produzido o viver humano no decorrer da história (Saviani, 2021).

Loureiro e Tozoni-Reis (2016) entendem que a crítica de base marxista não se sucumbe em um campo de críticas com ênfase teórico-formal ou em aspectos éticos, tal crítica consolida-se por evidenciar os meios de produção do capital que, de forma clarificada, ocasiona a precarização do trabalho e a utilização da natureza de maneira abusiva, como também a reprodução que é definida pelo poder do Estado, as forças hegemônicas e a sujeição da sociedade. Dessa maneira, a matriz marxista se posiciona de forma a modificar o cenário de lutas do corpo social com a emancipação.

A este respeito, Loureiro *et al.* (2009, p. 89) entendem que os aspectos da pedagogia crítica são elementos fundamentais para a formação humana voltada a Educação Ambiental Crítica:

Então, a pedagogia crítica para a Educação Ambiental articula a concepção de educação como processo de formação humana onilateral com a concepção de ambiente pautado nos aspectos sociais, históricos e políticos, o ambiente compreendido como concreto pensado, como “síntese de múltiplas determinações” (grifo no original).



Nesse contexto, é necessário entender que é interessante destacar que a PHC contribui para com a Educação Ambiental Crítica de modo que o conteúdo é fundamental no processo de aprendizagem (Agudo, Tozzoni-Reis, 2020).

Agudo e Tozzoni-Reis (2020) percebem que a PHC possui um potencial de oportunizar o melhoramento de ações de Educação Ambiental no contexto escolar e as práticas essenciais de cunho social, ambiental que proporcionem uma modificação no âmbito escolar. Do mesmo modo, os conteúdos voltados a Educação Ambiental, de modo crítico, envolvem uma didática fundamental para a compreensão da realidade nos aspectos 'críticos visando a emancipação.

Lima (2004) ressalta que a Educação Ambiental permite a emancipação, tem afinidade nas percepções com viés modificador a respeito do processo educativo e também, da sustentabilidade, sendo que há uma compreensão a respeito do contexto e das situações presentes no que diz respeito à formação da prática educativa e ao arcabouço de produção de outras interações no campo social e socioambiental auxiliando como vínculo para reelaboração posterior de mundo.

Loureiro e Tozoni-Reis (2016) compartilham o entendimento de que a pedagogia histórico-crítica colabora no campo da Educação Ambiental, principalmente se o indivíduo pode apoderar-se dos elementos culturais.

A este respeito, Barba e Cavalari (2016, p. 15) afirmam que:

Neste contexto, a articulação didática dos princípios da PHC com a Educação Ambiental, demanda práticas educativas diferenciadas de educadores por meio de uma formação humana integral construindo o que se denomina professores reflexivos engajados. Assim, fundamentada na crítica a sociedade capitalista, a didática da PHC caracteriza-se pelo fato de que o trabalho educativo esteja voltado para uma educação emancipatória permeando o caráter político da Educação Ambiental.

A Educação Ambiental contribui por uma luta, por uma superação que contempla a apreensão das problemáticas socioambientais, mas também busca o alcance por justiça e a sustentabilidade. Fortalece a questão da cooperatividade e igualdade, dá origem ao educador como uma ponte entre as reflexões e ações permitindo aprendizagens com potencial de reflexão para a existência de uma sociedade mais digna.

Nessa perspectiva de uma Educação Ambiental, que permite insistir por superação social, é pertinente realçar o trabalho do professor pedagogo em sala de aula como um instrumento que auxilia na busca de uma melhor aprendizagem.

A contemporaneidade caracteriza-se por ser pedagógica e aponta para a necessidade de práticas pedagógicas, relacionadas à qualificação do professor pedagogo, que desenvolve demandas, tem potencial de decisão, compreensão operacional e compromissos éticos (Libâneo, 2001). Para o alcance da Educação Ambiental Crítica, é importante observar fatores como a constituição do currículo e o processo formativo do professor pedagogo.

Frente aos desafios que envolve o trabalho do professor pedagogo para o alcance de resultados satisfatório, é preponderante observar os múltiplos fatores do processo ensino-aprendizagem. Franco (2016) entende que a prática pedagógica transpõe às práticas didáticas, reúne fatores como: os contextos formativos, a temporalidade escolar e conexões do professor.

Sobre o currículo, cabe analisar os pressupostos que o constituem, as bases estruturantes que o elaboram e concebem, pois para uma Educação Ambiental Crítica é preponderante a concretização do currículo que possibilite o desenvolvimento de ações com atividades sociais que auxiliem o aluno na leitura crítica e questionamento sobre a sociedade.

Partindo da urgência do estabelecimento da Educação Ambiental Crítica, há a necessidade de um currículo de teorias críticas que, de acordo Silva (1999), contrapõe as teorias tradicionais e traz à luz os pressupostos estruturais da sociedade e dos processos educacionais. Nesse campo de disputa, contrapondo ao currículo crítico, é importante enfatizar o currículo oculto que transita em meio ao processo educativo como forma de desmitificar as bases críticas.

Na contramão das bases críticas, as ações comunicadas pelo currículo oculto são percebidas como inoportunas, pela deturpação dos verdadeiros objetivos do processo educativo, conforme ajustam o ser humano para adequar às injustiças manifestas no arcabouço da sociedade reproduzida pelas forças hegemônicas (Silva, 1999).

Cabe esclarecer que currículo deve estar em sintonia com as necessidades que envolvem o ser humano, ser flexível a novos conhecimentos e disposto a questionamentos e que o trabalho docente e humano esteja nele configurado.

Arroyo (2014) explica que o conhecimento está submetido à pressão, a incertezas e reconfigurações diante do novo saber. O autor afirma que o currículo existente na Escola assume uma posição diferente, reduzido à percepção do conhecimento como algo inquestionável que alcançou o cume, ausência de validade e questionamentos dos processos sociais, a não flexibilidade para novos conhecimentos. Quando os currículos resistem a questionamentos da realidade e transformações de um novo saber estão presos a conhecimentos ultrapassados.

Nessa perspectiva, é importante destacar que o trabalho docente e humano nas estruturas curriculares é visualizado como irrelevantes. Os conhecimentos construídos, valores e culturas arraigados no trabalho não são percebidos como importantes tanto no campo político quanto pedagógico (Arroyo, 2014).

No decorrer dos últimos dois séculos aconteceram diversas modificações no âmbito da formação de professores no Brasil cujas demandas pedagógicas aos poucos se transformou em processos formativos nos currículos dos cursos de licenciaturas nas Universidades (Saviani, 2011).

A sociedade tem passado por um processo de mudanças e alcançado um nível maior na exclusão social. Da mesma forma, a Escola vivencia esse cenário excludente e desafiador não somente porque precisa atuar como protagonista e conectada com os aspectos social, econômico, político e cultural. Com a incumbência de incluir o ser humano e contribuir para a justiça social, a Escola necessita de pedagogos escolares com potencial que, com sua prática pedagógica, realize conexão com a teoria (Libâneo, 2001).

Para Pimenta (1997), pensar no professor é pensar na valorização da sua formação, na realização do trabalho crítico-reflexivo relacionado às práticas didáticas. A teoria auxilia, apontando caminhos para uma compreensão, sabendo que o adulto faz pontes com suas vivências, porém não, limitando aos conhecimentos individuais. A formação transita por diversos saberes no campo da prática reflexiva, da teoria especializada, da militância pedagógica.

A formação do professor pode ser percebida como um projeto que envolve tanto a formação inicial quanto a continuada, sendo uma via dupla. A própria formação do docente contempla o revigoramento contínuo do saber, materializado em sua prática. É fundamental conceber a Escola como um ambiente de trabalho, mas também de formação. É importante realçar a existência de uma gestão democrática e ações

curriculares integrativas, proporcionando assim conexões para formação contínua, tendo, a princípio, a formação inicial (Pimenta, 1997).

Nesse sentido, os professores envolvidos nos contextos do ensino precisam continuamente estar revigorando as práticas e apoderando-se de novos conhecimentos, como os da Educação Ambiental. A reconfiguração do currículo diante de novos saberes, é preponderante para desenvolver a formação continuada do professor com temas voltados a Educação Ambiental.

A formação continuada necessita colaborar no sentido de que a Educação Ambiental seja concretizada, no âmbito da análise crítica, para que professores da educação infantil e ensino fundamental possam transpor o modelo conservador e pragmático de currículo escolar.

Em relação ao ensino e à aprendizagem, intervenções de cunho social, cognitivo e afetivo são necessárias nos contextos formativos da Educação Ambiental, principalmente no âmbito dos conteúdos, planejamentos e habilidades (Medina, 2001). Os processos formativos em Educação Ambiental permitem ao docente vivenciar um trabalho crítico-reflexivo, reelaborar saberes, compreender significativamente a realidade que o rodeia. Dessa forma possibilita no processo formativo o trabalho educativo ambiental nas Escolas.

## 4 O TRABALHO EDUCATIVO AMBIENTAL EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE PORTO VELHO, RO

Esta seção está dividida em duas subseções. A primeira apresenta a descrição das Escolas investigadas (E.M.E.I.E.F Flor de Laranjeira e E.M.E.I Odília Pereira de Oliveira II).

Na segunda seção encontra-se, as categorias analisadas são elas: 1) Eixo de da compreensão de Educação Ambiental na Escola a partir da percepção das professoras entrevistadas; 2) Documentos que direcionam a Educação Ambiental a partir da percepção dos pesquisados; 3) Relação teoria e prática da Educação Ambiental nas Escolas estudadas; 4) Planejamento e execução de práticas educativas de Educação Ambiental na Escola; 5) Práticas educativas no ambiente das salas de aula das Escolas.

### 4.1 DESCRIÇÃO DAS ESCOLAS ESTUDADAS

A pesquisa objetivou realizar a investigação e observação das práticas educativas no campo da Educação Ambiental em duas Escolas do Município de Porto Velho – Rondônia: EMEIEF Flor de Laranjeira e EMEI Odília Pereira de Oliveira II. A Escola EMEIEF Flor de Laranjeira está localizada na Rua Buritis, 4316. Bairro Nova Floresta na Zona Sul de Porto Velho, Rondônia.

**Mapa 1** - Localização da Escola EMEIEF Flor de Laranjeira



Fonte: <https://www.google.com/maps>. (Acesso em: 03 de novembro de 2023).

De maneira significativa, houve mudanças em relação ao pavimento asfáltico e à preservação desde bairro, a maioria das ruas é asfaltada, com efetiva manutenção da Prefeitura; as moradias recebem o fornecimento de água pela Companhia de Água e Esgoto do Estado de Rondônia (CAERD); nesse sentido, houve modificação, mas a maior parte ainda utiliza a fossa e o sumidouro para fazer o descarte dos dejetos. Com relação ao serviço de iluminação pública, a comunidade é bem assistida (EMEIEFL, 2023). A fotografia 2, apresenta a ilustração da fachada da Escola.

**Fotografia 2** - Fachada da EMEIEF Flor de Laranjeira



**Créditos:** Marta dos Anjos Queiróz Quaresma (2023).

Conforme o PPP dessa escola, inicialmente ela era denominada de Núcleo de Educação Infantil Vovó Ana. A inauguração ocorreu na data de 13 de maio de 1987 e o Núcleo era mantido pela Legião Brasileira de Assistência – LBA. No entanto, no dia 27 de junho do ano de 2012, a Lei nº 462, por meio de Decreto de Criação e Decreto de Denominação municipalizou a instituição de ensino, a qual passou a ser denominada “E.M.E.I.E.F Flor de Laranjeira”.

A Escola é mantida pela Prefeitura de Porto Velho, com o Programa de Alimentação Escolar (PMAE) e programas custeados pelo Governo Federal, como: Programa de Apoio Financeiro às Escolas Municipais (PROAFEM) e Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). A Escola tem como missão oportunizar uma educação que contemple o ser humano em sua totalidade capacitando o discente para atuar na sociedade (EMEIEFL, 2023a).

O Projeto Político Pedagógico (2023) destaca que existem melhorias a serem alcançadas no espaço físico da escola, por exemplo, ter uma dependência para secretaria escolar, que está conjugada com a diretoria, climatização da biblioteca, melhoria das áreas que dão acesso às salas encontram-se descobertas, instalação de um laboratório de Informática, ampliação dos banheiros e, ainda melhoria nos campos financeiros e pedagógicos.

Por estar localizada próximo à Avenida Jatuarana, a Escola permite uma melhor acessibilidade à comunidade local, pois no bairro predomina a área comercial.

A estrutura física da escola está dividida pelas dependências listadas no Quadro 2:

**Quadro 2** - Estrutura física da EMEIEF Flor de Laranjeira

<b>Dependências</b>	<b>Quantidade.</b>
Diretoria	1
Secretaria	1
Sala de professores	1
Sala de coordenação pedagógica	1
Sala de Orientação educacional	1
Biblioteca/ sala de leitura	1
Salas de aulas	6
Dispensa de merenda	1
Refeitório	1
Pátio coberto	1
Cozinha	1
Banheiro masculino	2
Banheiro de acessibilidade	1
Banheiro feminino	2
Banheiro do servidor	2
Deposito de material de limpeza	1

**Fonte:** Coleta de Dados (2023).

No que diz respeito à estrutura da escola, encontra-se instalada em imóvel alugado, possui 06 salas de aula refrigeradas que atendem, em 2023, 257 alunos matriculados, de 1º ao 5º ano do ensino fundamental, sendo 125 alunos no turno matutino e 132 no turno vespertino. Cada sala comporta 25 alunos. A rotina de atividades da escola está organizada da seguinte maneira: no período matutino: 7h30min. às 11h 30min. e no período vespertino, das 13:00. às 17:30h. A escola conta com 32 funcionários sendo: 01 diretora, 01 vice-diretora, 01 agente de secretaria, 01 auxiliar de secretaria, 15 docentes, 04 agentes de limpeza escolar, 05 merendeiras,

01 vigilante, 02 orientadores educacionais, 01 coordenador pedagógico e 01 cuidador de aluno (EMEIEFL, 2023).

A primeira visita na Escola Municipal Flor de Laranjeira ocorreu em novembro do ano de 2022; na ocasião, foi solicitada a autorização para realização da pesquisa e o primeiro contato com a equipe técnica da instituição escolar. A análise documental da escola Flor de Laranjeira foi o estudo do Projeto Político Pedagógico, Currículo Priorizado, Planos de Aula, Livros Didáticos, Referencial Curricular do estado de Rondônia- Ensino Fundamental – anos iniciais e anos finais.

Diante disso, foi dado prosseguimento com a visitação da próxima unidade escolar a participar da pesquisa escola Odília Pereira de Oliveira II. Nesta escola foram analisados o Projeto Político Pedagógico, Planos de Aula, Organizador Curricular Anual da Educação Infantil (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses; e 4 anos a 5 anos e 11 meses), Currículo Priorizado, Planos de Aula.

Por sua vez, a Escola Municipal de Ensino Infantil Odília Pereira de Oliveira II está localizada na Rua Thales Benevides, s/n. bairro Rio Madeira, em uma região da zona oeste da cidade de Porto Velho, e atende crianças do bairro e arredores. No mapa 2, ilustra-se a localização da referida Escola.

**Mapa 2 - Localização da EMEI Odília Pereira de Oliveira II**



**Fonte:** <https://www.google.com/maps/place>. (Acesso em: 03 de novembro de 2023).



A escola encontra-se em uma localização estratégica, cuja demanda de alunos é de bairros circunvizinhos, como Nova Porto Velho, Aponiã, Planalto, Esperança da Comunidade entre outros (PPP, 2023).

A Escola funciona nos turnos matutino e vespertino, atendendo 332 alunos no ano de 2023. O nome da Escola foi em homenagem à servidora pública Odília Pereira de Oliveira, que colaborou no processo educativo de Rondônia (PPP, 2023). A Escola atende as modalidades de Educação Infantil: Creche II, Creche III, Pré I e Pré II. Pelo Censo Escolar (2022), esta escola obteve verba de R\$ 200 mil reais, com esse recurso, foi possível estruturar o ambiente escolar com equipamentos, mobiliários e revitalização do muro, conforme a Fotografia da fachada da Escola:

### **Fotografia 3 - Frente da EMEI Odília Pereira de Oliveira II**



**Créditos:** Marta dos Anjos Queiróz Quaresma (2023).

Conforme o PPP (2023), a Escola Odília Pereira de Oliveira II, a comunidade que a escola atende usufrui de estabilidade profissional, um quantitativo considerável possui automóveis; com relação ao nível de escolaridade, o percentual é de 7% que afirma não possuir ensino médio ou ensino superior. O percentual é de 37,9% das e de localidades mais próximas e o percentual de 18,9% é de localidades longínquas. As famílias são de origem porto velhense, tendo um quantitativo expressivo de outros estados e municípios de Rondônia (PPP, 2023).

Com as verbas advindas pelo governo Federal, no ano de 2011, aconteceu o início da construção da creche, porém, por problemas com a empresa contratada, a

obra não prosseguiu e passou por um período de abandono. Após a autorização da Procuradoria Geral do Município, foi possível a reforma para a instalação da escola. Em janeiro de 2022, aconteceu a nomeação da diretora e vice-diretora e, em fevereiro, a lotação do restante da equipe. De maneira remota, iniciaram-se as atividades devido ao contexto pandêmico, sendo que, no mês de maio do ano de 2022, a escola foi inaugurada (PPP, 2023).

Conforme o PPP desta Escola (2023), ela possui água encanada, rede de esgoto, poço artesiano, energia elétrica e internet. As dependências da escola encontram-se divididas da seguinte forma, conforme apresentado no Quadro 3:

**Quadro 3** - Estrutura Física da Escola EMEI Odília Pereira de Oliveira II

<b>Dependências</b>	<b>Quant.</b>
Diretoria	1
Secretaria	1
Sala de professores/supervisão	1
Sala de recursos multifuncional	1
Sala Aula	8
Depósito de material p/ limpeza	1
Dispensa para merenda	1
Refeitório	0
Pátio Coberto	1
Cozinha	1
Area de serviço	1
Banheiro masculino p/ funcionários	3
Banheiro feminino p/ funcionárias	3
Banheiro masculino p/ alunos	3
Banheiro masculino p/ alunos com necessidades especiais	3
Banheiro feminino p/ alunas	3
Banheiro feminino p/ alunas e necessidades especiais	1
Consultório odontológico	1
Sala da prestação de contas	1

**Fonte:** Coleta de Dados (2023).

O espaço escolar possui um ambiente agradável, com a presença do verde no ambiente interno. No seu entorno há um espaço com árvores de porte maior. A primeira visita na Escola aconteceu no mês de outubro de 2023 em que foi conversado com a diretora para a realizar a pesquisa na Escola. Em seguida, apresentado o projeto esclarecendo o problema de pesquisa, a metodologia e outras informações e, na visita seguinte, foram entregues a Carta para autorização da pesquisa na Escola e Termos aos pesquisados para o início da coleta de dados.

## 4.2 COMPREENSÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA VISÃO DAS PROFESSORAS

Esta subseção tem a finalidade de analisar a percepção das professoras investigadas no que se refere à Educação Ambiental com o seguinte perfil:

**Quadro 4** - Perfil das professoras entrevistados

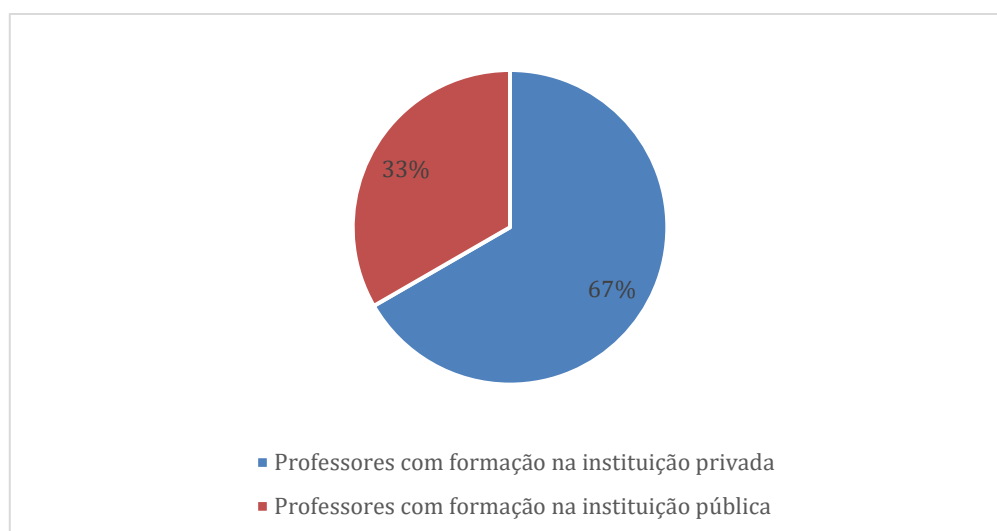
Identificação	Sexo	Idade	Profissão	Tempo de Atuação na Escola
P1	Feminino	52	Professora	Há quase 1 ano
P2	Feminino	52	Professora	10 anos
P3	Feminino	44	Professora	Há quase 2 anos
P4	Feminino	43	Professora	11 anos
P5	Feminino	49	Professora	18 meses
P6	Feminino	44	Professora	5 anos
P7	Feminino	48	Professora	1 ano
P8	Feminino	42	Professora	2 anos
P9	Feminino	42	Professora	1 ano e 8 meses.
P10	Feminino	46	Professora	11 anos
P11	Feminino	44	Professora	2 anos
P12	Feminino	36	Professora	12 anos

Fonte: Coleta de Dados (2023).

Conforme o Quadro 4, é possível verificar o perfil das professoras entrevistadas, sendo todas de sexo feminino.

O gráfico 1 é demonstrativo do local de formação das professoras:

**Gráfico 1** - Formação das Professoras



Fonte: Coleta de Dados (2023).

Com relação à idade, as professoras entrevistadas têm entre 36 e 52 anos de idade. O tempo de atuação das professoras nas Escolas pesquisadas tem variação de tempo de um ano a doze anos. Elas apresentam um quantitativo elevado em instituição de ensino privado (67%), quando equiparado à formação em instituição pública (33%).

A partir das definições presentes nas falas das professoras, há a possibilidade de perceber as teorias que constituem as práticas educativas das professoras pedagogas investigadas.

O Quadro 5 apresenta a Instituição e o ano de formação das Professoras:

**Quadro 5 - Instituição e ano do curso de formação**

Professoras	Realização do curso de Formação	Ano
	IES	
P1	FATEC	2010
P2	UNIRON	2008
P3	UNOPAR	2016
P4	UNIR	2006
P5	UNIR	2014
P6	UNIR	2004
P7	FIP	2008
P8	UNIRON	2007
P9	FIPAR	2005
P10	UNIRON	2010
P11	UNIR	2004
P12	FATEC	2011

Fonte Coleta de Dados (2023).

Nas análises, constatou-se que as professoras investigadas (P1, P2, P3, P7, P8, P9, P10, P12) vêm de formação de instituição privada e as professoras (P4, P5, P6, P11) apresentam sua formação em instituição pública.

Todas as professoras possuem formação profissional no curso de pedagogia, conforme as professoras P1, P2, P3, P7, P8, P11 e P12, durante a formação de graduação no curso de Pedagogia foram trabalhados conteúdos de Educação Ambiental e os professores (P4, P5, P6, P9, P10), relataram que, durante o curso de graduação de Pedagogia, não foram abordados conteúdos de Educação Ambiental.

O Quadro 6 aponta para o entendimento das professoras sobre a Educação Ambiental e sua importância:

**Quadro 6 - O que você entende por Educação Ambiental? Qual a importância?**

Professoras	falas correspondentes
P1	<p>É você ensinar seu filho desde pequeno que não pode deixar a torneira ligada, o tempo que ele acha que deve ficar, tomar banho e deixar o chuveiro ligado, pegar água e ficar lavando calçada, ficar jogando água desnecessariamente. Jogar lixo na rua, pois vindo a chuva vai jogar esse lixo e vai entupir, irá poluir os rios.</p> <p>A questão das indústrias que jogam também todo seu lixo líquido nos rios pois isso vai matando tanto os peixes como o próprio rio, as nascentes que não são respeitadas.</p>
P2	A Educação Ambiental é muito importante para nossa vida e sobrevivência.
P3	Educação Ambiental é um processo de desenvolvimento de consciência e conhecimento sobre as questões ambientais e adoção de comportamentos e práticas sustentáveis. Sua importância é conscientizar as pessoas na preservação do meio ambiente para nossa sobrevivência e todos que habitam.
P4	Como você deve tratar o meio ambiente. Melhorar a nossa qualidade de vida.
P5	Educação Ambiental é cuidar do meio em que vivemos, formando valores e atitudes para cuidar do ambiente. Dando importância ao solo para não o contaminar, reciclar matérias, fazer coleta seletiva e tipos de lixos.
P6	Entendo que o estudo de ciências gera responsabilidade social. Sua importância reflete nas ações que o indivíduo deve ter perante a sociedade.
P7	A Educação ambiental é um processo que tem como objetivo desenvolver a conscientização da população em relação ao meio em que vivem. E isso é importante para o bem comum, para natureza, para os problemas ambientais, assim como o bem para todos.
P8	<p>São construções de valores sociais voltada para a conservação do meio ambiente.</p> <p>Tornar as pessoas mais participativas nas questões de preservação socioambiental.</p>
P9	Processo de conscientização sobre problemática ambiental, o qual através de ações práticas o indivíduo, sujeito passa a ter condições, a capacidade de através de suas ações possa minimizar o problema hoje e para o futuro.
P10	É um processo a qual as pessoas adquire conhecimento a respeito de como respeitar e conservar o meio ambiente para futuras gerações.
P11	Então, eu entendo que seja a construção de valores voltado a conservar e proteger o meio ambiente. A importância...ela é extremamente importante porque se a gente não tiver consciência e não educar as crianças a gente pode estar destruindo ainda mais o planeta.
P12	Entendo como no conceito geral que trata desde de políticas públicas para a preservação do meio ambiente, a ações dentro e fora do ambiente escolar para cuidados desde “não jogar o lixo no chão” até as manutenções desse ambiente.

Fonte: Coleta de Dados (2023).

Conforme as falas das professoras ilustradas no quadro anterior, foi verificado que existem definições formatadas e associadas a discursos cristalizados em relação a Educação Ambiental como em P3, P5, P7, P9, e P11. A exemplo disso, destacamos a narrativa de P5; como parte da definição de Educação Ambiental destacando que

“é cuidar do meio em que vivemos, formando valores e atitudes para cuidar do ambiente. Dando importância ao solo para não o contaminar, reciclar materiais, fazer coleta seletiva e tipos de lixos”.

Para Layrargues e Torres (2022), a Educação Ambiental concebida em cenário de Coleta Seletiva tem base pragmática, pelo chamamento de forma individualizada. Esta fala direciona para uma definição com um viés comportamental, limitando a Educação Ambiental a projetos de práticas sustentáveis e ações pontuais, mas que as ações revelam os meios de produção e o consumismo responsabiliza a sociedade frente a crise ambiental. Nessa perspectiva pragmática, há ausência de discussões que contemplem o cenário de fundo que ocasiona o caos no campo ambiental.

Loureiro (2004) opina que, mediante uma Educação Ambiental que constitui conexões, só haverá sentido a esse adjetivo “ambiental” se este enfatizar as proporções não lembradas pelo trabalho educativo que respeita a historicidade, a compreensão de mundo e o ambiente natural e ainda desvela as contradições instaladas na atualidade pelo capital. Diante dessa premissa, a compreensão das professoras P3, P5, P7, P9 e P11 a respeito de Educação Ambiental é Pragmática.

É um desafio para os cursos de licenciaturas auxiliarem na conscientização da importância da Educação Ambiental no processo de formação docente. Para Pimenta (1999), a essência do trabalho do professor é a colaboração para o alcance da humanização do alunado no decorrer da história, na licenciatura deseja-se que seja gerado no aluno saberes, habilidades, valores que permitam continuamente a produção de saberes-fazer docentes, tendo como ponto de partida a problemática do ensino como uma atividade social.

De acordo com Meyer (2001), os cursos de graduação têm possibilidade e dever de integrar conteúdos ambientais, não especificamente oferecendo uma disciplina separada, mas promovendo o diálogo, envolvendo outras áreas do conhecimento, motivando professores e alunos a desenvolverem pesquisas no contexto que estão inseridos.

Prosseguindo nas análises, as falas de P1, P2, P4 e P6 trazem a percepção de Educação Ambiental como um conjunto de atividades isoladas, que reproduz o modelo social, como: economia de água, cuidados com o lixo e rios, com a preocupação descolada da totalidade, uma visão restrita e egocêntrica, com defesas apenas na sobrevivência humana desconsiderando a conectividade existente entre homem, natureza e aspectos sociais. Com viés conservador, conforme Lima (2004),

a forma como lidam com as problemáticas ambientais denota individualismo e comportamentalismo, o que expressam posicionamento que limita o entendimento das questões que envolvem o socioambiental.

Guimarães (2004) contribui com o debate quando enfatiza o poder que os paradigmas exercem sobre as atitudes das pessoas, tanto no âmbito da individualidade quanto nas atividades sociais, de forma que reproduzimos ações sem mesmo entendermos, apenas por ser rotineiro. Baseado nisso, entende-se que somos inclinados a pensar e conceber o modelo ou paradigmas propostos que já vêm com uma compreensão da realidade inquestionável e manipuladora. Sendo assim, é um modelo conservador que orienta para ações tanto individuais como coletivas dando continuidade aos protótipos dominantes.

Nesse sentido, Medina (2001) corrobora com entendimento de que a compreensão relacionada ao belo da natureza, ou das problemáticas ambientais no que se refere ao lixo é necessário para um entendimento das questões do meio ambiente, porém quando isso fica apenas no campo da sensibilização, não constrói possibilidades de maior entendimento, não produz transformações no agir e não auxilia na forma de construir um jeito de pensar no meio ambiente.

O entendimento da Educação Ambiental é reduzido em uma área específica, como na fala de P6, que parte de uma visão Conservadora, mesmo fazendo conectividade das atitudes do ser humano com a sociedade, a Educação Ambiental é compreendida como um saber específico de uma disciplina, conforme uma fala: “entendo que o estudo de ciências gera responsabilidade social. Sua importância reflete nas ações que o indivíduo deve ter perante a sociedade o meio ambiente”.

O meio ambiente, nessa concepção Conservadora, é tratado de forma simplista e unilateral. Guimarães (2004) analisa a Educação Ambiental Conservadora como reprodutora da modernidade que enaltece tanto o cognitivo no campo pedagógico com equívoco de que a sociedade entenderá partindo da propagação do saber a respeito das questões ambientais e acreditando que dessa forma haverá uma modificação nas ações do indivíduo.

As falas das professoras P1, P2, P4 e P6 evidenciam uma compreensão Conservadora sobre Educação Ambiental. Isso remete à ideia de que a Educação Ambiental é produto edificado em um cenário de potências tanto sociais quanto culturais, o que encontra eco na defesa (Carvalho, 2004).

Layrargues e Torres (2022) entendem que as macrotendências da Educação Ambiental Conservacionista e Pragmática se caracterizam por reduzir o objeto estudado, ignorando a amplitude desse no fazer pedagógico, retirando apenas parte da realidade, isolando a totalidade, suprimem os antagonismos existentes na realidade quando não questionam as bases que compõem os modos de produção.

Neste caso, a Educação Ambiental Conservadora e Pragmatista, por não questionar os processos que constituem a realidade e relações existentes no tecido social, contribui para o não-desenvolvimento da equidade socioeconômica como também para o não-desenvolvimento de uma sociedade ética e crítica, que respeite a vida em todas as suas dimensões.

Trilhando por uma perspectiva que possibilita o ser humano fazer uma leitura da realidade e do arcabouço que a constitui, ao analisar as falas das professoras P8, P10 e P12 foi possível verificar traços que enaltecem o saber social e a ação participativa da sociedade, a preocupação em cuidar do presente para garantir o ambiente para as próximas gerações, como também a percepção no que diz respeito a importância das políticas públicas para a efetivação de uma Educação Ambiental emancipatória. Nessa perspectiva, ressaltam Loureiro e Tozzoni-Reis (2016) que o entendimento da realidade, conhecimento, codificação e construção de valores têm seus desdobramentos no âmbito social.

Há um vislumbre de entendimento mais amplo no que se refere às questões ambientais nos discursos dessas entrevistadas. Em uma das falas, do P12, há a compreensão de uma Educação Ambiental Crítica, ilustrada a seguir: “Entendo como no conceito geral que trata desde políticas públicas para a preservação do meio ambiente, a ações dentro e fora do ambiente escolar para cuidados desde “não jogar o lixo no chão” até as manutenções desse ambiente”.

A este respeito, Sorrentino *et.al* (2005) asseveram que a Educação Ambiental objetiva promover ambientes que permitam colaborar com o progresso do bem-estar de todos os sujeitos e as demais formas de vida existentes, com as quais convivemos na terra e isso só é possível quando há um posicionamento de compromisso individual e coletivo conectado em nível social e ambiental.

A base conservadora compreende que as conexões estabelecidas no contexto social, em nível mundial, entre o meio ambiente e a sociedade são adequadas, sendo o formato apropriado para colocar em prática. É a maneira de perpetuar o *status quo*



e prosseguir com protótipo de sociedade e desenvolvimento que dominam o Ocidente envolto pelo capitalismo (Lima, 2004).

É inegável que as transformações não acontecerão, tranquilamente, pois intimidam as forças hegemônicas, que ditam os protótipos de desenvolvimento que reproduzem o vínculo do quem oprime e o oprimido, debaixo de uma compreensão segmentada, imediata e utilitária (Dias, 2023).

Educação Ambiental transformadora, com fundamentos no materialismo histórico-dialético, busca a superação das bases conservadoras e pragmáticas. Borges (2017) destaca que o ser humano na sua essência é social, dessa forma, toda a amplitude que envolve natureza, cultura e aspectos não associados ao natural, precisam estar associados às conexões estabelecidas no contexto social.

Percebe-se a Educação Ambiental como campo educativo que procura analisar as conexões existentes no meio natural e social, e com defesas que resistam a exploração entre os seres humanos e a destruição do espaço natural (Agudo; Tozoni-Reis, 2020).

Conforme os dados analisados, foi possível perceber nas falas de P8, P10 e P12 um avanço na compreensão de uma Educação Ambiental que busca por soluções relacionadas as problemáticas ambientais voltadas ao valor do saber social, das ações além dos muros da escola, com envolvimento da sociedade e a importância das políticas públicas para a concretização do saber ambiental, relacionado a ação de uma Educação Ambiental Crítica.

Loureiro (2004) salienta que a Educação, que produz mudanças, objetiva reconfigurar a forma como interagimos com nosso eu, com outros seres vivos e com o universo. Desse modo, é percebida uma perspectiva de compreensão e propagação das demandas ambientais, de forma que o sujeito em sociedade passa pelo processo de transformação juntamente com a realidade.

É inegável a necessidade de esforços para transpor esse modelo Conservador e Pragmático, que é dominante e reproduz o modelo da sociedade vigente, caracterizada pelas forças hegemônicas que produz o caos social, refletido no processo educativo. Assim, é preciso uma análise de como estão sendo debatidas as questões ambientais no contexto escolar. A Educação Ambiental que acontece na escola deve permitir o debate que contemple o processo político, ético e ambiental para então se caminhar em busca de uma transformação de sociedade. Diante desse

contexto é importante a análise de documentos que oriente a Educação Ambiental no âmbito escolar.

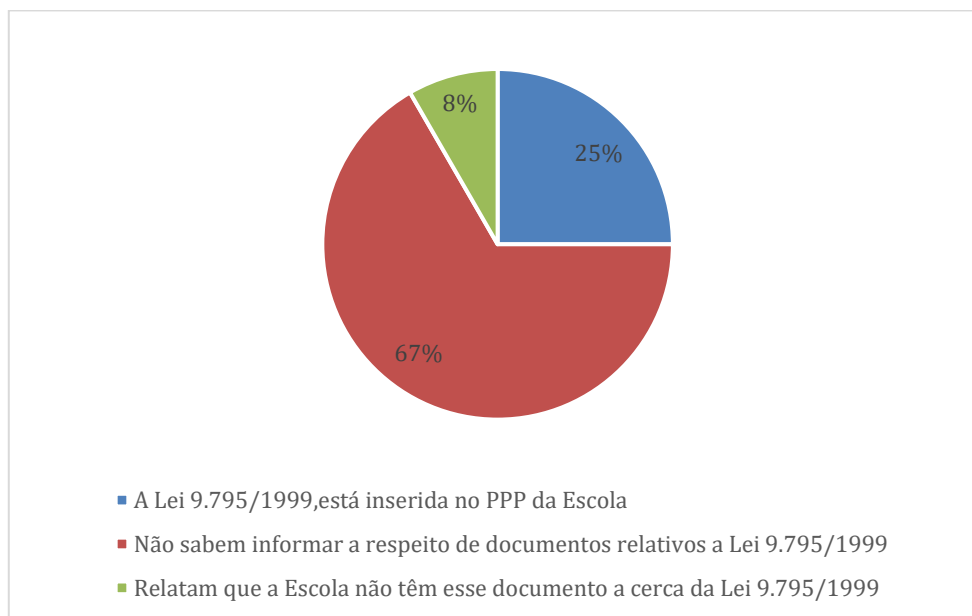
#### 4.3 PERCEPÇÃO DAS PROFESSORAS EM RELAÇÃO AOS DOCUMENTOS QUE DIRECIONAM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA

Esta subseção busca analisar a existência de documentos que orientem a implementação da Educação Ambiental pela Lei 9795/1999 enquanto Política Nacional no processo educativo.

A Educação Ambiental é essencial para cumprir o papel de constituir uma sociedade que tenha como arcabouço a dialética para atuar nos processos de transformação de mundo. As possibilidades de resistência a problemática do capital caminha em busca de analisar os antagonismos no âmago da sociedade objetivando a compreensão da conectividade nos aspectos social e político.

O gráfico 2 apresenta os dados a respeito do conhecimento das Professoras a respeito da Lei 9.795/1999.

**Gráfico 2-** A respeito da Lei 9.795/1999 (Política Nacional de Educação Ambiental)



**Fonte:** Coleta de Dados (2023).

Demonstra um quantitativo de 25 % das professoras afirmarem que a Lei 9795/1999 da Política Nacional de Educação Ambiental está inserida no PPP da

escola, 67% não sabem informar a respeito, e 8% relatam que a Escola não possui o documento no Projeto Pedagógico das Escolas investigadas.

Deste modo, o Quadro 7 traz a percepção das professoras a respeito da Educação Ambiental. No tocante a seu conhecimento sobre a Lei 9.795/1999 e sua implementação nas escolas:

**Quadro 7** - Conhece a Lei 9.795/1999 e sua efetivação da EA no espaço no escolar? Quais?

Professoras	falas correspondentes
P1	Olha a Lei deve estar na escola. A nossa escola está no processo de construção do PPP, a nossa escola é uma escola que trabalha a sustentabilidade. Mas assim...eu mesmo dizer que tive acesso, não tive. Temos reuniões que trabalha a questão dos projetos que está incluída a questão ambiental com as crianças, temos uma horta orgânica, a escola trabalha com a coleta seletiva. Nós fazemos também recolhimento do óleo "De olho no óleo", parceria com uma empresa de fora, mas a escola também já deu curso de como aproveitar o óleo que seria jogado na natureza, para fazer sabão líquido, sabão em barra e trabalhamos com as crianças com os projetos da escola tentando sempre inserir essa questão ambiental de reaproveitar o material.
P2	Não temos esse documento.
P3	O PPP
P4	Não sei informar.
P5	Tem o PPP da escola.
P6	Não sei. Porém seguimos como direcionamento a BNCC-Base Nacional Comum Curricular e Política Nacional de Alfabetização (PNA).
P7	Não soube informar.
P8	Não.
P9	Projeto Político Pedagógico informado pela direção. A escola por ser recém-inaugurada (2022) já veio com essa roupagem de Escola Sustentável e só foi dado continuidade.
P10	Não tenho conhecimento da existência de documento na escola referente a Lei 9.795/1999 que trata da Política Nacional de Educação Ambiental.
P11	Não sei lhe informar sobre isso.
P12	Não tenho conhecimento.

Fonte: Coleta de Dados (2023).

As professoras P1, P4, P6, P7, P8, P10, P11 e P12 não souberam informar a respeito da existência de documentos que orientem a efetivação da Educação Ambiental no espaço escolar.

Fica evidente que as professoras citadas não têm conhecimento da Lei 9795/1999 que regulamenta a Política Nacional de Educação Ambiental enfatizando a obrigatoriedade da Educação Ambiental e nem demonstram possuir conhecimento

da existência de documentos nas escolas que atuam com orientações com relação a esse respeito, conforme relata P1: “olha a Lei deve estar na escola. A nossa escola está no processo de construção do PPP, a nossa escola é uma escola que trabalha a sustentabilidade. Mas ... assim...eu mesmo dizer que tive acesso, não tive”.

Carvalho (2004) percebe o educador ou educadora como um ser que se concebe em proporções desastrosas, em aspectos que se referem à individualidade, e o social é influenciado pelo antagonismo presente. É necessário que o educador perceba a dinâmica que a Educação compreende, para aparelhar-se e avançar resistentemente rumo a crise social instalada.

De acordo com Luzzi (2012), a crise vivenciada tem um viés muito além do campo ambiental e abarca outros aspectos sociais, de maneira que a insustentabilidade não está restrita ao campo ecológico, mas também o social. Nesse sentido, é inegável que a Educação Ambiental avançou em termos de documentos reguladores, porém os envolvidos no processo educativo não têm conhecimento dos marcos legais para apoiar a prática que desenvolvem no espaço da sala de aula. Como um processo que permeia ao longo da vida, a Lei 9.795/1999 é incisiva sobre a importância de ela estar presente em todos os níveis escolares.

Em seu Art. 2º a Lei 9795/1999 enfatiza o seguinte:

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (Brasil, 1999).

De forma que os sujeitos que compõem o cenário educacional devem ter conhecimento da Lei, como também os documentos das unidades escolares necessitam buscar direcionamentos e fundamentos que orientem a concretização da Educação Ambiental no processo educativo.

Nas análises das falas das professoras no quadro anterior, foi observado que P3, P5 e P9 afirmam que o PPP da Escola é o documento que trata a respeito da lei da Política Nacional de Educação Ambiental, a exemplo disso a fala de uma das professoras entrevistadas (P5) “Tem o PPP da escola”, reforça esse conhecimento.

Diante disso, ao analisar o Projeto Político Pedagógico da EMEIEFL (2023) foi constatado que o documento não faz referência à Lei 9795/1999, legislação que trata sobre a Política Nacional de Educação Ambiental nos espaços formais e não formais;

no documento é destacado apenas outras leis, como: Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN- 9.394/1996; Lei federal 13.979/2020 que aborda caminhos para enfrentamento de situações de emergência de saúde pública.

Foi analisado o PPP da EMEIOPO-II e verificou-se que esse documento a Lei 9.795/99 da Política Nacional de Educação Ambiental também não é citada em momento algum, assim como a proposta de Educação Ambiental. O PPP da referida escola tem como base a Lei de Diretrizes e Bases LDB 9394/96 que tem por objetivo estabelecer orientações com princípios e fins da Educação a nível nacional enfatizando-os nos processos formativos em âmbito familiar, na interação humana, trabalho, instituições entre outros redutos. Com relação os saberes ambientais a lei ressalta a obrigatoriedade do estudo do mundo natural e da realidade que compreende o aspecto social e político.

De acordo com os projetos políticos pedagógicos analisados, as falas de P3, P5 e P9 são contraditórias, quando afirmam estar contida no PPP a Lei 9795/99 de Política Nacional de Educação Ambiental. Como fez P2, que disse não haver documento na Escola. De fato, no PPP dessa escola fica evidente que não existe registro ou documentos a respeito da Lei que estabelece a Educação Ambiental como obrigatoriedade no Brasil. Apesar de a legislação brasileira apontar a necessidade de efetivação da Educação Ambiental no processo educativo, a ênfase dispensada sobre a problemática nos documentos orientadores da prática escolar é insuficiente.

Veiga (2013) ressalta a importância do Projeto Político Pedagógico ser um documento com propósitos e responsabilidades definidos, no qual a instituição de ensino, como parte do Estado, evidencie objetivos relacionadas à Educação Ambiental. Nesse caso, o Projeto Político Pedagógico da EMEIOPO-II destaca atividades e projetos que contemplam as questões ambientais, e o comprometimento com o meio ambiente, parceria com algumas instituições de ensino e do setor empresarial, conforme o documento tem objetivo da implementação de uma política educativa voltado para uma Escola sustentável, contribuindo para preservação e cuidados com o meio ambiente (EMEIOPO-II, 2023b).

Em busca de documentos que direcionem a efetivação da Política Nacional em Educação Ambiental, na Secretaria Municipal de Educação (SEMED), foi verificado, junto à Divisão de Educação Básica no Departamento de Políticas Educacionais (DIEB/DEP), a questão de documentos orientadores da Educação Ambiental nas Escola. Uma servidora do Departamento, explicou que não existem na Secretaria

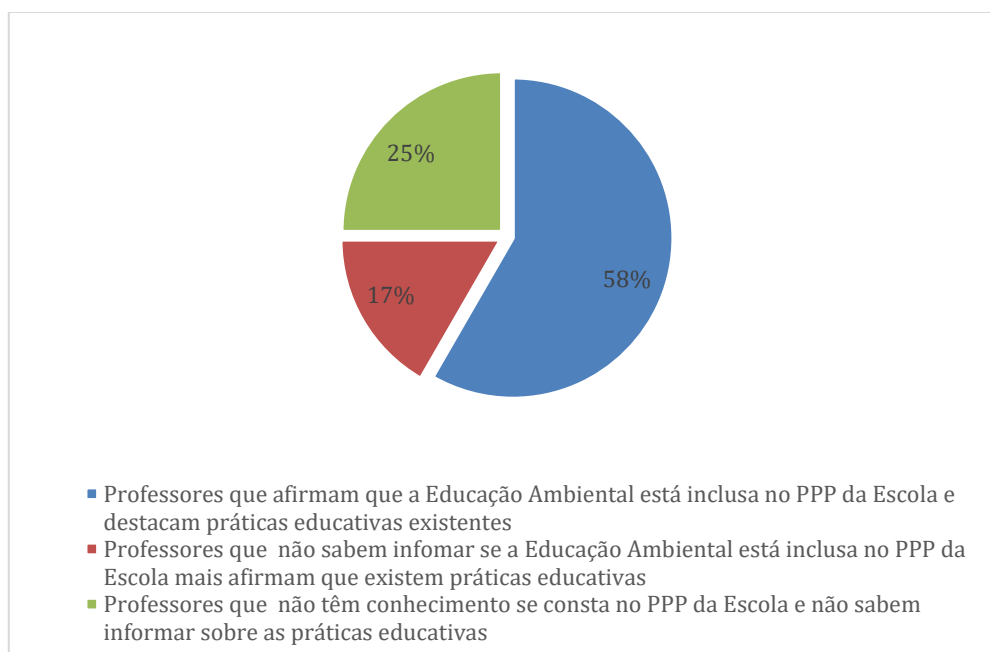
documentos específicos que tratem da Educação Ambiental, ela mencionou que a Secretaria tem como orientação para a Educação Municipal a meta existente no Plano Diretor de Porto Velho e o Referencial Curricular do Estado de Rondônia.

No Plano Diretor de Porto Velho (2007), dentre as diretrizes estabelecidas, está a Educação Ambiental para os diferentes segmentos da comunidade. Assim, o Referencial Curricular do Estado de Rondônia (2020) enfatiza a Educação Ambiental como uma proposta pedagógica que permeia transversalmente voltado a relevância de abordar as problemáticas do século XXI no sentido local, regional e global.

Nesse sentido, cabe à Secretaria Municipal de Educação construir diretrizes para a Educação Ambiental do Município de Porto Velho, com propostas que possibilitem práticas ambientais transformadoras nas Escolas Municipais.

O Gráfico 3 apresenta o demonstrativo das falas das professoras sobre a inclusão da Educação Ambiental no PPP das suas Escolas e das práticas educativas de EA realizadas no espaço escolar.:

**Gráfico 3-** Educação Ambiental no PPP da Escola



**Fonte:** Coleta de Dados (2023).

O gráfico 3 representa o quantitativo de 58% das professoras aponta para o entendimento de que a Educação Ambiental está incluída no PPP da Escola e destaca alguma prática; 17% afirmam que não sabem informar, mas relatam que a Escola desenvolve práticas educativas em Educação Ambiental; 25% destacam que não têm

conhecimento a respeito da Educação Ambiental e nem sobre o desenvolvimento de práticas educativas no âmbito da Escola:

No Quadro 8, encontram-se as falas das professoras a respeito da existência da Educação Ambiental no PPP e quais práticas educativas são realizadas

**Quadro 8** - No PPP da escola a Educação Ambiental está inclusa? Quais práticas educativas de Educação Ambiental são realizadas na escola?

<b>Professoras</b>	<b>falas correspondentes</b>
P1	Acredito que sim, a coordenação pedagógica, a direção da escola está construindo nosso PPP e com certeza sim, por ela ser uma escola que trabalha a sustentabilidade, por exemplo as paredes de nossa sala de aula elas são todas com proteção antimofa por conta das crianças, até com relação as paredes há esse cuidado e com certeza no PPP contempla. Nos projetos a gente trabalha a questão da alimentação saudável, a questão do lixo tentar reaproveitar, a coleta seletiva na escola. Tudo que é lixo orgânico é reaproveitado.
P2	Sim. É feito projetos, momento cívico e palestras.
P3	Sim. Temos a Educação Ambiental sempre inclusa nas práticas educativas da escola (horta, coleta seletiva, projeto “De olho no óleo”, compostagem, confecção de brinquedos recicláveis e outros.
P4	Não sei informar.
P5	Sim. A Educação Ambiental está inclusa, a escola faz coleta de óleo usado para fabricação de sabão líquido e em barra, desenvolve com as crianças o cuidado da horta usando como adubo a compostagem e a sustentabilidade na confecção de brinquedos com materiais alternativos.
P6	O PPP- verificar com a supervisora, desenvolvemos práticas sim na área ambiental na escola.
P7	Sim. “De olho no óleo, coleta seletiva, revitalização da horta.
P8	Não sei informar.
P9	Sim. Práticas como Projeto meio ambiente, com plantio de mudas, sementes, revitalização da horta, confecção de brinquedos com material reciclável, compostagem, separação do lixo, dos resíduos sólidos, a coleta seletiva. Oficinas para as famílias de reutilização do óleo para produção de sabão utilização de alimentos da horta para merenda escolar.
P10	Não tenho conhecimento.
P11	Sim a Educação Ambiental está inclusa sim. A gente tem projetos e dentro do projeto a gente vai trabalhando cada etapa, por exemplo a gente trabalha com relação ao lixo, materiais reciclados, horta também temos aqui. Então no PPP tem sim.
P12	Sobre o PPP não tenho informações. Durante ao longo do ano letivo em forma de um projeto ou outro se trabalha, temos um Projeto em parceria com o SEBRAE, que utilizamos materiais recicláveis para confecção de brinquedos é trabalhado com alunos sobre a conscientização do lixo e o reaproveitamento.

**Fonte:** Coleta de Dados (2023).

É pertinente destacar a importância de estar explícito nos projetos políticos pedagógicos uma proposta de Educação Ambiental, que contemple uma formação ampla e não restrita dos alunos. Loureiro (2007) colabora dizendo que a inclusão da

Educação Ambiental, no âmbito das políticas, é preponderante para avançarmos a um patamar social sustentável. Não apenas isso, mas, no contexto da escola, é necessária a inclusão no projeto político pedagógico da Educação Ambiental, e ainda solidificar em outros âmbitos que envolva a coletividade: associações de pais, grêmios, conselhos escolares, comunidade e outros grupos que possam debater a problemática ambiental. Assim, a Educação Ambiental poderá ser efetivada no contexto escolar, quando definida no PPP, como proposta importante e princípios voltados à Política Nacional de Educação Ambiental.

As professoras P1, P2, P3, P5, P7, P9 e P11 relatam que a Educação Ambiental está incluída no PPP da Escola, citam exemplos como palestras, coleta seletiva, projetos, plantio de mudas, reaproveitamento de óleo e entre outros exemplos citados.

Com relação ao Projeto Político Pedagógico das Escolas pesquisadas, foi possível verificar o seguinte: Na Escola EMEIEFL, as problemáticas ambientais são trabalhadas em formato de projetos; a exemplo o Projeto Meio Ambiente que trabalha a questão do lixo, na semana do meio ambiente, e tem por objetivo geral “Despertar a conscientização para o Meio ambiente e a importância de sua preservação assim como a necessidade do reaproveitamento do lixo por meio de reciclagem” (EMEIEFL, 2023a, p. 146).

Esta Escola desenvolve ainda o projeto “Resgatando Valores - Hora Cívica,” trabalhado o ano inteiro, contemplando diferentes temáticas. O referido projeto trabalha o respeito, responsabilidade e a colaboração, incluindo a preservação do meio ambiente.

De acordo com o PPP, a Escola Flor de Laranjeira está inserida no Programa de Aprimoramento de Políticas de Alfabetização desenvolvidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. Esse programa defende o valor da alfabetização para a vida humana e impulsiona o desenvolvimento voltado a sustentabilidade.

Essa Escola baseia-se nos campos pedagógicos descritos pelo Referencial Curricular de Rondônia, que enfatiza a questão da integração entre saberes e sequências didáticas, dando ênfase à interdisciplinaridade, à transversalidade e faz conexões com os aspectos social, político, ambiental e outros. De maneira geral, a Educação Ambiental está incluída no PPP da Escola, com atividades pontuais.

Os documentos analisados da Escola Odília Pereira de Oliveira II foram o PPP, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, do ano de 2010, a LDB



9394 de 1996, a BNCC e o RCRO que conforme a diretora, o PPP encontra-se em construção.

Consta, no plano de ação, o desenvolvimento de atividades a serem melhoradas a respeito de um trabalho mais efetivo com a natureza, com o objetivo de sensibilizar os alunos sobre o valor e cuidados com meio ambiente, sobre a identificação das problemáticas ambientais (extinção de animais, desmatamento, queimadas e outros), destacando a reciclagem como solução para a questão do lixo.

O documento aponta, em uma de suas metas, o alcance de 100% das famílias com relação ao cuidado com o meio ambiente. As bases as quais consolidam o processo educativo da Educação Infantil de acordo o PPP da Escola são os princípios que envolvem a ética, que contempla a solidariedade, respeito com relação ao meio ambiente. O PPP destaca a questão política, como a efetivação da cidadania e da criticidade, a organização da demanda pedagógica como um dos componentes eficazes para o desenvolvimento da criança no espaço natural e social

Foi observado no PPP da Escola Odília Pereira de Oliveira II o registro de projetos como o do Meio Ambiente, que tem por finalidade levar o aluno à compreensão do valor do espaço natural, o projeto Primavera que, com formas e cores é trabalhado o cuidado com a flora e fauna, conforme já citado, a Escola tem parcerias com instituições como UNIR, Embrapa, Marquise, Sebrae, Energisa que trazem como proposta auxiliar a instituição de ensino a ser sustentável.

A missão da instituição de ensino Odília Pereira de Oliveira II é o valor do desenvolvimento de práticas que permitam ter uma Escola sustentável para assegurar os recursos para outras gerações, como também uma educação que auxilie na questão da justiça social e sustentabilidade. Assim, a Escola busca direcionamentos das práticas pedagógicas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil.

No que diz respeito à Educação Ambiental, nos projetos políticos pedagógicos das Escolas estudadas aparecem práticas educativas com viés pragmático e conservador, com pouca possibilidade de uma Educação emancipatória e não há registro de documentos reguladores específicos que direcionem as práticas ambientais. Ora, na intenção de busca de superação desse modelo de sociedade, o ato educativo necessita orientar para as expectativas ou desejos da sociedade, sem imposição de domínio ou perpetuação dos instrumentos que ocasionam a expropriação (Loureiro, 2016).

Para isso, é preciso visualizar a necessidade de não levar o ser humano a obter apenas o conhecimento, mas a necessidade de construção de propostas pelos envolvidos no processo educativo, propostas que levem o indivíduo à compreensão do ambiente e suas multiplicidades. Permitindo uma percepção a respeito de homem, meio ambiente e as conexões existentes.

As professoras P6 e P12 relatam que não tem informação se consta no PPP da Escola sobre as práticas educativas voltadas à Educação Ambiental, mas afirmam que a Escola desenvolve práticas em Educação Ambiental. Nesse sentido, é válido destacar quanto às bases que envolvem a construção do Projeto Político Pedagógico de uma instituição de ensino. Para Veiga (2013), o Projeto Político Pedagógico é muito mais que um conjunto de ações. demonstrando execução de atividades de cunho democrático produzido e experienciado por todos os que fazem parte da instituição de ensino e do desenvolvimento do processo do conhecimento. É preponderante que todos os envolvidos no processo educativo considerado um documento norteador das ações na Escola, não deve reduzir a Educação Ambiental em ações isoladas ou de responsabilidade individual, em que o entendimento sobre o meio ambiente seja concebido somente em atividades restritas.

As professoras P4, P8 e P10 afirmaram não ter conhecimento se consta no PPP da sua Escola a Educação Ambiental e nem práticas relacionadas a ela. Os relatos expõem a realidade da rotina das professoras que não se atentam às inúmeras atividades e, muito menos, fazem parte do planejamento. Percebe-se uma compreensão restrita e acrítica quanto a materialização da Educação Ambiental no âmbito escolar, bem como o exposto no PPP, reduzindo-a a projetos, datas comemorativas, ações isoladas. As questões ambientais, tanto em termos de proposta no PPP como de percepção das professoras, são negligenciadas.

No que se refere ao lixo, Layrargues e Torres (2022) destacam que no âmbito da Educação Ambiental a não-problematização do lixo ocasiona a exclusão da discussão de cunho teórico e conceitual que trate de fato a causa do lixo na atualidade. Ao desconsiderar a reflexão da ecopolítica, as ações se tornam fragmentadas, restritas a um contexto comportamental e de conteúdos, que idealiza e enaltece uma modificação de sociedade com esforços e colaboração não coletivas, mas individual para o alcance do planeta sustentável.

#### 4.4 TEORIA E PRÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS INVESTIGADAS

Esta subseção destaca a relação entre teoria e prática da Educação Ambiental e as possibilidades e dificuldades existentes, como por exemplo no quadro 9 e 10.

##### **Quadro 9** - Possibilidades e dificuldades entre teoria e a prática da Educação Ambiental

<b>Professoras</b>	<b>Falas correspondentes</b>
P1	Com relação a teoria e prática, a dificuldade que eu sinto é a questão de eu não ter material de apoio, por exemplo: você ter a fonte de pesquisa, pouco material é encontrado para você ter material para você trabalhar, com relação a prática eu sinto dificuldade com os pais. Trabalhamos o reaproveitamento do óleo, temos nossa horta orgânica, a própria escola faz em cada bimestre feiras de conscientização com as crianças, relacionado a reciclagem, reaproveitamento e conseguimos levar até as crianças, pois um papelão que seria jogado fora a gente consegue fazer um jogo pedagógico, uma lata que seria jogada, a gente consegue fazer um brinquedo pedagógico. Então conseguimos fazer esse reaproveitamento, com a própria criança construindo esse material que serão utilizados por ela mesma.
P2	Na semana do meio ambiente trabalhamos a teoria e prática da Educação Ambiental, tendo em vista as dificuldades de manter por termos diversos projetos e temas para trabalhar.
P3	As possibilidades é porque a escola já trabalha a educação ambiental e isso favorece na teoria da escola.
P4	Essas aulas de conscientização sobre o meio ambiente deveria ser aulas semanalmente e não apenas uma ou duas vezes ao ano.
P5	É possível desenvolver a prática nas escolas, a nossa escola desenvolve o projeto “Olho no óleo” e Sustentabilidade onde a comunidade é participativa na coleta do óleo para fazer sabão.
P6	Nem tudo que vemos na teoria é possível realizar na prática por diversos motivos. A escola possibilita conhecimentos e trabalha na prática alguns temas, porém muitos alunos por meio de seu meio-social não se conscientizar da importância que deve ter com o meio ambiente.
P7	Não vejo dificuldade em trabalhar, na escola já realizamos projetos sobre o meio ambiente.
P8	A falta de capacitação para os professores, a falta de incentivo pelos órgãos públicos.
P9	As possibilidades: a conscientização da população, adesão de práticas sustentáveis, preservação, minimização dos impactos. A dificuldades são a falta de políticas voltadas para reciclagem e a falta de engajamento da população e sociedade.
P10	A teoria referente a Educação Ambiental é muito boa, porém na prática a realidade é diferente, pois temos dificuldades de inserir no dia a dia o meio ambiente.
P11	Acho que não tem muita dificuldade diferença entre teoria e prática, porque aqui na escola é bem arborizada, sustentável. Aqui na escola não vejo assim dificuldade de trabalhar isso com as crianças.
P12	A teoria em relação a prática e que vemos que as duas andam opostas, pois se fala muito sobre o assunto, porém pouco é trabalhado no dia a dia. Tiramos sempre um mês ao longo do ano para priorizar e se falar sobre o tema, porém ao longo do dia a dia isso vai se perdendo e deixando de trabalhar.

**Fonte:** Instrumento de pesquisa (2023).

As dificuldades encontradas no que tange a relação entre teoria e prática da Educação Ambiental, P1, P2, P4, P6, P8, P9, P10 e P12 apresentam questões como: a falta de material de didático para pesquisar, sobrecarga da demanda escolar, ausência de capacitação para as professoras e apoio de órgãos públicos, engajamento da sociedade e apoio familiar, distanciamento entre teoria e prática, aulas insuficientes, ausência de políticas públicas para temáticas como o descarte e aproveitamento sustentável do lixo.

Nesse sentido, na trajetória para o entrelaçamento da teoria e prática, na Educação Ambiental, o processo envolve diversos entraves, como os citados anteriormente pelas professoras e listados no Quadro 9; mas, é necessário que todos os envolvidos no processo educativo compreendam os objetivos da Educação Ambiental não apenas no campo teórico, mas no campo da *práxis*.

Para Loureiro (2004), a prática da Educação Ambiental se concretiza no contexto educativo e no social. Ambos têm por objetivo a criação de valores e habilidades que permitam a apreensão de mundo e a ação de maneira consciente e responsável como peças sociais para agir individual e coletivamente.

Considerando as falas das professoras pesquisadas, as problemáticas que dificultam a materialização da relação entre teoria e prática são diversas e preocupantes. Conforme fala de P1: “com relação a teoria e prática, a dificuldade que eu sinto é a questão de eu não ter material de apoio, por exemplo você ter a fonte de pesquisa, pouco material é encontrado para você ter material para você trabalhar, com relação a prática eu sinto dificuldade com os pais, pois estamos formando as crianças futuros pensadores”.

Com relação à importância de apoio, acesso e suporte que embasem a auxiliem a teoria e a prática, Leme (2006) contribui enfatizando a importância da interação entre professores na troca de saberes e conversa com os teóricos são preponderantes, sendo que os momentos de atividades que envolvem todos.

Outra dificuldade destacada por uma das professoras entrevistadas foi a ausência de capacitação dos professores e apoio dos órgãos públicos. A fala de P8 ilustra a seguir: “A falta de capacitação para os professores, a falta de incentivo pelos órgãos públicos”.

Na Política Nacional de Educação Ambiental de 9795/99, no artigo 8º, há disposições referentes à capacitação, no art. 2º, inciso I. Este inciso enfatiza a inclusão da questão ambiental nos níveis de formação, de especialização dos envolvidos no

processo educativo de maneira a contemplar tanto os níveis de ensino como modalidades, deixando clara a defesa de qualificação dos educandos para melhor desenvolvimento da Educação Ambiental.

As falas das professoras P1, P6 e P9 expressam a questão da dificuldade existente com relação ao engajamento familiar e da sociedade para a efetivação da teoria e prática. Nesse aspecto, Layrargues (2004) analisa que quando se inicia um movimento que parte do curto prazo em direção ao longo prazo, das defesas de cunho individual rumo ao coletivo, é gerada uma articulação no aspecto cultural que beneficia e gera um contexto que possibilita tratativas que avancem e rompam os entraves dos embates social e ambiental.

As possibilidades apontadas nas entrevistas entre teoria e prática da Educação Ambiental pelas professoras P1, P2, P3, P5, P6, P7, P9 e P11 estão relacionadas à questão da concretização desta no ambiente escolar. De acordo o que diz P3: “As possibilidades é porque a escola já trabalha a Educação Ambiental e isso favorece na teoria da escola”. Sobre a possibilidade de efetivação da teoria e da prática da Educação Ambiental fora da escola, de acordo com a fala de P9, se resume em: “As possibilidades e a conscientização da população, adesão de práticas sustentáveis, preservação, minimização dos impactos”.

A essência humana é caracterizada pela dependência dos aspectos sociais e biológicos. Para tanto torna-se raso considerar ser o ideal, uma educação fragmentária, que não compreende as relações que são intrínsecas no ser humano ou no campo da afetividade, apresentar-se desmembrada da coerência que envolve a cultura. Assim, modificar a maneira de pensar entende-se transformar a compreensão a respeito da integração com sensibilidade entrelaçada a racionalidade que presume a conectividade da teoria e prática e ainda do ser humano e a realidade. Nessa perspectiva, presume-se a junção de maneira mais pontual para escola e outros ambientes que reproduzem a realidade apresentadas ou modificadas (Loureiro, 2004).

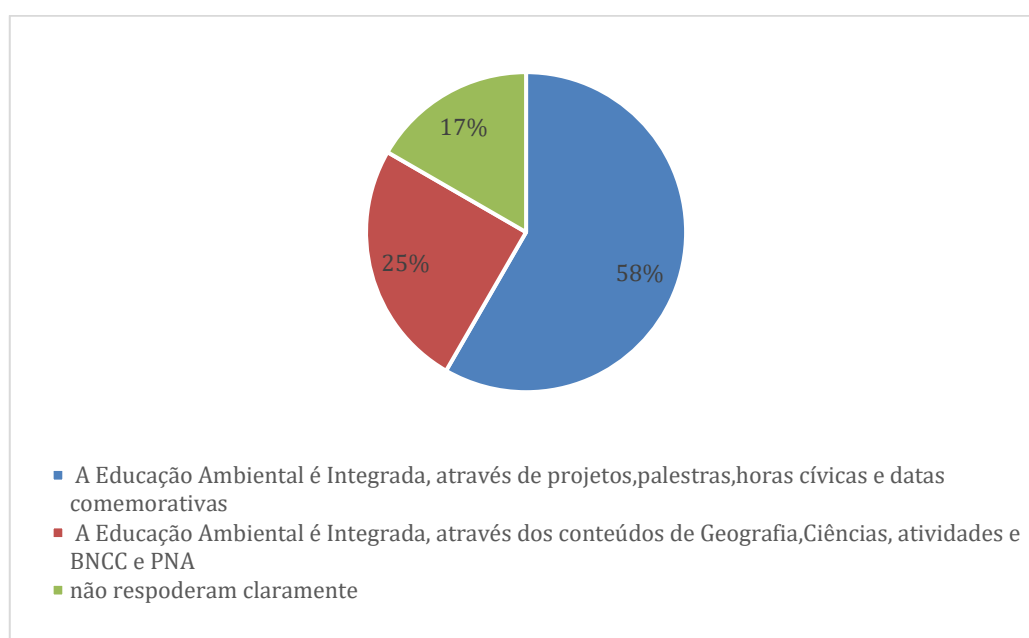
Conforme as falas de P7 e P11, não ter dificuldades no que se refere a teoria e prática em Educação Ambiental é uma compreensão “restrita” e “conformada”, fixada em espaços arborizados e projetos executados esporadicamente. É um entendimento orientado por base conservadora, que defende uma sustentabilidade ancorada no mercado, que não questiona a realidade, reproduzindo o modelo de sociedade. Lima (2013) descreve que é possível associar a sustentabilidade e a educação

conservadora às potências que caracterizam o mercado, e estas cultivam afinidade com o capital, que limita a intervenção e colaboração da sociedade.

No que diz respeito às possibilidades da teoria e prática em EA, P4, P8 e P12 não responderam. Quanto às dificuldades, P3 e P5 também não responderam. Isso leva a pensar que a Educação Ambiental está ausente das escolas, precisa de debates sobre os problemas. É insuficiente ficar no campo de ideias ou ações distanciadas da realidade, são necessárias práticas que permitam à Escola e à sociedade investigarem as causas que ocasionam o caos ambiental.

O Gráfico 4 evidencia o resultado das análises das falas das professoras relacionadas como a Educação Ambiental integrada ao currículo escolar e ao projeto político pedagógico.

**Gráfico 4 - Educação Ambiental integrada ao currículo e PPP da Escola**



**Fonte:** Coleta de Dados (2023).

O resultado obtido foi de 58% que responderam ser a Educação Ambiental integrada ao currículo escolar e ao Projeto Político Pedagógico com palestras, horas cívicas projetos e datas comemorativas. 25% disseram que a integração da Educação Ambiental ocorre por meio de conteúdos de geografia, ciências e atividades. 17% não responderam claramente.

As relações da EA no currículo escolar, segundo as professoras entrevistadas, estão apresentadas no Quadro 10:

**Quadro 10** - Na escola em que você trabalha, como a Educação Ambiental está integrada ao currículo escolar e ao Projeto Político Pedagógico?

Professoras	falas correspondentes
P1	Sim. É tudo que a gente vai fazer no nosso projeto a gente tenta contemplar a questão ambiental por ser uma escola sustentável, inclui a questão da consciência do meio ambiente completo, porque a criança vai ser a sementinha que vai chegar em casa e vai passar para família essa questão de não jogar o lixo, tentar reaproveitar o máximo, não jogar óleo tentar reaproveitar, tentar fazer uma horta orgânica em casa. Fizemos aqui na escola, inclusive eles trazendo o que eles tinham em casa, trouxeram sementes e nós demos para eles um copinho com uma sementinha, eles plantaram acompanharam o crescimento.
P2	Através de projetos, momentos cívicos e palestras.
P3	Através dos projetos e no dia a dia dos alunos.
P4	Trabalhamos a semana do meio ambiente com diversas atividades sobre o tema.
P5	Através de projeto sobre o meio ambiente.
P6	Através da BNCC e PNA. Em nosso livro didático da disciplina de ciência, apresenta temáticas para que possamos aplicar em sala de aula a prática e teoria.
P7	Sim.
P8	Em datas comemorativas.
P9	Sim.
P10	A Educação Ambiental é integrada por meio de atividades e livros didáticos referente ao tema.
P11	Então... trabalhamos com projetos, tem uma semana que trabalhamos somente Educação Ambiental e então vamos elencando vários assuntos só sobre Educação Ambiental (lixo, queimada, preservação da natureza, dos animais em extinção), são muitos assuntos trabalhados.
P12	De forma interdisciplinar, dentro de conteúdos de geografia, português e história.

**Fonte:** Coleta de Dados (2023).

As falas analisadas das professoras P1, P2, P3, P4, P5, P8 e P1 representa a Educação Ambiental é integrada no currículo escolar da escola e ao PPP com projetos, palestras, horas cívicas e datas comemorativas. Nas falas, percebe-se um contentamento relacionado às práticas educativas que fomentam uma Educação Ambiental Conservadora.

É relevante refletir como o currículo tem contemplado a Educação Ambiental com ações esporádicas e isoladas, sem conexões com outras atividades escolares e sem discussão. Torres Santomé (2008) explica que se o tratamento das problemáticas ambientais ocorrer de modo distanciado das atividades sociais, há evidências de um currículo turístico que trata de questões silenciadas e como situações insolúveis.

O processo educativo da Educação Ambiental caracteriza-se como campo a envolver a integração de todos que fazem parte desse processo, de maneira que esses produzam um novo modelo que contemple os anseios da sociedade em termos sociais, econômicos como também o ambiente saudável (Guimarães, 2020).

Nos documentos das Escolas: PPP, Currículo Priorizado e Organizador Curricular Anual de Educação Infantil do Referencial Curricular do Estado de Rondônia - para Crianças bem pequenas de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses; e Organizador Curricular Anual de Educação Infantil para Crianças pequenas de 4 anos a 5 anos e 11 meses, fica perceptível que as propostas pedagógicas estão alinhadas aos componentes curriculares do Referencial Curricular do Estado de Rondônia (RCRO) e Referencial Curricular do Município de Porto Velho.

Em relação ao PPP e ao Currículo Priorizado, foi verificado que a Escola Flor de Laranjeira integra a Educação Ambiental com atividades esporádicas em que as questões ambientais são trabalhadas em forma de projetos, horas cívicas, palestras com temáticas ambientais; e que busca parceria com instituições públicas para realização de atividades. Esporadicamente, a Escola promove, durante o ano, um passeio ao Parque Natural da Cidade (EMEIEFL, 2023a).

No documento da Priorização de Conteúdos da disciplina de Ciências, foi verificado que aparecem as questões ambientais como conteúdos isolados, resumidos e dissociados da realidade.

A proposta do currículo deve ser a de trazer para o cotidiano escolar conteúdos significativos da realidade, que oriente os alunos e alunas interagirem crítica, ética e coletivamente, colaborando para uma visão interpretativa das contradições sociais.

Nas análises para compreender a integração que a Escola Odília Pereira promove na Educação Ambiental, ficou evidente que o PPP e o Organizador Curricular da Unidade de Ensino mencionam variadas ações centradas no campo ambiental.

A Escola Odília Pereira, em data anterior à sua inauguração, firmou parcerias com instituições SEMA, UNIR, MARQUISE, EMBRAPA, IFRO dentre outras. A parceria teve por finalidade motivar os discentes a ter cuidado com o meio ambiente. As bases da Escola estão firmadas na ética e no respeito ao meio ambiente. Nos campos de experiência do currículo estão integrados saberes e conhecimentos que envolvem espaço, tempo, quantidade, relações e transformações que contemplam a questão dos aspectos da curiosidade que a criança possui com relação a fenômenos naturais, fauna, flora e às modificações existentes na natureza (EMEIOPO-II, 2023b).



Além disso, a Escola desenvolve algumas atividades para integrar as temáticas ambientais como o “Projeto Meio Ambiente”; um projeto permanente que objetiva motivar a criança a ter o cuidado com o ambiente natural, enfatiza a questão da problemática do lixo, como projeto temporário há o “Projeto Primavera” que, por meio das cores e formas, trabalha o cuidado com a flora e fauna. O plano de ação destaca ações a serem aprimoradas, conforme o PPP, está o trabalho intenso com as questões sobre a natureza e a sensibilização das crianças. O plano de ação ainda destaca a necessidade de perceber as causas que ocasionam o desmatamento, as queimadas e outras problemáticas ambientais (EMEIOPO-II, 2023).

Desse modo, aparece a integração da Educação Ambiental nos documentos curriculares, bem como alguns comportamentos a serem desenvolvidos na criança. O Organizador Curricular Anual de Educação Infantil para crianças bem pequenas de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses busca motivar a observação da criança aos formatos existentes no ambiente natural e social, de maneira que a criança perceba as diferenças e semelhanças; apresentação dos fenômenos naturais local e global; produção de horta e o cuidado com os espaços verdes como jardins, composteiras que, de acordo o Organizador Curricular, tem por objetivo levar a criança a observar e experienciar o zelo com a flora.

Conforme o Organizador Curricular Anual da Educação Infantil para crianças pequenas de 4 anos a 5 anos e 11 meses, em seus objetivos descritos no documento, está o estimular a criança a coordenar habilidades manuais para atender adequadamente seus interesses e necessidades em situações diversas; explorar o ambiente natural e com materiais desenvolver trabalhos manuais. A familiarização da criança com materiais da cultura regional, e o incentivo para que ela faça pesquisa e experimente os materiais da natureza são atividades presentes no texto do documento.

Não se pode desconsiderar o esforço das Escolas para superar entraves do processo educativo e da oferta de uma formação o cidadão. O modelo de Educação e as condições que são entregues à Escola não a permite avançar para um limiar que proporcione aos atores um engajamento para a ativa participação de construção de políticas públicas que contemplem, de fato, a fomentação de uma Educação Ambiental transformadora.

De acordo com Lima (2013), o processo educativo não está aquém de interesses políticos, pelo contrário, está imerso em um campo de disputa que envolve

defesas e convicções. Diferentemente disso, a Educação por ser essencialmente uma edificação do tecido social que envolve valores e desejos no que diz respeito à política. Ou seja, a educação se torna estratégia por fazer parte do processo de desenvolvimento do ser humano e da construção da formação do ser humano. Ela, a educação, tem autonomia de ser um agente que possibilita a transformação social, política e eticamente.

A integração da Educação Ambiental no PPP no Currículo foi observada, pois as atividades incentivam o cuidado com os recursos naturais. São comuns atividades relacionadas ao lixo envolvendo: reciclagem, coleta seletiva e reutilização de materiais. As propostas de Educação Ambiental descritas nas atividades são isoladas e pontuais.

O currículo escolar não é construído partindo dos desejos da sociedade, mas modelado a partir dos desígnios das forças hegemônicas. Diante da análise das falas e registros nos documentos das Escolas pesquisadas, a Educação Ambiental encontra-se integrada ao currículo escolar, caracterizada por atividades específicas. No entanto, deve-se cultivar a esperança de uma Educação Ambiental que esteja conexa ao cotidiano do aluno e da Escola, a exemplo disso, parte da fala da professora P3 permite pensar de maneira mais esperançosa: “Através dos projetos e no dia a dia dos alunos”.

As professoras P6, P10 e P12 explicaram que a Educação Ambiental aparece integrada ao currículo escolar em forma de conteúdo das áreas ciências, geografia, história e atividades. Ao analisar os livros de ciências, foi possível observar temáticas ambientais, mas como uma Educação Ambiental conteudista restrita a memorização e simplista.

O espaço de sala de aula não deve ser um ambiente de reprodução de informação desconexa, o discente precisa entender quais as diversas impressões da realidade, o que está nela envolvido e quais são as problemáticas que envolvem o arcabouço social (Torres Santomé, 2008).

Os conteúdos nos livros didáticos de Ciências trazem temáticas com orientações que visualizam o meio ambiente como possibilidades de utilidade para os seres humanos e ao mercado. Percebe-se ainda a dissociação entre seres humanos, espaço natural e outras formas de vida.

Nessa perspectiva utilitarista, Layrargues (2004) enfatiza que a sociedade desse tempo está envolvida por uma visão dualista de mundo, comprometida com um

modelo de economia que serve em pouco espaço de tempo devido à grande demanda. Atualmente, as pessoas só conseguem visualizar os produtos que a natureza pode oferecer, despidas da percepção do lugar que esta ocupa de fato.

Uma concepção individualista do mundo é concebida quando o ser humano entende o meio ambiente, onde os recursos naturais e outras formas de vida são percebidas e necessárias para sobrevivência humana. Nessa perspectiva, observou-se em um dos livros de Ciências um texto sobre a Amazônia. Texto que descreve a importância do espaço amazônico em termos de benefícios a serem oferecidos aos seres humanos. Mas não é percebido no material didático a discussão crítica.

Para Bernaldino, Oliveira e Barba (2023), a especificidade do contexto que envolve o Brasil e a Amazônia resulta em problemáticas climáticas que necessitam ser debatidas de maneira profunda e, nesse aspecto, é preciso motivar os educadores a desenvolverem ações que envolvam a ecologia, de forma que as intervenções compreendam práticas educativas com viés crítico. É urgente que haja discussões em torno de alternativas, baseadas na sustentabilidade, na problemática ambiental proveniente da ampliação do agronegócio, das modificações ocorridas no clima, dos desflorestamentos, a questão do garimpo e outros problemas na região amazônica.

No livro didático da disciplina de Geografia, foram observadas temáticas como: paisagismo, ambientes naturais e modificados, escolas urbanas e rurais e outros conteúdos. O conteúdo paisagismo traz como relevância a questão das diferenças e características, as temáticas relativas a ambientes naturais e os ambientes modificados; o desenvolvimento é enaltecido.

A reprodução de uma Educação Ambiental pragmática é visível nos livros didáticos, e ainda é necessário refletir que o conhecimento fica restrito apenas no livro, pois segundo Vasconcelos, Mendes e Barba (2021, p. 231)

Os docentes podem atuar e criar uma perspectiva pessoal e crítica sobre todos os assuntos relacionados ao material a ser utilizado em sala de aula, contribuindo para o desenvolvimento das habilidades e competências do estudante; assim, poderão utilizar seus objetivos, formando um elo para compreender a realidade, de forma que exista uma relação qualidade de aprendizagem/entendimento entre o leitor e o objeto do conhecimento contido no livro didático

Deste modo, é imprescindível entender que o interesse pedagógico relacionado a construção do saber pedagógico se torna importante do que o processo comercial

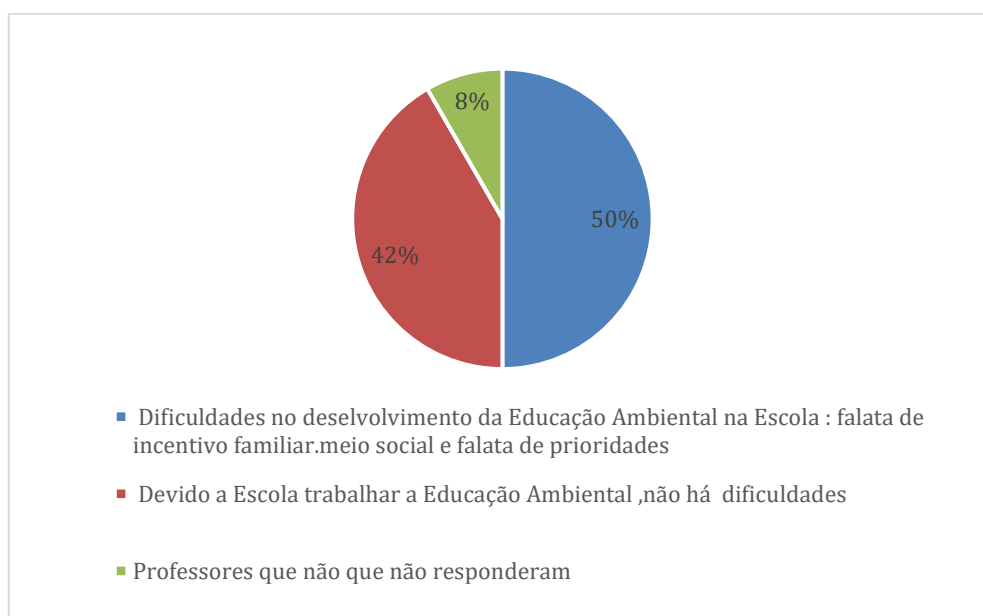
o que significa que se torna fundamental a transformação do saber no processo da construção do conhecimento.

Este processo implica diretamente na formação de leitores, no incentivo à leitura e à escrita, à prática multidisciplinar, a projetos interdisciplinares, porém existe o interesse em formar cidadãos com habilidades e competências capazes relacionar as informações contidas no livro didático com a possibilidade de transformá-la.

Bernaldino, Oliveira e Barba (2023) refletem como a prática de observar a natureza está distante do planejamento relacionado ao currículo e à rotina pedagógica, a atenção fica restrita no material didático. A atividade se limita em memorização de conteúdos, sendo desconsiderado o ambiente natural como um espaço de experiências e de construção do saber tanto para o discente quanto ao docente.

O Gráfico 5 está relacionado às falas das professoras relacionada ao desenvolvimento da Educação Ambiental na Escola

**Gráfico 5** - Dificuldades no desenvolvimento da Educação Ambiental na Escola



**Fonte:** Coleta de Dados (2023).

Os resultados apontam que 50% enfatizaram que a falta de incentivo da família, meio social e de prioridade com relação a temática, falta de estrutura física, a não-concretização como disciplina dificultam o desenvolvimento da Educação Ambiental, enquanto 42% afirmaram que, devido a Escola trabalhar a Educação Ambiental, não há dificuldade para o desenvolvimento na Escola e 8% não responderam.

No Quadro 11, apresentam-se as falas das professoras entrevistadas a respeito das maiores dificuldades a respeito do desenvolvimento da Educação Ambiental na Escola:

**Quadro 11** - Quais são as maiores dificuldades a respeito do desenvolvimento da Educação Ambiental na sua escola?

Professoras	falas correspondentes
P1	Eu penso que a maior dificuldade são as famílias porque a criança está no processo de construção, então na escola a gente ensina toda essa questão do reaproveitar, do conservar, do preservar passamos para as crianças, vivenciamos, construímos com eles tudo isso para eles passem para família, mas muitas vezes as crianças chegam aqui e falam: meu pai estava bebendo cerveja tia e jogou a latinha lá na rua. Então a criança tem essa consciência, essa consciência que nós queremos que eles passem para família.
P2	Não tenho dificuldade, esse assunto é trabalhado diariamente na sala de aula.
P3	Na escola não temos dificuldades.
P4	Falta de espaço com terra no pátio da escola, não temos também lixeiras para separar os tipos de lixo.
P5	Não há dificuldades.
P6	Dentro das possibilidades que a escola nos oferece com projetos escolares trabalhamos os temas relacionados ao ambiente. Portanto não encontramos tanta dificuldade.
P7	Não respondeu.
P8	A dificuldade é porque não existe uma disciplina, pois aí teria um planejamento e aconteceria de forma habitual. Porque apesar dos saberes serem importantes não vemos como obrigatoriedade, sendo trabalhada esporadicamente.
P9	Engajamento de todos, conscientização dos adultos na tentativa de “ser” exemplo para os menores.
P10	O problema não é a dificuldade a respeito do desenvolvimento do tema, e sim as prioridades, pois esse tema ao meu ver não é prioridade na escola.
P11	Eu não tenho nenhuma dificuldade aqui não, a gente consegue trabalhar bem.
P12	A obrigatoriedade e prioridade de se trabalhar português e matemática. Quando temos temas como esse tem a falta de recursos para realização de projetos.

**Fonte:** Coleta de Dados (2023).

Para compreender um pouco mais como está o desenvolvimento da Educação Ambiental, no âmbito escolar, foi analisada a fala das professoras entrevistadas P1, P4, P8, P9, P10 e P12. Elas afirmaram que as maiores dificuldades no desenvolvimento da Educação Ambiental na Escola estão associadas às questões da família ou a falta de prioridade do assunto e estrutura física, como também a não-concretização da Educação Ambiental como componente curricular.

Nas falas das professoras P1 e P9, percebe-se a dificuldade que encontram na efetivação da Educação Ambiental na Escola por conta da falta de incentivo tanto da sociedade quanto da família do aluno. É importante ressaltar que a família e a sociedade exercem papel importante na questão da transformação social, desse modo, o apoio que o discente recebe no contexto familiar refletirá no espaço escolar e, conseqüentemente, na sociedade. Para Barba (2020), o progresso do Estado é efetuado pela atuação da família e da sociedade, por conta disso é possível a estruturação de uma lógica na história.

Nas discussões, o posicionamento das professoras P4, P8, P10 e P12 registram a falta de prioridade nos aspectos de estrutura física e da não-concretização da Educação Ambiental como componente curricular como os pontos cruciais.

A problemática relacionada à Educação Ambiental na escola não é por falta de consciência sobre questões ambientais, mas pela dificuldade de se introduzir o assunto de forma que não secundarize as relações sociais que circundam as questões ambientais.

Luzzi (2012) ressalta que a escola que é colocada diante de nós oferece conhecimento, mas, ainda aparecem dificuldades de como fazer conexões com a realidade ambiental. Estas dificuldades são desafios aos professores e professoras nas Escolas de tal modo que é necessário uma prática mais efetiva nas aulas.

Neste caso, Sorrentino *et al* (2019) entende-se que analisar a Educação Ambiental é uma incumbência diária e importante para o melhoramento, concretização e diminuição dos entraves.

Com relação à Educação Ambiental ser uma disciplina, a Lei 9795/99 (Art.10, inciso 1º) adverte sobre a não-implantação da Educação Ambiental no currículo como uma disciplina específica, tendo exceções para cursos de pós-graduação entre outros. Diante disso, a Lei deve ser observada por parte da Escola, professores e todos os envolvidos no processo do ensino.

Compete à Educação, lutar de forma que as políticas públicas, engajadas na efetivação de transformações fundamentais, relacionadas à formação inicial e continuada do docente e atualização do currículo, sejam dinamizadas para enaltecer e dar continuidade em práticas com teor criativo por todo o Brasil (Oliveira, 2007).

Para as professoras P2, P3, P5, P6 e P11, elas não apresentam dificuldades no desenvolvimento da Educação Ambiental na Escola. A declaração da não-dificuldade pode ser entendida como afirmação ingênua e restrita no que se refere à

Educação Ambiental, crítica e reflexiva, que se vislumbra nesta discussão. Para P6: “Dentro das possibilidades que a escola nos oferece com projetos escolares trabalhamos os temas relacionados ao ambiente. Portanto não encontramos tanta dificuldade”.

A realização da Educação Ambiental se efetiva partindo de uma estrutura que é disponibilizada pela Escola e a percepção que o professor tem a sombra. Sem desconsiderar as ações, pois tem seu valor, mas a Educação Ambiental que se deseja vai além de conteúdo ou datas comemorativas.

Diante dos relatos nas falas das professoras, novamente o currículo turístico se faz presente ao relacionar a Educação Ambiental à datas comemorativas e conteúdos distanciados dos problemas sociais, a exemplo disso Torres Santomé (2008) assinala um dos modos que o currículo turístico se apresenta é o rompimento da diversidade com o dia a dia da sala de aula, como por exemplo as datas comemorativas trabalhadas em dias pontuais e exclusivamente em disciplinas isoladas sendo o restante do ano esquecidas.

Medina (2001) pontua que os desafios encontrados para a realização da Educação Ambiental estão na forma reducionista que tem sido compreendida e materializada, restringindo-se a ações com teor sensibilizador que, na maioria das vezes, é inserido nas temáticas biológicas ou também trabalhadas em datas comemorativas como: semana do meio ambiente, dia da árvore entre outras datas.

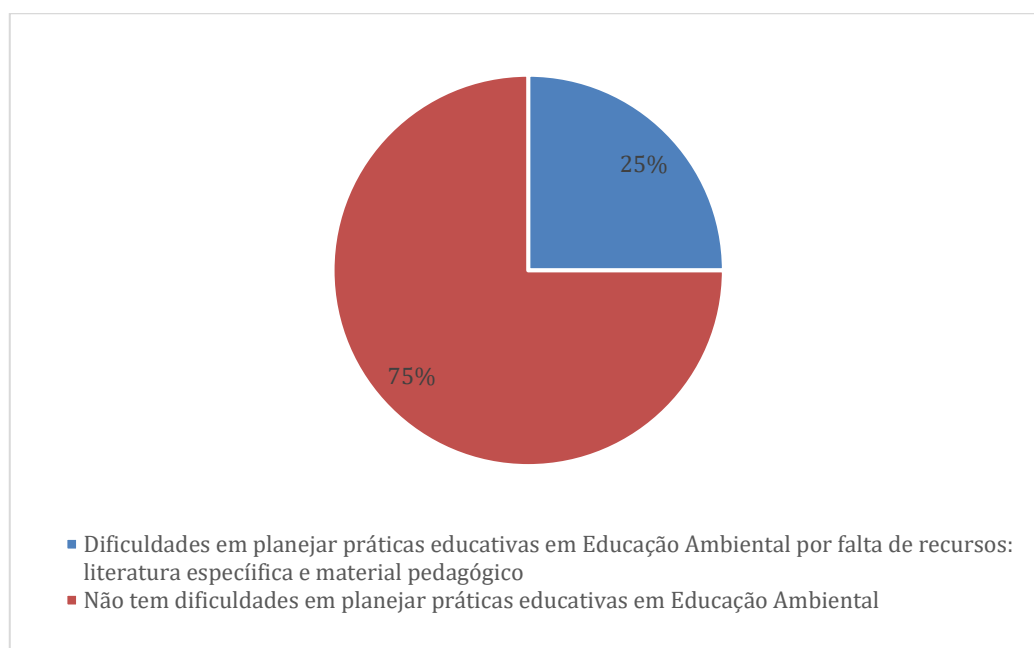
#### 4.5 PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS AMBIENTAIS NA ESCOLA

As práticas educativas estão inseridas no processo educativo e para o alcance de uma Educação Ambiental transformadora é preponderante práticas que rompam com o pensamento da lógica instrumental.

A subseção está organizada pelos Quadros 12 e 13 que trazem a fala das professoras entrevistadas sobre o planejamento com intuito de compreender as dificuldades em planejar práticas educativas e como as mesmas vem trabalhando essas práticas em Educação Ambiental.

O Gráfico 6 demonstra o percentual das professoras que responderam sobre as dificuldades em planejar práticas educativas em Educação Ambiental:

**Gráfico 6** - Dificuldades em planejar Práticas Educativas voltadas a Educação Ambiental



**Fonte:** Coleta de Dados (2023).

As práticas educativas estão inseridas no processo educativo e para o alcance de uma Educação Ambiental Transformadora são preponderantes práticas que rompam com o pensamento da lógica instrumental.

Observa-se que 25% afirmaram que têm dificuldades em planejar práticas educativas voltadas à Educação Ambiental por falta de recursos, 75% disseram não ter dificuldades em planejar práticas educativas em Educação Ambiental.

A respeito dos professores, Leme (2006) faz a análise da forma, a reflexão e o saber construído pelo professor contribuirão para melhorar a prática docente, de outra forma, não dá para omitir a colaboração dos conhecimentos adquiridos na academia.

No Quadro 12 apresenta-se falas das professoras entrevistadas e que traz a fala das professoras entrevistadas sobre o planejamento com o intuito de compreender as dificuldades em planejar práticas educativas como as professoras vêm trabalhando práticas em Educação Ambiental:



**Quadro 12** - Você tem dificuldade em planejar práticas educativas voltadas à Educação Ambiental? Quais?

<b>Professoras</b>	<b>falas correspondentes</b>
P1	Assim... a gente não tem muito de onde tirar, a gente faz do nosso dia a dia mesmo. Mas assim pesquisar e dizer que tem aquilo para você aplicar, um livro para você seguir não tem não. A gente faz do nosso dia a dia mesmo, do nosso conhecimento. Sinto dificuldade, porque não tem uma literatura própria para você se apoiar, se basear.
P2	Não. Porque esse tema é trabalhado diariamente.
P3	Não sinto dificuldade.
P4	Não sinto dificuldade.
P5	Não tenho. Quando desenvolvemos o projeto sobre meio ambiente as crianças foram participativas, compreenderam muito bem desde o semear, aguar e cuidado com as plantas.
P6	Não tenho dificuldade com essa prática.
P7	Não tenho dificuldade.
P8	Não tenho dificuldade.
P9	Não. Por estar contemplado em projetos da escola. E algumas práticas tornam-se rotina, como por exemplo após o lanche jogar a casca da fruta em recipientes diferentes.
P10	Sim, pois requer material pedagógico que a escola não disponibiliza.
P11	Não tenho dificuldade, a escola dá o projeto e você vai estudar, a gente estuda para a gente fazer o planejamento.
P12	Sim. Falta de recursos para trabalhar e desenvolver atividades voltadas para prática.

**Fonte:** Coleta de Dados (2023).

Isto posto, é urgente refletir a importância de discussões envolvendo a sociedade, escola e instituições públicas e privadas para a modificação da percepção despolitizada entre sociedade, valores, política, economia e problemáticas ambientais, para que se caminhe em busca da materialização de uma Educação Ambiental que seja efetivada na Escola e na sociedade de maneira renovadora.

A evolução da escola não deve estar associada apenas aos conhecimentos acadêmicos ou apenas por saberes construídos pelo professor. É preponderante que aconteça uma associação entre eles, de maneira que exista comunicação sempre entre os saberes produzidos pelos professores no âmbito particular como no coletivo e os saberes da academia.

Sobre as dificuldades em planejar práticas educativas voltadas para Educação Ambiental, as professoras entrevistadas P1, P10 e P12 destacaram que têm dificuldades devido a recursos como: falta de literatura apropriada e de material pedagógico. Do mesmo modo, é importante considerar que é necessário ter o material necessário voltado a realidade em que o planejamento dever ser realizado porque as dificuldades existentes na prática voltado a realidade existente.

Dentre as falas, ficou evidenciada a dificuldade em acessar o conhecimento ambiental, e ausência de suporte para elaboração do planejamento de práticas voltadas à Educação Ambiental. Percebe-se a deficiência no processo formativo da docente e a ausência da coletividade para implementar políticas públicas que ofereçam a estrutura tanto na formação continuada quanto na parte de maior estrutura no ambiente escolar. Para que seja possível isso, é necessário a materialização de ações integradas a políticas públicas que possibilitem práticas educativas que contemplem a Educação Ambiental e transitem por todas os níveis do ensino e ambientes em uma perspectiva transformadora.

Segundo Sorrentino (2001), a incumbência por essas demandas deveria ser colocada sob a responsabilidade de outros atores sociais e responsabilizar o Estado para organizar em suas diversas esferas. O que se percebe são atividades orientadas por ONGs, Secretarias de Educação e educadores, limitando-se à realização de atividade que busca resolver a problemática de maneira imediatista, agindo com ações pontuais como: plantio de árvores, projetos de reutilização de materiais.

Nesse sentido, Barba e Cavalari (2018) realçam que o processo formativo do professor envolve reconfigurar a metodologia, conceito e currículo. O docente deve ainda reconhecer o conhecimento e o movimento dialético em que este está imerso, originado pela conexão existente entre sujeito e o objeto de estudo, a percepção de amplitude e a contextualização de questões relacionadas ao meio ambiente.

Sobre essa ampla demanda que envolve o campo ambiental, é interessante colocar em pauta para debate: Qual é a posição no processo educativo que a Educação Ambiental ocupa? A Escola deve demarcar um ponto de partida e um ponto de chegada com relação a seus anseios referentes a transformações que almeja, engajando-se na luta para promover no currículo e, conseqüentemente, nas práticas educativas avanços no que se refere a políticas públicas que possibilitem ao educador uma compreensão ampla e de luta ambiental em uma perspectiva de transformação do cenário social.

Ao analisar as falas das professoras P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9 e P11 foi observado que essas afirmam não ter dificuldade em planejar práticas educativas voltadas à Educação Ambiental.

Os envolvidos no campo educacional devem realizar práticas que auxiliem na formação ampla do sujeito. É desafiador o trabalho no campo ambiental seja ele na educação infantil ou nos anos iniciais do ensino fundamental. É preciso despertar a

questão da compreensão e o zelo dos discentes para com os aspectos que envolvem o ambiente, a cultura e as multiplicidades existentes nessa integração.

É importante ressaltar que diante das análises documentais, as Escolas estudadas, de maneira parcial, têm se esforçado e desenvolvido ações voltadas a temáticas ambientais. Porém, não se pode “cair na cilada” do conformismo e de uma visão comportamentalista a respeito de práticas desenvolvidas no ambiente escolar, com entendimento de que são suficientes e ideais. É preciso que todos estejam suscetíveis à avaliação e à reflexão.

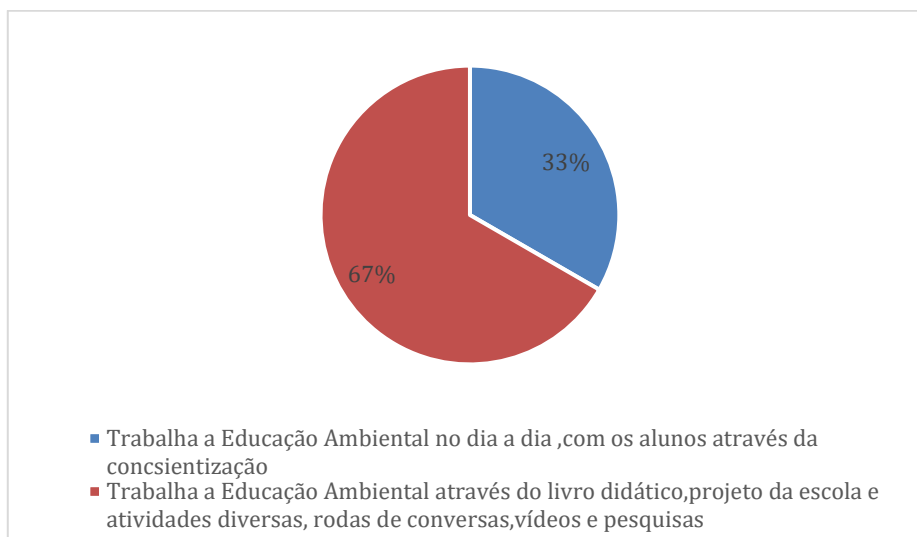
As falas das professoras expressam, de certo modo, um alerta sobre o cuidado em relação à reflexão sobre o desenvolvimento das práticas educativas presentes na escola. A professora P9 afirma não ter dificuldades em planejar as práticas: “Não. Por estar contemplado em projetos da escola. E algumas práticas tornam-se rotineiras, como por exemplo, após o lanche jogar a casca da fruta em recipientes diferentes”.

É necessário empreender esforços para refletir sobre qual direção as práticas educativas apontam e qual Educação Ambiental está sendo fomentada no ambiente escolar. Os projetos e ações efetivados em Educação Ambiental demonstram maneiras diferentes de os fazerem notórias suas experiências nos encontros; todavia, cabe lutar por incutir nas esferas institucionais a percepção crítica em suas práticas ambientais.

O trabalho com a Educação Ambiental se destaca no processo formativo se constitui como necessário e fundamental que supõe evidências necessárias para a realização do saber e da dinâmica para a condução das práticas educativas ambientais. Ora, o modo de planejar e realizar a Educação Ambiental e desencadeia meios com estruturas diferenciadas e modificadoras do que se deseja alcançar.

No Gráfico 7 apontam as análises estão relacionadas às falas das professoras participantes da entrevista sobre como vêm trabalhando a Educação Ambiental em sua prática.

Os resultados apontam que 33% relataram trabalhar Educação Ambiental por meio da conscientização no dia a dia com as crianças e 67% responderam que trabalham Educação Ambiental com atividades do livro didático, projetos da Escola, roda de conversa, vídeos, pesquisa e atividades:

**Gráfico 7-** Trabalho das Professoras na prática da Educação Ambiental

Fonte: Coleta de Dados (2023).

O Quadro 13 se caracteriza por apresentar as análises das falas das professoras pedagogas, considerando como está sendo desenvolvida a Educação Ambiental na prática:

**Quadro 13** - Como você vem trabalhando a Educação Ambiental em sua prática?

Professoras	Falas correspondentes
P1	Na sala a gente tenta construir juntamente com as crianças brinquedos pedagógicos com materiais reaproveitado. Explicamos para eles a importância de estarmos trabalhando com aquele material que seria jogado no lixo. Então a gente trabalha com eles e constrói com eles porque na maioria das vezes eles que pintam, eles ajudam a produzir o próprio brinquedo que eles vão utilizar com material reaproveitado.
P2	Através de atividades de recorte e colagem e vídeos.
P3	No dia a dia das crianças. Com a conscientização de preservar o meio ambiente que vivemos.
P4	Através de roda de conversa, troca de experiências, pesquisas e atividades teóricas.
P5	Com a conscientização sobre o meio ambiente, como agir no ambiente em que vivemos, cuidados com a separação do lixo para colocá-los na lixeira correta. Fiz um trabalho recentemente sobre a Amazônia, flora, fauna, rios, desmatamento, preservação, entre outros.
P6	Através do livro didático e atividades complementares. Sempre interligando a teoria com a prática.
P7	Sempre que possível trabalho a Educação Ambiental em sala de aula, os cuidados com nossa escola, lixo no lixo, etc.
P8	Nos projetos da escola tento no máximo usar produtos ou objetos que não agride o solo (meio ambiente). Exemplo: não gosto de usar isopor ou copo descartáveis. Fiscalizo meus alunos em relação ao bebedouro e para não encher as garrafas por inteiro, pois a água esquentada e acabam jogando fora.

P9	Dentro dos conteúdos dos projetos da escola, porém de forma a exemplificar as ações de separação dos resíduos (com histórias, brincadeiras, brinquedos, músicas, confecção de cartazes), de forma prática com ações diárias.
P10	De maneira a conscientizar os alunos da importância do meio ambiente para o futuro do nosso planeta.
P11	Na prática, todos os dias falamos sobre o lixo, para não jogar lixo no chão, economizar água, preservação das árvores, eles conversarem com os pais para não maltratarem as árvores.
P12	Conteúdos voltados para teoria, pesquisa para casa. No ano que realizamos o projeto JEPP, pedia a colaboração da família para coleta de produtos e materiais que podem ser reciclados.

**Fonte:** Coleta de Dados (2023).

As professoras P1, P2, P4, P6, P7, P8, P9 e P12 informaram que, em suas práticas educativas de Educação Ambiental, trabalham com o livro didático, projetos da Escola, assistem vídeos, organizam roda de conversas e sugerem atividades escritas.

Ao analisar os planos de aula das professoras pedagogas do Ensino Fundamental, séries iniciais, foi observado nos componentes curriculares de geografia, ciências e nos campos de experiências, as temáticas ambientais, conforme o orienta o PPP. Elas enfatizam ter base nos documentos que orientam o currículo escolar, no caso, os RCRO. Os planejamentos focam nos objetivos a serem alcançados, e esses objetivos são direcionados às habilidades pretendidas.

Nos planos de aula de Geografia e Ciências, as atividades descritas voltadas à Educação Ambiental envolvem o livro didático, recortes, vídeos, raramente rodas de conversas. As atividades são bem restritas, e habituais, de forma geral, as discussões na perspectiva crítica, ficam bem distanciadas das práticas educativas.

Nos diferentes planejamentos de Ciências e Geografia, foi verificada a Educação Ambiental sendo trabalhada continuamente, orientada por conteúdos dos livros didáticos, o que é muito utilizado para resolução de exercício nas aulas que tratam temáticas ambientais.

Os planejamentos analisados dos Campos de Experiência das professoras pedagogas da Educação Infantil, relativos às práticas voltadas à Educação Ambiental, registram atividades como: roda de conversas, atividades, passeios no espaço natural da escola, momentos de conversação com as crianças sobre temáticas específicas do meio ambiente. Nos planos de aula, são incluídos, ainda, atividades alusivas a projetos que envolvem toda a Escola, tais como: reutilização do lixo, coleta seletiva, coleta de óleo, horta orgânica e outras atividades de cunho ambiental.

Ao analisar os planejamentos de Ciências e Geografia do Ensino Fundamental e os planejamentos contemplam os Campos de Experiências da Educação Infantil. Nas atividades há a ausência de aprofundamento da crise ambiental em uma perspectiva crítica.

Observam-se narrativas de ações que são favoráveis ao desenvolvimento do diálogo da crise ambiental em um viés crítico entre aluno e professor. Foi percebida essa possibilidade na fala da professora P4: “Através de roda de conversa, troca de experiências, pesquisas e atividades teóricas”.

A concretização dessa possibilidade quando o professor traz na sua formação a visão crítica da realidade. As bases norteadoras que as Escolas seguem são o PPP e o RCRO. No entanto, para desenvolver a prática educativa é importante que o docente busque ampliar seus horizontes.

O RCRO é um instrumento de diretrizes para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, ele abre possibilidades na esfera municipal e no contexto escolar de se realizarem considerações que a Escola julgar interessante, partindo das peculiaridades culturais, regionais e aspectos econômicos em que a Escola encontra-se inserida por meio de sua inserção no PPP.

Diante da flexibilidade que o documento apresenta, tanto a escola quanto o educador necessitam se debruçar na realidade concreta de seus alunos para oferecer práticas educativas de Educação Ambiental que favoreçam o movimento dialético, conexões sociais e emocionais. Sobre isso, o RCRO realça que o ser humano é sujeito que busca transformar a sua ligação com o mundo, coloca a Escola diante da necessidade de estar sempre inovando para conseguir acompanhar os desafios desse tempo e desenvolver o compromisso que tem socialmente

A conduta inocente e, às vezes, o não-comprometimento, relacionado às práticas educativas, revelam não colaborar para modificar os fundamentos que geram a alienação, situação necessária a ser solucionada para a solidificação de um cenário igualitário e desenvolvido. A autonomia gera reflexão em coletividade e isso, possivelmente, dará aos docentes o poder de agir de forma inovadora, com potencial de produzir instrumentos didáticos e novos caminhos metodológicos, ou seja, potencial para gerir suas práticas (Veiga, 2013).

Nesse sentido, para ser possível a superação da alienação, a autonomia e a criticidade são preponderantes. De acordo com Franco (2016), as práticas educativas estão desprovidas de dimensão dialógica, crítica e reflexiva, diferente disso têm sido

materializadas de maneira formatada e engessada, e tem por objetivo qualificar os discentes para competir posições em vestibulares universitários. Com esse raciocínio, é possível observar que a Educação tem se submetido à lógica da economia e, o compromisso no processo formativo do ser humano não tem atingido seus objetivos.

Nas falas anteriores, é possível perceber práticas de Educação Ambiental bem distantes das problemáticas sociais, políticas e econômicas que estão intrínsecas na realidade do aluno, restritas apenas a conteúdos, projetos escolares ou de instituições. A fala de P12 evidencia isso: “Conteúdos voltados para teoria, pesquisa para casa. No ano que realizamos o projeto JEPP, pedia a colaboração da família para coleta de produtos e materiais que podem ser reciclados”.

Há urgência em estimular práticas de Educação Ambiental que motivem e tragam a discussão das questões culturais, sociais, econômicas relacionando-as ao mundo, perpassando o dualismo existente entre o campo de progresso e sustentabilidade e buscar conceber formas mais totalizadas da realidade e, menos esfaceladas (Dias, 2023).

As professoras P3, P5, P10 e P11 afirmam que colocam em prática a EA por meio da conscientização no cotidiano escolar, trabalham com os alunos as temáticas ambientais, conforme a professora P3 narra: “No dia a dia das crianças, com a conscientização de preservar o meio ambiente que vivemos”.

Ainda que contemplando as temáticas ambientais no dia a dia escolar, as professoras deixam evidências de práticas que contemplam determinados conteúdos, de acordo com professora P11 “Na prática, todos os dias falamos sobre o lixo, para não jogar lixo no chão, economizar água, preservação das árvores, eles conversarem com os pais para não maltratarem as árvores”.

Os conteúdos não deixam de expressar valor, mas é preciso ir além de uma visão instrumentalista e reducionista de mundo. Buscar por uma prática em Educação Ambiental que ultrapasse esse modelo de educação. Diante desse cenário, faz-se interessante refletir não somente a compreensão diminuída da realidade que torna a prática educativa insuficiente para a formação do ser humano na sua completude, mas refletir como o currículo se consolida.

O processo formativo pedagógico do professor está em função de curvar-se diante a modelo de um profissional submisso ao currículo e que seja reprodutor e reproduza de forma obediente e apto ao ensino e aprendizagem dos conhecimentos determinados nas normativas curricular de maneira que o campo educacional,

contexto escolar, como ainda o trabalho do professor acontece nessa lógica, atado às normativas do currículo (Arroyo, 2014).

Para Veiga (2013), há que se pensar na estruturação do currículo escolar levando em conta que o currículo não é imparcial, ele atua na reprodução das ideologias. Nesse sentido, cabe à Escola discernir e desnudar os constituintes que fazem parte do saber escolar que as forças hegemônicas usam para dar continuidade nas regalias. O estabelecimento do saber escolar deve acontecer com contínuas avaliações que envolvam interpretação e criticidade tanto no eixo cultural social como no eixo cultural hegemônico. Cabe então entender que na estrutura curricular predomina um tipo de cultura.

O comprometimento político do professor deve estar associado à competência técnica e, diante disso, o docente terá possibilidade de compreender, no âmbito escolar, os entraves colocados perante ele que o impedem de agir de forma competente (Saviani, 2021).

Em se tratando de Educação Ambiental, é preponderante o docente desenvolver a consciência de que sua prática tem constituintes políticos, por isso ele deve buscar tanto no universo escolar como em sua formação continuada por possibilidades que o auxiliem em ações que culminem na formação do aluno de maneira significativa.

Os conhecimentos produzidos pelo professor têm significados e orientam a prática pedagógica, nesse sentido, é percebido o valor da formação continuada do docente, pois contribuirá para aprimoramento de conhecimentos e possibilitará novos direcionamentos para suas práticas em Educação Ambiental no universo escolar (Leme, 2006).

Com relação a isso, a professora P5 afirmou que atua no sentido de levar o aluno a ter consciência: “Com a conscientização sobre o meio ambiente, como agir no ambiente em que vivemos, cuidados com a separação do lixo para colocá-los na lixeira correta. Fiz um trabalho recentemente sobre a Amazônia, flora, fauna, rios, desmatamento, preservação, entre outros”.

Sobre isso, Dias (2023) realça que a acessibilidade aos meios informativos e tecnológicos contribui para a sustentabilidade, compreende uma das bases para construção de contexto formativo e constitui diferentes percepções de planeta, sem deixar de considerar a visão de local, de região e nacional.



Nessa mesma fala de P5, é presente também o desenvolvimento da prática educativa em Educação Ambiental que acontece no dia a dia, porém, com abordagem conteudista e acrítica, a questão do lixo é trabalhada por P5 sem denunciar os fatores que impulsionam a produção e o desenvolvimento sustentável com base na Educação Ambiental pragmatista que a modernidade apregoa.

A respeito disso, Guimarães (2020) alerta que esse protótipo de civilização vem sendo inquirido, pois existe a necessidade de estabelecer princípios nas interações que envolvem a sociedade e as diversas formas de sociedade. Suas interações com o meio ambiente necessitam ser edificadas de modo que se alcance, de fato, um desenvolvimento sustentável. Não é suficiente agir de maneira correta, como por exemplo, fazer a coleta seletiva do lixo, sem modificar os princípios do consumo que de fato ocasiona a produção de lixo (Guimarães, 2020).

Quanto ao compromisso que a Escola tem no processo formativo das crianças, a amplitude e a criticidade no currículo são indispensáveis, de maneira a culminar em ações significativas na vida do aluno. Seja pela conscientização ou por atividades diversas; cabe ao professor criar estratégias pedagógicas para alcançar o desenvolvimento de suas práticas em Educação Ambiental.

Dessa forma cria-se possibilidades de práticas educativas de Educação Ambiental nos espaços de sala de aula.

## 5. PRÁTICAS EDUCATIVAS NO AMBIENTE DAS SALAS DE AULA DAS ESCOLAS

Esta seção é dedicada às observações realizadas no ambiente de sala de aula das Escolas estudadas, buscam perceber as práticas das professoras, como estas desenvolvem a Educação Ambiental no cotidiano de suas práticas educativas. Esta seção está dividida em duas subseções:

### 5.1 PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA EMEIEFL FLOR DE LARANJEIRA

As observações das práticas em Educação Ambiental se efetivaram na aula de Ciências, em uma turma de 3º ano, em 06 de outubro de 2023, cuja a temática foi as Características dos Animais. A professora iniciou a aula solicitando que os alunos acompanhassem no livro didático. Em seguida, iniciou uma conversa com os alunos sobre a conexão existente entre os animais e meio ambiente, na ocasião, citou exemplo da tartaruga que ela deixa seus ovos na praia e depois volta à mesma praia.

No decorrer do diálogo, um aluno citou que “um cachorro é onívoro”, então a professora citou que isso não é característica do cachorro, mas não fez nenhum aprofundamento a respeito do comentário do aluno. A professora seguiu sua explicação conversando de maneira que os alunos iam fazendo algumas observações a respeito do que estava no livro didático e, simultaneamente, iam respondendo as questões do livro.

As explicações se deram condicionadas ao livro didático, no decorrer da aula, a professora abriu parênteses e fez um comentário a respeito de o livro didático conter exemplos longe da realidade dos alunos, então destacou ela: “não há de fato uma identificação de fato da realidade, pois estudam outra realidade”.

No decorrer da aula, enquanto os alunos respondiam a atividade a respeito da temática em discussão, a professora abriu novamente parênteses e destacou que as formações de professores se limitavam a métodos de como ministrar aula, enfatizou a professora que gostaria de um aprendizado diferenciado. Para finalizar a aula, a professora e os alunos fizeram a correção das atividades contidas no livro.

Nessa aula, confirmou-se que as práticas educativas das professoras em Educação Ambiental estão condicionadas ao conteúdo restrito do livro didático. A exposição da aula foi em uma abordagem dialógica com os alunos, mas sem

contextualizar a temática. É possível verificar isso, quando o aluno destaca que o “cachorro é onívoro”, nesse momento, não houve, por parte da professora, um levantamento a respeito do porquê do animal em determinadas situações se alimentar dessa forma, “seria uma necessidade ou por falta de alimento”?

Deste modo, não houve debate em torno do comentário do aluno, também ao tratar as características dos animais não foi destacado o processo de mudança de região que muitas vezes se dá em virtude de os animais terem seu ambiente modificado pela ação humana, e ainda a questão da extinção não foi problematizada, percebemos, então, a Educação Ambiental Conservadora na prática docente.

Esse momento suscitou algumas reflexões a respeito do livro didático que traz o saber ambiental apresentado superficialmente como ainda a ausência da interdisciplinaridade. Preocupa também o conformismo docente com esse modelo imposto, e por isso, Guimarães (2020) frisa que na Educação Ambiental o processo que envolve planejamento voltado para o conteúdo tem caracterização do saber sistematizado de mundo. Em uma aula, o professor não deve se debruçar somente no conteúdo, mas deve fazer conexões com o cotidiano.

A crítica que a professora da turma de 3º ano tece a respeito das formações esfaceladas sinalizam que o docente precisa de uma formação mais robusta que o prepare não para reproduzir receita pronta, mas que o oriente como construir e significar novos conhecimentos no campo ambiental. De acordo com Carvalho (2007) o processo do ensino deve levar a discussão no campo cognitivo, objetivando uma reelaboração de conceitos. A ação de reproduzir metodologia tradicional está associada ao um olhar confuso e contraditório no que diz respeito à Educação Ambiental.

Em meio à gravidade das problemáticas ambientais é preponderante salientar o papel da Universidade nos processos formativos de docentes. Nessa acepção, Carvalho (2007) explica que a carência e o imediatismo para formar professores para atuar nas demandas ambientais se dá pelo aumento de acesso aos problemas ambientais, é do interesse das instituições de ensino buscar alternativas imediatistas para resolver essas questões, então, a Universidade é dada a missão de contribuir no processo formativo desse educador.

Frente ao dilema e percalços, impostos no processo educativo da atualidade, para a concretização da Educação Ambiental emancipadora, foi observado, no

ambiente de sala de aula, fragilidade nas práticas ambientais como também o dilema da professora em não poder ir além, pela deficiência no processo formativo.

É importante frisar que o professor no dia a dia escolar, mesmo com inúmeras dificuldades tenta realizar algo, a exemplo disso, nessa mesma turma de 3º ano, em uma outra ocasião, ao observar o espaço da Escola, estavam expostos em uma mesinha diversos trabalhos de educação ambiental, conforme se pode observar na fotografia 4:

**Fotografia 4** - Produção dos alunos do 3º ano -Flor de Laranjeira



**Créditos:** Marta dos Anjos Queiróz Quaresma (2023).

Nessa ocasião, havia vários copinhos contendo feijão germinados. A professora explicou que aquela produção, realizada pelas crianças era parte de uma atividade que a Escola realiza no “Sarau Literário”. Conforme a professora da turma, ela trabalhou o texto “João pé de feijão”, e de forma interdisciplinar envolveu as disciplinas de Língua Portuguesa e Ciências. Explicou que em Língua Portuguesa trabalhou a construção de texto “João pé de feijão” e em Ciências trabalhou os tipos de solos e germinação das plantas. Na conversa, percebeu-se a ausência da problematização envolvendo as temáticas tratadas, então, mais uma vez, a necessidade de formar professores críticos.

Dessa maneira, e diante de esforços e entraves, resta à Escola lutar com todos envolvidos (comunidade, alunos, professores) e chamar à responsabilidade governos,

instituições governamentais para discutir esse modelo de sociedade e criar novos caminhos que o sistema educacional necessita tomar para possíveis mudanças no cenário de Educação Ambiental.

Em outra aula, foi observado o 2º ano C, na aula de Geografia do dia 18/10/2023 com relação às práticas educativas em Educação Ambiental, cujo tema foi “Escola unidade importante” (ambiente, funcionários).

A professora deu início à aula, solicitando que os alunos realizassem a leitura do texto, em seguida, deu continuidade explicando sobre as pessoas que trabalham na Escola e seus departamentos. A professora orientou os alunos para realização de uma atividade investigativa, descrita no livro, e pediu que eles respondessem as seguintes questões: nome do funcionário; o que o funcionário realiza na Escola e por que é importante o que faz.

Os alunos saíram a campo para levantamento dessas informações e, após esse momento de investigação, os alunos juntamente com a professora responderam as questões do livro didático. De maneira geral, a aula tinha como pano de fundo debater a importância e, os alunos entenderem, a respeito do valor do trabalho desenvolvido pelos servidores, bem como a ética e o respeito que envolvem o ambiente da Escola.

Esse momento de investigação, proporcionado aos alunos, foi propício para um aprofundamento maior sobre princípios éticos; o que a professora trabalhou, ainda que de forma genérica. É importante ressaltar que a prática educativa que sinaliza para ações que fomentam o respeito e a ética contribuem para estimular nos alunos valores de cuidados com o ambiente natural.

Carvalho (2005) reflete que os diversos contextos que envolve o ambiente, quando entendido a partir dos aspectos sociais, históricos contemporâneos, resulta em uma conexão com diversos sentidos e agem de forma a estimular o processo argumentativo, envolvem os princípios no universo da ética, da política e ainda no viver individual e coletivamente. O processo de conduzir o momento de ensino e aprendizagem em Educação Ambiental ainda é um desafio aos professores para trabalharem na sala de aula. A professora solicitou que os alunos escrevessem os espaços da Escola e os alunos respondiam os espaços que envolvem a Escola.

Foi observado que a professora teve dificuldades a produzir uma reflexão entorno a Escola e dos espaços interiores da Escola que não possuem áreas verdes. A discussão se deteve aos aspectos físicos, confirmando os princípios de Educação

Ambiental conservadora. A prática educativa em Educação Ambiental deve envolver percepção do professor para conduzir a reflexão e a problematização das questões ambientais. A Escola, no seu interior, não conta com a presença de espaços verdes, como também em seu entorno não possui árvores. A aula teria sido uma oportunidade para trazer à discussão o porquê da ausência do verde na Escola.

A formação humana envolve os saberes ambientais, e estes devem se entrelaçar ao processo formativo do ser humano, devem estar associados à problematização das questões que envolvem o planeta. Loureiro (2016) ressalta que os planos para alcançar a emancipação do ser humano devem andar entrelaçados ao plano de proteção do meio ambiente, de forma que um depende do outro, a não-associação culmina na reprodução do protótipo de sociedade da atualidade. A prática educativa em Educação Ambiental do professor jamais deverá orientar para uma passividade, deve orientar para buscar da emancipação do ser humano em formação.

A terceira observação aponta para uma Aula de Ciências, no dia 20/10/2023, com o tema “Árvore”. A prática educativa em Educação Ambiental na escola permitiu a observação na sala de aula de uma turma de 1º ano. A aula iniciou com a professora solicitando que os alunos fizessem uma leitura prévia do conteúdo a ser trabalhado. A dinâmica era composta por várias palavras, uma delas era a palavra “árvore”, quando as crianças responderam “árvore”, a professora aproveitou para explicar a respeito dos cuidados que se deve ter com as árvores, conforme poder-se observar na fotografia 5:

**Fotografia 5** - Desenho feito pela professora – Escola Flor de Laranjeira



**Créditos:** Marta dos Anjos Queiróz Quaresma (2023).

Após esse momento, a professora conversou com os alunos sobre a questão das ações que os seres humanos realizam no dia a dia e fez uma dinâmica que consistia em adivinhar palavras que estavam no livro didático. Na ocasião, a professora enfatizou que a árvore não deve ser cortada, em seguida, a professora da turma desenhou uma árvore e conversou com os alunos que, ao apontarem o lápis, se percebiam que lápis é feito de madeira.

Na conversa com os alunos, a professora enfatizou que muitas árvores dão frutos. Nesse momento, houve a participação dos alunos sobre a importância das folhas da árvore, destacaram que “elas servem para filtrar o ar do planeta”. A professora aproveitou a participação dos alunos para explicar como o gás carbônico chega às folhas. A professora disse que existe um período do ano que acontece o desmatamento, há quem ateia fogo na mata e, com isso, acontece a diminuição do oxigênio. Esse momento foi muito interessante, pois um aluno perguntou se essa atitude estava correta. Explicou que compromete a qualidade do ar e realçou os benefícios da árvore, os materiais que são produzidos com madeira, lápis, papel, cadeira e todos puderam refletir sobre a temática:

**Fotografia 6** - Alunos em pé refletindo sobre os benefícios das árvores na Escola Flor de Laranjeira



**Créditos:** Marta dos Anjos Queiróz Quaresma (2023).

Em seguida, fez um momento de reflexão com os alunos e falou que tem seu lado positivo e negativo quanto à utilidade de árvores, pois quanto mais se destroem

árvores mais compromete o meio ambiente. A Professora explicou que quanto mais os alunos rasgam papel, apontam lápis mais árvores serão destruídas.

Nesse momento, a docente fez uma sensibilização a respeito desperdício de materiais e destruição do ambiente natural, falou rapidamente do processo que envolve a produção de papelão. E, para finalizar, a professora convidou as crianças para levantarem e juntos cantaram uma música que falava sobre a árvore. Depois, os alunos responderam sobre o que árvore pode oferecer em questão de benefício para o ser humano. As respostas foram diversas como: filtrar o ar, produzir o fruto para o ser humano, entre outros. Como tarefa de casa, a professora distribuiu folhas de papel em branco para que cada aluno desenhasse uma árvore e trouxesse na próxima aula.

Conforme a observação, realizada na turma do 1º ano A, as crianças demonstraram bastante interesse pela temática, de maneira que todas participavam. A professora conduziu a explanação do conteúdo dentro de uma perspectiva que ocupa o campo tanto conservador quanto pragmático.

Observou-se que, no decorrer da aula, quando houve uma intervenção de aluno que perguntou se era correto a questão do desmatamento, a professora retoma explicando que comprometia a qualidade do ar e, seguidamente, explicou as utilidades das árvores. A preocupação se reduz em manter o modelo social e suas mazelas e, de forma pontual, é justificado pela preocupação em conservar para não comprometer a qualidade do ar. É necessário um olhar para uma perspectiva pragmática, em que se sinaliza uma compreensão utilitarista da natureza quando, enaltece os benefícios que a Árvore pode oferecer para discutir as causas que geram o desmatamento e sua relação existente entre o meio ambiente e os aspectos sociais.

Para Layrargues (2004), a Educação Ambiental Pragmática demonstra a importância da natureza está centrada na função que cumpre em ser útil para o ser humano. Desse modo, nas observações realizadas na aula de Ciências da turma do 1º ano, percebeu-se um esforço da professora em trazer as temáticas ambientais para a discussão. Assim, verificou-se que a Educação Ambiental é trabalhada de modo Conservadora em alguns momentos e a Pragmática em outros.

## 5.2 PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA ODÍLIA PEREIRA II

A observação das práticas educativas em Educação Ambiental se efetivou na turma de Pré II-B com o tema: “Escrita da Matemática e Educação Ambiental”, no dia



08 de novembro de 2023, a professora realizou a chamada e solicitou aos alunos que escrevessem o seu nome no quadro branco. A escrita do nome evidenciou a língua portuguesa e do mesmo modo com a Matemática destacou as presenças e as ausências.

Em seguida houve o momento de conversa com os alunos, cantaram algumas músicas, houve o momento de brincar com joguinhos didáticos estimulando a criatividade. Deste modo, os alunos foram convidados a regar a horta da Escola. A professora separou os utensílios a serem usados, em seguida organizou os alunos para irem até o local da horta:

**Fotografia 7** - Crianças regando a horta e utensílios utilizados na Escola Odília Pereira II



**Créditos:** Marta dos Anjos Queiróz Quaresma (2023).

Observou-se o cotidiano de sala de aula para entender como se materializam as práticas educativas em Educação Ambiental, sendo um momento de interação entre as crianças. Elas observavam não somente os canteiros, mas todo o cenário, flores novas que nasceram no espaço verde. No decorrer da rega, as crianças descobriram um formigueiro; porém, não houve uma intervenção de maneira dialógica por parte da professora, que poderia destacar as conexões existentes entre o homem, planeta e outros tipos de vida. Com relação ao formigueiro, a professora apenas explicou que estava no início do inverno e as formigas estavam saindo em busca de alimento para armazenar.

Houve a oportunidade de suscitar discussão a respeito da relação entre ser humano, meio ambiente e os danos ocasionados quando o ser humano age sem o compromisso e a compreensão da conectividade existente entre homem e ambiente natural.

Na semana da Pátria foi trabalhada a sustentabilidade com a confecção de faixa e instrumentos a partir de materiais recicláveis para utilizarem no desfile de 7 de setembro, conforme a Fotografia 8:

**Fotografia 8** - Faixa e instrumento musical confeccionados com materiais recicláveis  
Odília Pereira II



**Créditos:** Marta dos Anjos Queiróz Quaresma (2023).

A professora retomou as atividades da regação na horta com os alunos, de modo que ficou mais significativo se fosse realizada a socialização do momento. Dessa forma, o conhecimento ficou fragmentado e reduzido na ação formativa com os

alunos para que eles pudessem observar a importância das mudanças climáticas no espaço e no território de Porto Velho.

A exemplo disso, no século XXI, mais especificamente, o mundo está vivenciando a crise climática, que vem ocasionando instabilidade no planeta, o que exige, de forma urgente, discussão no espaço escolar. Sobre a crise ambiental, Layrargues e Torres (2022) realçam que os bens naturais sempre foram utilizados como fontes inesgotáveis sem o cuidado e manutenção para as gerações futuras.

As transformações climáticas envolvem questões complexas pela repercussão em nível global, pelas preocupações diversas nos âmbitos social, político, ecológico, tecnológico e ético-cultural (Lima, 2013). Por estas razões, as discussões a respeito do clima devem permear os processos educativos, e a Educação Ambiental apresenta-se como uma possibilidade de aprendizagem.

Lima (2013) explica que a Educação Ambiental tem por lema ser uma prática que objetiva gerenciar o espaço, o patrimônio comum das comunidades humanas, pois envolve o biofísico, o cultural. No entanto, por questões que envolvem o processo formativo da professora, não houve um entendimento da relação da natureza com as problemáticas sociais, o que reduz a natureza em termos de utilidade. Diante dessas observações, as práticas educativas da professora são direcionadas por uma Educação Ambiental Pragmática.

Para Castro (2001), o processo formativo de educadores ambientais envolve uma reconfiguração de métodos, conceitos e currículo, e ainda exige um novo professor. Esse educador deve compreender o saber na perspectiva dialética, que envolve a integração de sujeito e objeto do saber; a amplitude da afetividade, a percepção do complexo e compreensão das questões que envolvem o meio ambiente.

Ao finalizar a atividade da regação, os alunos foram beber água e retornaram à sala de aula, e foi aplicada uma atividade voltada à coordenação motora. Em conversa com a professora, ela explicou que o projeto do meio ambiente já havia sido trabalhado anteriormente, comentou que, no decorrer das atividades, quando surgem possibilidades, é trabalhado o meio ambiente. Ela mostrou materiais confeccionados com rótulos, quando trabalhou o meio ambiente.

Considerando as observações feitas no espaço de sala de aula das Escolas investigadas, é oportuno refletir sobre as práticas pedagógicas concretizadas pelas professoras em Educação Ambiental. Uma vez distanciadas do cotidiano e da

realidade amazônica, as práticas não envolvem comportamento e valores que contribuem para a continuidade da cultura de um povo.

A este respeito, Torres e Santomé (2008) explica a importância do estreitamento do saber e da realidade concreta dos seres humano. Isso permite às pessoas controlar a relação dos grupos sociais fomentando a defesa e a integração tanto das ações quanto das discussões acerca de diversos problemas, inclusive dos problemas ambientais. Desse modo, é preponderante o saber ambiental não estar reduzido à reprodução de conhecimento. Deve ser concebido de forma significativa resgatando o patrimônio cultural. É importante destacar a relevância da formação inicial e da gestão educacional para a efetivação da Educação Ambiental no cotidiano escolar em uma perspectiva crítica e integrada à realidade.

A essência da atividade docente relaciona-se ao ensino. Esse, por sua vez, colabora para a questão da humanização dos discentes. Deseja-se que a licenciatura proporcione aos alunos saberes, atitudes e habilidades que permitam, continuamente, a estes construir seus conhecimentos e fazeres docentes, tendo como ponto de partida as demandas apresentadas no contexto das práticas do dia a dia. É na percepção crítica da profissão que se deve procurar bases para transformá-la. (Pimenta, 1997).

Os desafios do professor pedagogo estão na sua formação, pois conforme Pimenta (1997), a formação do professor é grandemente percebida como inconsistente, ilusória e não-suficiente senão houver preparado o professor para produzir saberes novos.

No campo da Educação Ambiental, de acordo com Carvalho (2001), a formação inicial dos docentes, realizada nas universidades, deveria organizar um currículo com flexibilidade, que permita debater as problemáticas do meio ambiente em diversos cursos de licenciatura, ancorada em vivenciais diferenciadas, contemplando aspectos diversos da temática. Nesse sentido, para o desenvolvimento de práticas pedagógicas em Educação Ambiental crítica, é necessário um olhar cuidadoso para qualificação que compreenda a formação inicial do professor pedagogo, tendo como um dos objetivos qualificá-lo para atuar na docência. Uma formação docente se constitui ao longo de sua trajetória, como ainda o trabalho da gestão educacional que opere coletivamente na Escola nas tomadas de decisões, entendendo as peculiaridades das atuações.

### 5.3 OBSERVAÇÕES REALIZADAS NOS ESPAÇOS DAS ESCOLAS INVESTIGADAS

Esta subseção tem por finalidade descrever os espaços das Escolas: EMEIEFL Flor de Laranjeira e EMEIOP II Odília Pereira de Oliveira II.

Na Escola Municipal Flor de Laranjeira foi realizada a observação no mês de novembro de 2022. Na ocasião, foi conversado com as diretoras a respeito do projeto de mestrado e o consentimento para realização da pesquisa na Escola. No dia 11 de setembro do ano 2023, ocorreu a entrega de documentos: Carta de Anuência, Autorização da Escola e, no dia 18 de setembro de 2023, a entrega do projeto de pesquisa, declaração de compromisso do pesquisador e Termo de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD), aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Na oportunidade, foi perguntado à diretora sobre ações desenvolvidas na escola sobre Educação Ambiental, o que ela informou que, devido a demandas, as professoras realizam ações quando são desenvolvidos projetos.

A conversa com a coordenação pedagógica ocorreu, em 20 de setembro de 2023; na ocasião foi explicado sobre a pesquisa e a organização das entrevistas. Nesse dia, a coordenadora falou sobre o cotidiano da Escola com relação atividades voltadas ao meio ambiente, destacou que a orientadora da Escola, coordena alguns projetos que envolvem questões ambientais como por exemplo o projeto “Não deixe a merenda ir para o lixo”. Na análise do projeto, percebeu-se que este, tem como objetivo sensibilizar os alunos e a comunidade no que diz respeito ao desperdício dos alimentos, buscando aproveitar melhor os benefícios dos nutrientes contidos nos alimentos que fazem parte do cardápio escolar.

Ainda nesse dia, a coordenadora destacou que na Semana do Meio Ambiente houve uma mobilização maior na escola onde foi desenvolvido um projeto sobre meio ambiente. Analisando o material disponibilizado, foi verificado que o projeto destacou a importância de se fazer algo para preservar o ambiente, como: não jogar lixo na rua; separar o lixo e cuidados com a água.

A escola encontra-se instalada em local sem a presença de árvores nos arredores; a área de acesso às dependências da Escola é coberta e com pouca circulação de ar; a parte interna é toda calçada, não há espaço “natural”, como: jardins ou hortas. Ilustra-se esta realidade na Fotografia 9:

**Fotografia 9** - Lateral e área interna da Escola Flor de Laranjeira



**Créditos:** Marta dos Anjos Queiróz Quaresma (2023).

Em conversa com uma moradora próxima à Escola Flor de Laranjeira, a qual também é servidora, ela disse que a Escola nunca teve árvores desde que foi instalada no local. Na mesma manhã, em diálogo com a orientadora, ela destacou que os projetos que a Escola desenvolve sempre tratam das questões ambientais como por exemplo o projeto “Não deixe a merenda ir para o lixo” já citado anteriormente. Mencionou que existia muito desperdício de merenda, salientou ainda que no projeto é enfatizado o efeito do desperdício no meio ambiente e com a sua execução, diminuiu o desperdício.

A coordenadora pedagógica destacou ainda que a proposta curricular da educação do município de Porto Velho segue orientações do Referencial Curricular de Rondônia RCRO, sendo que as atividades planejadas pelas professoras priorizam o conteúdo das unidades pertinente a cada ano, contemplando, assim, o Currículo de Ensino Fundamental, de acordo a Base Nacional Comum, mas também as especificidades locais (EMEIEFL, 2023a).

No corredor da escola foi possível perceber a exposição de atividades produzidas por alunos, alusivas ao Dia da Árvore como ainda cartazes abordando a Mata Atlântica e outras vegetações. A fotografia 10 ilustra-se com um mosaico de fotos essa realidade:

**Fotografia 10** - Mosaico de fotos da exposição de desenhos sobre o Dia da Árvore – Escola Flor de Laranjeira



**Créditos:** Marta dos Anjos Queiróz Quaresma (2023).

A Escola é o lugar ideal para promover a compreensão a respeito dos problemas ambientais, e desse modo a Educação Ambiental transformadora entende esses espaços como possibilidades de transformações sociais.

Luzzi (2012) explica que a Educação Ambiental é ação educativa que proporciona caminhos para as transformações dos saberes dos estudantes, pois realiza conexões entre a teoria e a prática. Nesse contexto, os saberes e princípios permitem a construção de conhecimentos sustentáveis no espaço escolar.

No decorrer das visitas na Escola, foi possível observar a área toda calçada, como também a presença de lixeira em pontos estratégicos do ambiente escolar. Ao visualizar uma exposição ocorrendo no ambiente de sala de aula, os alunos desenvolveram maquetes sobre “o ambiente do espaço escolar”, caracterizando o ambiente e o reproduziram na sala de aula, conforme a fotografia 11:

**Fotografia 11** - Maquetes da sala de aula na Escola Flor de Laranjeira



**Créditos:** Marta dos Anjos Queiróz Quaresma (2023).

Desse modo, as visitas realizadas no espaço interno da Escola EMEIEFL Flor de Laranjeira confirmou-se a ausência de espaços “naturais”.

Na Escola Odília Pereira de Oliveira II buscou-se verificar a manifestação da presença da Educação Ambiental no espaço escolar. A fotografia 12 ilustra essa constatação:

**Fotografia 12-** Espaço interno e arredores na Escola Odília Pereira II



**Créditos:** Marta dos Anjos Queiróz Quaresma (2023).



Esta Escola busca ir além dos muros, contribuindo com a comunidade de onde está inserida. Segundo a coordenadora pedagógica, os alunos não possuem livros didáticos, as atividades são organizadas pelas professoras, conforme o Organizador Curricular; explicou que a agenda de atividades da escola envolve projetos da Secretaria da Educação Municipal (SEMED), projetos idealizados pela equipe da escola, tais como: Práticas sustentáveis na educação infantil - desenvolvendo ações de Sustentabilidade; Meio ambiente e Amazônia e outras ações com instituições parceiras da escola.

A coordenadora pedagógica explicou dentre as propostas da Educação Infantil da instituição de ensino, estão ações cotidianas como: compostagem, coleta seletiva, conforme a fotografia 13:

**Fotografia 13** - Projetos na Escola Odília Pereira II



**Créditos:** Marta dos Anjos Queiróz Quaresma (2023).

Acrescentou que todos da escola se envolvem mesmo com outras demandas, cada um, a seu tempo, contribui para uma escola sustentável (rega da horta, separação de resíduos das verduras e casca de frutas). Explicou que durante o

preparo da merenda das crianças, as merendeiras já separam as sobras de verduras ou cascas de frutas para utilizar como adubo na horta pelo processo da compostagem.

Nesse sentido, é preponderante que as Escolas compreendam a Educação Ambiental não somente como ações isoladas, esporádicas ou conteudistas, mas com uma visão ampla de seus aspectos sociais, políticos, ambientais.

A partir da Política Educacional do Ministério da Educação e fundamentada na Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996, a Escola tem o compromisso em cumprir a missão no aspecto do cuidar do ambiente, permitindo um desenvolvimento no campo cognitivo, emocional, afetivo e social da criança. Tendo como base documentos orientadores como o Currículo de Território do Estado de Rondônia a BNCC no âmbito da Educação Infantil

Conforme a coordenação pedagógica, os projetos desenvolvidos contemplam a interdisciplinaridade e a Sustentabilidade. A instituição de ensino Odília Pereira de Oliveira II busca ser uma escola sustentável, de maneira que por todo o ambiente interno e áreas externas está, de certa forma, expresso esse compromisso.

Com relação a Educação Ambiental, entende-se que ela está relacionada ao cuidado do ambiente por meio da coleta e separação do lixo. Observa-se que a Escola tem lixeiras de coleta seletiva em que separam o vidro, o papel, o plástico. No seu entendimento, isso é um dos itens primordiais para a Educação Ambiental, principalmente em uma Escola.

A este respeito, uma servidora de serviços gerais relatou a relação dos restos de alimentos, evitando jogar diretamente no lixo, sempre há o que dá para ser feito antes de jogar diretamente no lixo. Explicou que no ambiente escolar existem ações que contribuem para fomentar a Educação Ambiental e uma das principais ações é a horta, que foi feita na Escola, com incentivo da direção que trabalha com o projeto. Os funcionários da cozinha fazem a coleta de toda casca de legumes e todos os dias são levadas para fazer parte do adubo.

Pouco antes de finalizar o expediente são recolhidas todas as cascas das frutas (melancia, banana) e legumes que são levados para um depósito, um balde, que é separado o chorume e são colocadas lá para estas se tornarem o adubo para as plantas, e a cada dois, três dias, depois de ter curtido, o adubo é pegado e colocado nas plantas e tem dado um bom resultado,

Apesar de ser creche e pré-escola, entende-se que a separação de materiais é fundamental, conforme pode-se observar na Fotografia 14 que ilustra uma criança

fazendo seu jejum e separando as cascas de banana para depois do processo de decomposição serem colocadas na horta:

**Fotografia 14** - Separação de cascas de frutas na Escola Odília Pereira II



**Créditos:** Marta dos Anjos Queiróz Quaresma (2023).

Sobre o reaproveitamento dos resíduos sólidos, explicou que ao chegar o fornecedor, organizam tudo e no processo de preparação da merenda vão guardando tudo, não jogam nada. conforme fotografia 15:

**Fotografia 15** - Plantação na Escola Odília Pereira II



**Créditos:** Marta dos Anjos Queiróz Quaresma (2023).

Essa ação envolve o cuidado com o descarte do alimento, a separação do óleo (quando raramente usado), a coleta do óleo trazida pela comunidade e a separação das cascas dos vegetais são ações que envolvem diretamente a equipe da cozinha.

Na sequência, ilustra-se na Fotografia 16, uma professora e seus alunos realizando visita na horta. Na ocasião, exploraram o ambiente, tocaram nas plantas, sentiram aromas das plantas; percebe-se o envolvimento dos estudantes nesse momento proporcionado a eles:

**Fotografia 16** - Visita de alunos na horta da Escola Odília Pereira II



**Créditos:** Marta dos Anjos Queiróz Quaresma (2023).

A rega na horta, separação do lixo produzido nas salas, descartes nas lixeiras adequadas, plantio de mudas e sementes fazem parte da rotina escolar dos alunos. Os canteiros abrigam espécies diversas, como: verduras, ervas medicinais, plantas de pequeno porte frutíferas, que são cuidadas tanto pelos alunos como também pelos funcionários da escola. Assim, conforme explicou a diretora da Escola, as ações realizadas na instituição de ensino servem de inspiração para comunidade; há mães de alunos que deram início a hortas em suas residências e a produção de sabão motivadas, pelos projetos desenvolvidos, a coordenadora da Escola enfatizou que as crianças compreendem a respeito das atitudes de sustentabilidade como a rega da horta, separação de resíduos das verduras e casca de frutas).

Guimarães (2020) ressalta que cabe as Escolas fazerem um trabalho de reflexão baseado nos objetivos que desejam alcançar em Educação Ambiental. A influência que esse trabalho desenvolve na vida das crianças, segundo a participante, eles sempre olham a horta, observam e fazem perguntas.

Diante disso, professores e estudantes podem desenvolver um trabalho educativo emancipador visando realizar uma prática educativa voltada ao desenvolvimento da aprendizagem na Educação Ambiental.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Ambiental não está restrita a atividades ou temáticas pontuais, o presente estudo ocupou-se em investigar as práticas educativas em Educação Ambiental, em duas Escolas municipais de Porto Velho, Rondônia.

As Escolas onde a pesquisa ocorreu foram: EMEIEF Flor de Laranjeira, EMEIEF Odília Pereira e na Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

Teoricamente, as bases epistemológicas da Educação Ambiental Crítica e Análises dos dados nortearam as discussões, e foi possível comprovar que o objetivo geral e os objetivos específicos de pesquisa foram alcançados.

O objetivo geral foi referente ao Analisar como as professoras das Escolas Municipais de Porto Velho entendem e desenvolvem a Educação Ambiental no ambiente escolar considerando seus fundamentos teóricos juntamente com os específicos foram alcançados.

Observou-se que as duas Escolas estudadas refletem a existência de possíveis documentos que tratem sobre a aplicação da Política Nacional de Educação Ambiental, contudo ainda a Educação Ambiental não está contemplada no Projeto Político Pedagógico de acordo com o relato das professoras entrevistadas.

Desse modo, esta seção apresenta algumas considerações a respeito dos resultados obtidos e respectivas análises, tendo como perspectiva que, de alguma forma, este trabalho colabore para novas pesquisas no campo auxiliando a compreensão que o conhecimento a respeito da Educação Ambiental é inacabado assim como as conexões sociais.

Conforme as professoras pesquisadas, a formação das professoras apresenta um quantitativo elevado nas instituições privadas. A respeito da compreensão das professoras sobre Educação Ambiental, foram identificadas ações pontuais e práticas sustentáveis orientadas por concepções conservadoras e pragmáticas. Em relação à Educação Ambiental com perspectiva emancipadora, identificou-se na fala de algumas professoras um quantitativo menor.

A Educação Ambiental tem um longo caminho a trilhar nas Escolas pesquisadas no Município de Porto Velho. A análise das falas das professoras esclarece que a maior parte das professoras entrevistadas não sabe informar sobre documentos relativos à lei da Política Nacional de Educação Ambiental; algumas

afirmam que a Lei 9795/1999 encontra-se nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas. Um quantitativo menor diz que a escola não possui esse documento.

Na Análise dos Projetos Políticos Pedagógicos das duas escolas, não foi encontrado registro sobre a Lei 9795/1999. Em consulta ao Departamento de Políticas Educacionais da Secretaria Municipal de Educação, foi comprovada a não existência de documentos específicos que norteiem a Educação Ambiental no ambiente escolar.

De certa forma, identifica-se contradição entre as falas de algumas professoras e a declaração do citado Departamento sobre a Lei 9795/1999. Com relação à Educação Ambiental estar inclusa nos PPP das Escolas, foi verificado que os participantes, em sua maioria dizem que a Educação Ambiental está inclusa no PPP, outras professoras afirmam não saberem informar e destacam que a Escola desenvolve algumas práticas em Educação Ambiental. Outras falas das professoras destacam não terem conhecimento se consta no PPP e nem se a Escola desenvolve práticas educativas sobre Educação Ambiental. O PPP das Escolas, como um documento importante, não deve reduzir a Educação Ambiental em ações esporádicas e isoladas.

Nesse sentido, conclui-se que não há prioridade para a EA nos documentos que orientam a Educação Municipal de Porto Velho, pois é identificado a ausência de propostas nos órgãos competentes para a efetivação da Educação Ambiental.

Com relação as dificuldades entre teoria e prática na Educação Ambiental, de acordo a fala das entrevistadas, elas apresentam questões como: falta de material didático para pesquisa; sobrecarga de trabalho; ausência de capacitação para os professores e falta de apoio dos órgãos públicos. Nas análises, verificou-se que algumas professoras não têm dificuldades teórico-prática para trabalhar Educação Ambiental.

Ao analisar os documentos, identificou-se que as propostas de Educação Ambiental são integradas ao Referencial Curricular de Rondônia (RCRO), tanto que algumas professoras afirmaram que ela está inclusa no currículo escolar, no conteúdo das disciplinas de Ciências e Geografia.

No que se refere a forma como a Educação Ambiental é materializada nos documentos da Escola, nos livros didáticos, existe a necessidade de discussão de um currículo que contemple os alunos na totalidade, e oportunize ao docente a efetivação de práticas ambientais que permitam mudanças na sociedade no âmbito local, regional e global.

Sobre isso, conclui-se que para efetivação das questões ambientais de maneira satisfatória, no espaço escolar, existem outros fatores, não somente os aspectos concernentes ao docente, mas situações além do contexto sala de aula. Há ainda uma compreensão restrita e ingênua sobre os desdobramentos da Educação Ambiental em ações isoladas. É urgente a necessidade de discussão de um currículo que contemple o aluno na totalidade.

Com relação as dificuldades apresentadas pelas professoras em planejar práticas educativas voltadas à Educação Ambiental está a insuficiência de literaturas apropriadas e escasso material pedagógico foram as mais citadas pelas participantes. As professoras estão trabalhando a Educação Ambiental com o que consta no livro didático, nos projetos da Escola, vídeos, em roda de conversas, atividades escritas, reutilização do lixo, coleta seletiva, horta orgânica e por meio da conscientização no cotidiano escolar.

Nos planos de aula das professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental e da educação Infantil, verificou-se a ausência de aprofundamento das problemáticas ambientais para o estabelecimento do diálogo crítico a respeito da crise ambiental.

Sobre as práticas educativas no espaço da sala de aula das escolas pesquisadas, identificou-se a necessidade de alternativas que permitam um currículo direcionado às modificações socioambientais. Verificou-se a insuficiência no processo formativo das professoras a respeito da Educação Ambiental Crítica de modo que incentivem a reflexão das práticas em sala de aula, e estas não se tornem restritas à uma visão comportamentalista, individualista e pontual. Ou seja, que não se efetivem distanciadas dos problemas que envolvem o tecido social, e não transitem apenas por uma Educação Ambiental Conservadora e Pragmática.

A problemática que envolve o desenvolvimento da Educação Ambiental crítica não está condicionada apenas ao espaço da Escola, envolve a necessidade de reflexão da sociedade e, na Escola, de todos os envolvidos no processo educativo. Cabe à Escola e os órgãos competentes realizarem um trabalho de reflexão sobre os objetivos que desejam alcançar, ampliar as discussões acerca da Educação Ambiental de tal modo que os sujeitos possam perceber e interferir na realidade imediata. Cabe aos órgãos competentes implementarem propostas para efetivação da Educação Ambiental como:

- a) Discussões no âmbito institucional (Secretaria Municipal de Educação), acerca de documentos que regulamentem a Educação Ambiental na rede municipal de ensino;
- b) Implementação de Educação Ambiental Crítica nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas municipais de Porto Velho, com ações que contemple: escola e comunidade;
- c) Criação nas Escolas de espaços denominados “Sala de Diálogos, espaços estes que oportunizará o docente e discente debater a Educação Ambiental emancipadora que a escola e sociedade necessita;
- d) Apresentar resultados de pesquisa efetivadas no campo ambiental à Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho e escolas, com objetivo de buscar possíveis encaminhamentos para Educação Ambiental nas escolas municipais na conformidade da Lei 9.795/1999;
- e) Fomentar proposta de formação para professores em Educação Ambiental com viés crítico.

Nesse sentido, concluímos que de alguma forma a EA está acontecendo nas escolas pesquisadas, dentro de uma estrutura restrita que a ela é disponibilizada. Sendo assim, a Educação Ambiental crítica tem um longo caminho à trilhar para sua efetivação nas escolas municipais de Porto Velho -RO.



## REFERÊNCIAS

- AGUDO, Moraes Marcela de; TOZZONI-REIS, Campos Freitas Marília de. A Educação ambiental histórico-Crítica: uma construção coletiva. **Nuances, Estudos sobre Educação**. Presidente Prudente – SP, v. 31, n. esp. 1; p. 143 – 159. Dez, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/8293>. Acesso em: 20 fev. 2024.
- AGUINA, de Oliveira Renata; LISITA, Juliana; BRAGA, Regina Adriana. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis**: Memórias, reflexos e boas histórias. Princípios e Práticas de Educação Ambiental V & V. Editora. Diadema, SP. 2022.
- ARROYO, G. Miguel. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2014.
- BARBA, Clarides Henrich; PEREIRA, Suzy Mara Aidar. **Educação Ambiental e o processo educativo**. Porto Velho, RO, EDUFRO, 2015.
- BARBA, Clarides Henrich de; CAVALARI, Rosa Maria. **Contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica na Educação Ambiental**: Aspectos Teórico- Metodológicos. 2016. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/eventos/histedbr2016/anais/pdf/1086-2882-1- pb.pdf>. Acesso: 03 de outubro de 2023.
- BARBA, Clarides Henrich de; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. A temática ambiental na formação de professores nos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Rondônia: um estudo no Campus de Porto Velho. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 280–309, 2018. DOI: 10.24065/2237-9460.2018v8n3ID647. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/647>. Acesso em: 31 mar. 2024.
- BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS, Vasconcelos Lucivaldo. Sustentabilidade ambiental e direito de acesso a informação verdadeira: de Estocolmo aos dias atuais. XXVII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. Eixo 10. 5º Seminário de Documentação e Informação Jurídicas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. V.13, n.esp. CBBB.2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/860..> Acesso em 13 fev. 2023
- BECKER, Bertha K. Modelos e cenários para Amazônia o papel da ciência. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários. **Parcerias Estratégicas**, n: 12- setembro 2001. Disponível em [https://docs.ufpr.br/~adilar/GEOPOL%C3%8DTICA2019/Geopolitica%20da%20Amazonia/Amaz%C3%B4nia\\_Pol%C3%ADtica%20de%20ocupa%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://docs.ufpr.br/~adilar/GEOPOL%C3%8DTICA2019/Geopolitica%20da%20Amazonia/Amaz%C3%B4nia_Pol%C3%ADtica%20de%20ocupa%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em 15 mar. 2023

BERNALDINO, Souza Elizângela de; OLIVEIRA, Aroni Matos de; BARBA, Clarides Henrich de. Complexidade e os saberes ambientais na formação de educadores na Educação Ambiental em Porto Velho, RO. **Boletim de Conjuntura**, v. 14, n. 42. Boa Vista, v. 14, n. 42, p. 327–351, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8072325. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/1461>. Acesso em: 31 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 1981. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm) Acesso em: 04 de agosto de 2023.

BRASIL, **Protocolo de Quioto**. Ministério da Ciência e Tecnologia com o apoio do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. Ministério da Ciência e Tecnologia. Brasília: 1997. [http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/Protocolo\\_Quito.pdf](http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/Protocolo_Quito.pdf). Acesso em 13 fev. 2023

BRASIL. **Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial da União, 1999. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm). Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, **Agenda 21**, Capítulo 25, 2001. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/721-cap%C3%ADtulo-25.html>. Acesso em: 23 de julho de 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 04 de agosto de 2023.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura (MEC). **Programa Nacional de Educação Ambiental-ProNEA**. 3. ed. Brasília-2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>. Acesso em: 08 de agosto 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9795. 1999**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm). Acesso em: 09 de agosto de 2023.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs : Meio Ambiente e Saúde**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. 3. ed. Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro091.pdf>. Acesso em: 11 de agosto de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Formando COM-VIDA – Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola: construindo Agenda 21 na escola**. 2. ed. Brasília: MEC, 2006. Acesso em 15 de agosto de 2023.

BRASIL. **4ª Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente**. 2013. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/destaques/73-iv-conferencia-nacional-infantojuvenil-pelo-meio-ambiente-cnijma.html>. Acesso em: 18 de agosto de 2023.

BRASIL. **O Acordo de Copenhague e as decisões de Cancun no Contexto da Convenção do Clima**. Comunicados do Ipea. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. 2011. Disponível em [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3560/1/Comunicados\\_n109\\_Acordo.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3560/1/Comunicados_n109_Acordo.pdf). Acesso em 10 set. 2023.

CARSON, Raquel. **Primavera silenciosa**. Traduzido por Cláudia Sant´Anna Martins. São Paulo. Gaia, 2010.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; FRIZZO, Taís Cristine Ernst. Políticas públicas atuais no Brasil: o silêncio da Educação Ambiental. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** Ed. Especial EDEA; n. 1, p. 115 – 127, Rio Grande, 2018. <https://doi.org/10.14295/remea.v0i1.856>. Acesso em 10 fev. 2024.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura de. **A invenção do sujeito ecológico: identidade e subjetividade na formação dos educadores ambientais**. Educação Ambiental; pesquisa e desafios. Porto Alegre, Artmed, 2005.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura de. **Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da Educação**. : LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.) Identidades de Educação Ambiental Brasileira. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília, 2004. [https://smastr16.blob.core.windows.net/cea/cea/ident\\_eabras.pdf](https://smastr16.blob.core.windows.net/cea/cea/ident_eabras.pdf). Acesso em 13 set. 2023.

CARVALHO, Luiz Marcelo de. **A Educação Ambiental e a formação de professores. Panorama da Educação Ambiental no ensino fundamental**. Oficina de Trabalho- Brasília, DF. Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. 2001, p. 55- 64 Disponível <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/panorama.pdf>. Acesso em 03 mar. 2023.

CARVALHO, Luiz Marcelo. A temática ambiental e o processo educativo: dimensões e abordagens. In: LOGAREZZI, Amadeu José Montagnini; CINQUETTI, Heloisa Chalmers Sisle (Orgs). **Consumo e Resíduo: Fundamentos para o trabalho Educativo**. São Carlos: EdUFScar, 2006, p. 19-27.

CASTRO, Souza Ronaldo de. **A formação de professores em Educação Ambiental possibilita o exercício desta no ensino formal?** Panorama da Educação Ambiental no ensino fundamental. Ministério da Educação, Brasília – DF, 2001, p. 49- 53. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/panorama.pdf>. Acesso em 13 mar. 2023.

COLARES, Anselmo Alencar. Histórias da Educação na Amazônia. Questões de Natureza Teórico-metodológicas: críticas e preposições. **Rev. HISTEDBR**, online, n. especial; p.187- 202. Campinas, 2012. DOI: 10.20396/rho.v11i43e.8639960. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639960>. Acesso em 06 agos; 2023

COMPIANI, Maurício. **Contribuições para reflexões sobre o panorama da Educação Ambiental no ensino formal**. Panorama da Educação Ambiental no ensino fundamental. Ministério da Educação Brasília, DF, 2001

CORDEIRO, Rodrigues Débora; CALACINA, Macedo Hamida; BRAGA, Regina Adriana. Tendências da Educação Ambiental. RABINOVICI Andrea; NEIMAN, Zysman (orgs) **Princípios e Práticas de Educação Ambiental**.. Diadema- SP, Editora V&V, 2022.

CRISPIM Cristina, RUFINO Bianca. Breve resgate histórico da Educação Ambiental no Brasil e no mundo.VI Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental- Porto Alegre- RS, 2015. **IBEAS**- Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais.. Disponível em <https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2015/VII-069.pdf>. Acesso em 10 abr. 2023

DEBONI, Fábio; MELLO, Silva Soraia. **Pensando sobre a “geração do futuro”, no presente: jovem educa jovem, COM – VIDAS e Conferência. Vamos cuidar do Brasil**. Brasília, Ministério da Educação – Coordenação Geral de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente, 2007, p. 35-44. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000183079/PDF/183079por.pdf.multi>. Acesso em 13 set. 2023

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: Princípios e práticas**. São Paulo. Gaia, 2023.

FAZENDA, Arantes Catarina Ivanir. **Desafios e perspectivas do trabalho interdisciplinar no Ensino Fundamental**: contribuições das pesquisas sobre interdisciplinaridade no Brasil: o reconhecimento de um percurso. Revista **Interdisciplinaridade**, SP, v. 1, n. 1, p. 10-23, out. 2011 <https://revistas.pucsp.br/index.php/interdisciplinaridade/article/view/16202/12210> Acesso em 13 set. 2023

FRANCO, Santoro Rosário Amélia Maria de. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.** (online). Brasília, v. 97, n. 247, p.534 – 551, Set/ dez. 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/m6qBLvmHnCdR7RQjJVSPzTq/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 20 set. 2023

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste**, Campus de Foz do Iguaçu. v. 10, n. 1; p.41 -62. 1º semestre, 2008. <https://www.eumed.net/rev/atlante/2017/08/superacao-fragmentacao-conhecimento.html>. Acesso em 10 fev. 2023

GADOTTI, Moacir. Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008. (Série Unifreire; 2). Disponível em: [www.acervo.paulofreire.org](http://www.acervo.paulofreire.org). Acesso em 21 de nov. 2023

GUERREIRO, Jacqueline *et al.* Contribuições da Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA) ao Fortalecimento e Controle Social das Políticas Públicas em Educação Ambiental. In: RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BIASOLI, Semíramis; BRANCO, Evandro Albiach; SORRENTINO, Marcos (orgs.) **Avaliação e monitoramento de políticas públicas de Educação Ambiental no Brasil: transição para sociedades sustentáveis**. Piracicaba: MH-Ambiente Natural, 2019, p. 285- 301. <https://www.funbea.org.br/wp-content/uploads/2020/01/livro-MonitoraEA-2.pdf>. Acesso em 19 set. 2023

GUIMARÃES, Mauro. **Educação Ambiental Crítica**. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.) Identidades de Educação Ambiental Brasileira. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria Executiva. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília, 2004, p. 25-34. Disponível em [https://smastr16.blob.core.windows.net/cea/cea/ident\\_eabras.pdf](https://smastr16.blob.core.windows.net/cea/cea/ident_eabras.pdf). Acesso em 10 set. 2023

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão Ambiental na Educação**. Campinas: Editora Papirus, 2020 (Série – magistério. Formação e trabalho)

HOLMER, Sueli Ameiña. **Histórico da Educação Ambiental no Brasil e no mundo**. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Biologia. Educação Ambiental, com ênfase em espaços educadores sustentáveis. Salvador, 2020 Disponível em <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/34024/1/eBook-Historico%20da%20educacao%20ambiental%20no%20Brasil%20e%20no%20mundo.pdf>, Acesso em 11 set. 2023

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**, 2022. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/porto-velho/> Acesso em 13 de jul.2023.

JACOBI, Roberto Pedro. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n.233-250, maio/ ago. 2005. Universidade de São Paulo. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ep/a/ZV6sVmKTydvnKVNrqshspWH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 18 set. 2023

KARINA Jorge Dino; XAVIER, Marielle Mucciatto B., RUSSO, Paulo Roberto . Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: Caminhos para uma Estratégia de Monitoramento e Avaliação de Processos de Educação Ambiental em Unidades de Conservação da Natureza. Maria Henriqueta Andrade Raymundo; Semíramis Biasoli; Evandro Albiach Branco; Marcos Sorrentino. (Orgs). **Avaliação e Monitoramento de políticas públicas de Educação Ambiental no Brasil: transição para sociedades sustentáveis**. Piracicaba, 2019, p. 271-284. <https://www.funbea.org.br/wp-content/uploads/2020/01/livro-MonitoraEA-2.pdf>. Acesso em 10 set. 2023.

KEMPF, Herve. **Como os ricos destroem o planeta**. Tradução: Bernardo Azzenberg, São Paulo, 2010.

LAGO, André Correa Aranha de. **Estocolmo, Rio Joanesburgo o Brasil e as Três Conferências ambientais das Nações Unidas**. Instituto Rio Branco. Fundação Alexandre Gusmão (Funag)- Ministério das Relações Exteriores- Esplanada dos Ministérios. Brasília, 2006. Disponível em [https://funag.gov.br/loja/download/903-Estocolmo\\_Rio\\_Joanesburgo.pdf](https://funag.gov.br/loja/download/903-Estocolmo_Rio_Joanesburgo.pdf). Acesso em 13 out. 2023

LAYRARGUES, Philippe; TORRES, Flor Beatriz Ana. Por uma educação menos seletiva: reciclando conceitos em Educação Ambiental e resíduos sólidos. **Rev. Brasileira de Educação Ambiental- Revbea**. n. 5. p.33- 53, 2022. Disponível em <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea>. Acesso em 14 set. 2023

LAYRARGUES, Pomier Philippe; LIMA, Gustavo da Costa Ferreira. As macro-tendências políticas-pedagógicas da Educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. XVII, n.1; p.23 -40; jan/ mar. 2004. <https://www.scielo.br/j/asoc/a/8FP6nynhjdZ4hYdqVFdYRtx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 13 fev. 2023

LAYRARGUES, Pomier Philippe, LIMA, Gustavo Ferreira Costa da. Mudanças climáticas, educação e meio ambiente para além do Conservadorismo Dinâmico. **Educar em Revistas**, Curitiba, Brasil. Edição Especial, n. 3, p.73 -88, 2014 Disponível em <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/38108/23609>. Acesso em 11 set. 2023

LEIS, Héctor Ricardo. **A modernidade insustentável**. As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Annablume, 2014.

LEME, Taciana Neto. **Conhecimentos práticos dos professores e sua formação continuada: um caminho para Educação Ambiental na Escola**. Caminhos da Educação Ambiental da forma a ação. Campinas/São Paulo: Papirus, 2006.

LIBÂNEO, Carlos José. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas**. Educar, editora - UFPR, n.17, p.153- 176; Curitiba.2001. <https://www.scielo.br/j/er/a/xrmzBX7LVJRY5pPjFxxQgnS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 nov. 2023

LIMA, Costa Ferreira da Gustavo. Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a Educação Ambiental. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.) **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria Executiva. Diretoria da Educação Ambiental. Brasília, 2004, p. 85-112. [https://smastr16.blob.core.windows.net/cea/cea/ident\\_eabras.pdf](https://smastr16.blob.core.windows.net/cea/cea/ident_eabras.pdf). Acesso em 13 set. 2023.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação Ambiental e Mudanças Climáticas: convivendo em contextos de incertezas e complexidade. **Ambiente & Educação**, v.18, n. 1, p. 91-112, 2013 Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/2623>. Acesso em: 26 jun. 2023.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo Educação Ambiental Transformadora. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.) **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Ministério do Meio Ambiente, Brasília 2004, p, 65-84. [https://smastr16.blob.core.windows.net/cea/cea/ident\\_eabras.pdf](https://smastr16.blob.core.windows.net/cea/cea/ident_eabras.pdf). Acesso em 13 out. 2023

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Educação Ambiental crítica**: contribuições e desafios. Vamos cuidar do Brasil: Conceitos e práticas em Educação Ambiental na Escola. Brasília, 2007, p. 65- 71. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/in/documentViewer.xhtml?v=2.1>. Acesso em 14 set. 2023

LOUREIRO, B. Frederico Carlos; TOZONI-REIS, Campos Freitas Marília de. Teoria Social, Crítica e Pedagogia Histórico-Crítica: contribuições à Educação Ambiental. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambiental**. Ed. Especial, julho.2016. Disponível em file:///C:/Users/DELL/Downloads/phenning,+5960-16835-1-CE.pdf. Acesso em 16 ago. 2023

LUZZI, Daniel. **Educação e meio Ambiente, uma relação intrínseca**. Barueri, São Paulo, Manole Série Sustentabilidade, 2012.

MACIEL, Antônio Carlos. **A formação cultural da Amazônia e a ocupação econômica de Rondônia a partir de 1970**: o último rond da resistência cabocla. In: GOBBI, Marcia A; Nascimento, Maria Letícia B. P (org). Educação e diversidade cultural: desafios para estudos da infância e da formação docente. Araraquara – SP. Junqueira & Marin, 2012.

MACHADO, Martins Almeida de. **A educação ambiental em escolas públicas do município de Ariquemes: um olhar na prática educativa**. (Dissertação). 2018 Mestrado Acadêmico em Educação, Universidade Federal de Rondônia, 2018.

MANACORDA, Alighiero Mario. **Max e Pedagogia Moderna**. Campinas, Ed. Alínea. Campinas, SP .2007. Educação em Debate.

MEDINA, Mininni Naná. **A formação dos professores em Educação Ambiental**. Panorama da Educação Ambiental no ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação. Brasília, DF. 2001, p. 17-24. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/panorama.pdf>. Acesso em 17 abr. 2023

MENDES, Bianca Morais. **Educação Ambiental no contexto de escolas rurais no município de Porto Velho-RO**. 2019 (Dissertação) Mestrado Acadêmico em Educação. Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), 2019.

MENDES, Bianca Morais, BARBA, Clarides Henrich de, & de VASCONCELOS, Gerdalva Araújo. A Educação Ambiental nos currículos das escolas rurais do município de porto velho-ro. **Revista Práxis Pedagógica**, v.6, n. 7, 194-217, 2021. <https://periodicos.unir.br/index.php/praxis/article/view/5937>

MEYER, Mônica. **Reflexões sobre o panorama da Educação Ambiental no ensino formal. Panorama da Educação Ambiental no ensino formal.** Panorama da Educação Ambiental no ensino fundamental. Brasília, DF 2001, p. 89-92. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/panorama.pdf>. Acesso em 21 set. 2023

MORAIS, Lopes de Josmaria; VIEIRA, Rocio do Eliane; MORTELLA, Durigan Rosilaine. Os Desafios da Conferência Nacional Infante Juvenil pelo Meio Ambiente: percepções dos participantes das Comissões Organizadoras Estaduais. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** Rio Grande, Ed. Especial EDEA, n.1; p.49 – 62. 2018. nDOI: 10.14295/remea.v0i1.8562. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/8562>. Acesso em: 13 jul. 2023.

NOVO, Maria; HOLDERLIN. F. **A Educação Ambiental: um breve histórico.** Traduzido de NOVO. M. La educacion ambiental. Bases éticas, conceptuales y metodológicas. Madrid. Editorial Universitas, 1995.

OLIVEIRA, Rodrigues Cristiane Neyla; OLIVEIRA, Silva Carla Francisca; CARVALHO, Barros Denis. Educação Ambiental e mudanças climáticas: análise do Programa Escolas Sustentáveis. **Ciência & Educação.** V. 27. 2021. <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/tNK3jw3zjzP9b8mkRmSt79s/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 07 jul. 2023

OLIVEIRA, Haydée Torres de. **Educação Ambiental – ser ou não ser uma disciplina: essa é a principal questão?** Vamos cuidar do Brasil. Brasília, 2007, p. 103-112. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000183079/PDF/183079por.pdf.multi>

ONU. Organização das Nações Unidas. **Conferência das Partes.** Vigésima primeira sessão Adoção do acordo Paris, 2015a. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/04/Acordo-de-Paris.pdf>. Acesso em: 30 de julho de 2023.

ONU. **Transformando Nosso Mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Traduzida pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). 13 de outubro de 2015b. <https://sustainabledevelopment.un.org>. Acesso em: 03 de agosto de 2023.

PICOLI, Fiorelo. **O Capital e a devastação da Amazônia.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PEDRINI, A. de G.; SOUZA E SILVA, Marcia Nascimento. Educação Ambiental: referencial teórico para iniciantes. **International Journal of Environmental Resilience Research and Science**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 1–21, 2023. DOI: 10.48075/ijerrs.v5i02.31519. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/ijerrs/article/view/31519>. Acesso em: 11 jun. 2023.



PIMENTA, Garrido Selma. Formação de professores- saberes da docência e identidade do professor. **Nuances**, Departamento de Metodologia de Ensino e Educação Comparada. Faculdade de Educação - USP. São Paulo. 1997. Disponível em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1287224/mod\\_resource/content/1/Pimenta](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1287224/mod_resource/content/1/Pimenta) . Acesso em 13 out. 2023

PORTO VELHO, Secretaria Municipal de Educação. **Escola Municipal de Ensino Fundamental Flor de Laranjeira**. Projeto Político Pedagógico. Porto Velho: EMEIEF Flor de Laranjeira, 2023a  
<https://www.google.com/maps/place/EMEIEF+Flor+de+Laranjeira/>. Acesso em: 03 de novembro de 2023.

PORTO VELHO, Secretaria Municipal de Educação. **Escola Municipal de Educação Infantil Odília Pereira de Oliveira II**. Projeto Político Pedagógico, Porto Velho – EMEI Odília Pereira de Oliveira II, 2023b Disponível em <https://www.google.com/maps/place/ESCOLA+MUNICIPAL+DE+EDUCA>. Acesso em: 03 de novembro de 2023.

PORTO VELHO. **Plano Diretor de Porto Velho**, 2007 Disponível em <https://sempog.portovelho.ro.gov.br/uploads/arquivos/2021/09/23982/16311192366-1630418760plano-diretor.pdf>. Acesso em 15 set. 2023

QUINTAS, Silva José. **Educação no processo de Gestão Ambiental**: uma proposta de Educação Ambiental Transformadora e Emancipatória. Identidades da Educação Ambiental, Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria Executiva., Diretoria de Educação Ambiental, 2004, p. 113-140.  
[https://smastr16.blob.core.windows.net/cea/cea/ident\\_eabras.pdf](https://smastr16.blob.core.windows.net/cea/cea/ident_eabras.pdf).

RAYMUNDO, Andrade Henriqueta Maria et al. MonitoraEA: Processos Participativo para a construção do Sistema Brasileiro de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental. In: RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BASIOLI, Semírames; BRANCO, Evandro Albiach; SORRENTINO, Marcos (orgs.) **Avaliação e monitoramento de políticas públicas de Educação Ambiental no Brasil: transição para Sociedades Sustentáveis**. Piracicaba : MH-Ambiente Natural, 2019, p. 27-42. <https://www.funbea.org.br/wp-content/uploads/2020/01/livro-MonitoraEA-2.pdf>. Acesso em 13 ago. 2023

RIBEIRO, Baía Elivaldete; SANTOS, Pereira Altemar; ARAÚJO, Ludetana Maria. Educação Ambiental na prática que sustenta a vida. In: ARAÚJO, Santos, Ludetana Maria Antônio Luiz Parladin dos e Valdemiro Muhalla (orgs). **Educação Ambiental e práticas pedagógicas interculturais e decoloniais na Amazônia: entre o local e o global**. Belém Pará – Brasil. 2022.  
[file:///C:/Users/DELL/Downloads/Educacao\\_Ambiental\\_e\\_praticas\\_pedagogica.pdf](file:///C:/Users/DELL/Downloads/Educacao_Ambiental_e_praticas_pedagogica.pdf). Acesso em 30 jul. 2023

RONDÔNIA. **Referencial curricular do estado de Rondônia** – RCRO. Educação Infantil, Ensino Fundamental. Anos Iniciais e Anos Finais. Porto Velho: SEDUC, 2020. Disponível em <https://rondonia.ro.gov.br/publicacao/referencial-curricular-do-estado-de-rondonia-ensino-fundamental-anos-iniciais-e-anos-finais/>. Acesso em 19 ago. 2023

SATO, Michele *et al.*. Para não dizer que não Falamos das Flores. RAYMUNDO Maria Henriqueta Andrade; BIASOLI, Semírames; BRANCO, Evandro Albach; SORRENTINO, Marcos (orgs) **Avaliação e Monitoramento de políticas públicas de Educação Ambiental no Brasil: transição para sociedades sustentáveis**. Piracicaba, 2019, p. 315-330. Disponível em <https://www.funbea.org.br/wp-content/uploads/2020/01/livro-MonitoraEA-2.pdf>. Acesso em 20 set. 2023

SAUVÉ, Lucie. Uma Cartografia das correntes em Educação ambiental. *In*: SATO, Michele, CARVALHO, Isabel (Cols). **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre, RS. Artmed, 2005, p. 17-44

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte. Editora: Autêntica; 1999.

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia histórico-crítica. **Revista Binacional Brasil-Argentina: Diálogo entre as ciências**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 11-36, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/view/1405>. Acesso em: 03 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores no Brasil: Dilemas e perspectivas. **Poiésis pedagógica**. Catalão, v. 9, n. 1, p. 07–19, jan/jun 2011. DOI: 10.5216/rpp.v9i1.15667. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/poiesis/article/view/15667>. Acesso em: 20 mar.2024.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**. 12. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2021.

SILVA, Amizael Gomes da. **Amazônia Porto Velho: Pequena História de Porto**. Porto Velho: Palmares, 1991.

SILVA, José Bittencourt, SILVA, Maria Cecília de P. Educação Ambiental em escola de tempo integral em Belém, estado do Pará. REMEA - **Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental**, 34(1), 168–185, 2017. <https://doi.org/10.14295/remea.v34i1.6619>. Acesso em 13 set. 2023

SORRENTINO, Marcos. **Reflexões sobre o panorama da Educação Ambiental no ensino formal**. Panorama da Educação Ambiental no ensino fundamental. Oficina de Trabalho- Brasília, DF. Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2001, p. 39-42. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/panorama.pdf>. Acesso em 19 jul. 2023

SORRENTINO, Marcos; MARANHÃO, Renata; DINIZ, Nilo. **A Política Nacional de Educação Ambiental e os Indicadores para sua Avaliação**. Avaliação e monitoramento de políticas públicas de Educação Ambiental no Brasil: transição para sociedades sustentáveis. Piracicaba, 2019. p. 43-54. <https://www.funbea.org.br/wp-content/uploads/2020/01/livro-MonitoraEA-2.pdf>. Acesso em 13 out. 2023

SORRENTINO, Marcos *et al.*, **Educação Ambiental. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n.2; p. 285 – 299, maio/ agost. 2005 Disponível em <https://www.scielo.br/j/ep/a/WMXKtTbHxzVcgFmRybWtKrr/?format=pdf>. Acesso em 13 set. 2023

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia do período pré-colombiano aos desafios do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro, Relumê-Dumará, 2021

TRAJBER, Rachel. **Pensar Fora da Caixa: Transição Sustentável e Resiliente**. In: RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BIASOLI, Semírames; Branco, Evandro Albiach; SORRENTINO, Marcos (Orgs). Avaliação e monitoramento de políticas públicas de Educação Ambiental no Brasil: transição para sociedades sustentáveis. Piracicaba 2019, p. 55-68 Disponível em: <https://www.funbea.org.br/wp-content/uploads/2020/01/livro-MonitoraEA-2.pdf>. Acesso em 10 out. 2023

TEIXEIRA, Marcos Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. **História Regional (Rondônia)**, 3. ed. Porto Velho, Rondônia, 2002.

TEIXEIRA, Marcos Antônio Domingues. **Arigós em Porto Velho: a construção da ordem e da estratificação social a partir da violência institucionalizada pelo Estado**. Monções: Revista de Relações Internacionais de UFGD. Dourados, v. 9, n. 18, p. 186-218 jul/dez. 2020. dOI: 10.30612/rmufgd.v10i18.11180. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/11180>. Acesso em: 10 jun. 2024.

TORRES SANTOMÉ, Jurjo. As culturas negadas no currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução ao estudos culturais em educação**. 7 edição; Vozes, Petrópolis, 2008.

TOZZONI-REIS, Campos Freitas Marília de. **Educação Ambiental: natureza, razão e história**. Editora Autores Associados, Brasil 2004.

TEASS. **Tratado de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global**. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/teassrg.pdf>. Acesso em: 03 de agosto de 2023.

VASCONCELOS, Gerdalva Araújo de, MENDES, Bianca Moraes., & BARBA, Clarides Henrich de. Política pública em educação: um estudo sobre o programa do livro e material didático. **Revista Práxis Pedagógica**, v. 6, n. 7, p. 218–242. 2021. <https://periodicos.unir.br/index.php/praxis/article/view/5939>

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.

**APÊNDICES**

**APÊNDICE A- TERMO DE ACEITE DO ORIENTADOR**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR  
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS - NCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO -  
MESTRADO ACADÊMICO (PPGE/MEDUC/UNIR)

**Termo de Aceite de Orientação**

Eu, Clarides Henrich de Barba, Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Mestrado e Doutorado Profissional da Universidade Federal de Rondônia (PPGEEProf) e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Mestrado Acadêmico (PPGE/MEDUC), da Universidade Federal de Rondônia, Campus Porto Velho (UNIR/PVH), declaro que oriento a mestrando pesquisadora **MARTA DOS ANJOS QUEIRÓZ QUARESMA**, aluna regularmente matriculada no PPGE/MEDUC/UNIR. O objeto/foco de investigação da mestrando traz como título: **PRÁTICAS EDUCATIVAS AMBIENTAIS EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE PORTO VELHO-RO: INTERVENÇÕES EDUCATIVAS E SÓCIO-POLÍTICAS..** Autorizo a realização da pesquisa e declaro, que esta Instituição apresenta infraestrutura necessária à realização da referida pesquisa. Esta autorização só é válida no caso de haver parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Rondônia para a referida pesquisa.

Porto Velho, 09 de março 2023.

Prof. Dr. Clarides Henrich de Barba  
Orientador da pesquisa (PPGE/MEDUC/UNIR)  
Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Educação ambiental no Contexto Amazônico  
E-mail: clarides@unir.br

## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ASSISTIDO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RODNÔNIA - UNIR**  
**NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS - NCH**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO -**  
**MESTRADO ACADÊMICO (PPGE/MEDUC/UNIR)**

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE**

Sr.(a) \_\_\_\_\_

**Título da Pesquisa:**

Práticas Educativas Ambientais em Escolas Municipais de Porto Velho-RO: Intervenções Educativas e sócio-políticas.

**Nome do(a) pesquisador(a):**

Marta dos Anjos Queiróz Quaresma.

Endereço: Rua Miguel de Cervantes/261/Aereoclube. Cond.Total Ville 2/Casa 91.

**Nome do orientador:** Prof. Dr. Clarides Henrich de Barba.

**1. Natureza da pesquisa:** O(a) Sr.(Sr.<sup>a</sup>) é convidado(a) a participar desta pesquisa, que tem como objetivo: a) Verificar junto a Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho (SEMED) a existência de possíveis documentos sobre aplicação da Política Nacional de Educação Ambiental nas Escolas ; b) Analisar o Projeto Político Pedagógico das unidades escolares, a respeito da Educação Ambiental nas Escolas Municipais de Porto Velho; c) Investigar como os professores desenvolvem o saber ambiental sustentável, partindo de formação crítico-reflexivo.; Desenvolver práticas em Educação nas Escolas Municipais de Porto Velho: Rainha da Paz, Flor de Laranjeira e Cor de Jambo.

**2. Metodologia de coleta de dados:** Com objetivo de alcançar dados necessários para a pesquisa, será analisados dados institucional(SEMED) e curriculares que contemplam análise de documentos, aplicação de questionários, realização de oficinas com professores que envolverão estudos e debate de textos relativo a Educação Ambiental Crítica e planejamento de atividades ,execução de atividades como: produção de cartazes, teatro e grupo focal.

**3. Envolvimento na pesquisa:** Ao participar desta pesquisa na condição de voluntário(a), o(a) Sr.(Sr.<sup>a</sup>) permitirá que **o(a) pesquisador(a)** Marta dos Anjos Queiróz Quaresma, realize procedimentos de coletas e de análises de dados dentro do escopo da referida temática. O(a) Sr.(Sr.<sup>a</sup>) tem total liberdade para se recusar a participar e, ainda, recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para o(a) Sr.(Sr.<sup>a</sup>). Sempre que precisar, poderá solicitar mais informações sobre a pesquisa por meio do telefone do(a) e/ou e-mail do(a) pesquisador(a)(69)993957567. e-mail martaqueiroz5966@gmail.com do projeto ou, se necessário, por meio do(s) telefone(s) (69) 2182-2111/2182-2116 e/ou e-mail: [cep@unir.br](mailto:cep@unir.br) do Comitê de Ética em Pesquisa da Fundação Universidade Federal de Rondônia – CEP/UNIR, situado no Campus José Ribeiro Filho - BR 364, Km 9,5, sentido Acre, Bloco de departamentos, sala 216-2C, Zona Rural.

**4. Riscos:** A participação de sujeitos ou entrevistados(as) nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados pelo(a) pesquisador(a) obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016 - Conselho Nacional de Saúde CONSEP. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade. Toda pesquisa que envolve seres humanos pode oferecer algum tipo de risco, e por tal razão esta investigação pode ser classificada como de “risco mínimo”, pois a probabilidade da ocorrência do dano ou desconforto em desfavor do(a) colaborador(a) pode ser previsto antecipadamente, e quando consumado pode ser equiparado aos mesmos danos vivenciados no cotidiano de qualquer pessoa. No momento da aplicação da técnica de coleta de dados, entrevista semiestruturada por meio de plataformas on-line considera-se possível os seguintes riscos: a) que o(a) colaborador(a) entrevistado(a) esteja sujeito a desconforto, emoção, alteração ou autoestima ao revisitar suas memórias individuais e/ou coletivas vivenciadas no meio rural; e, b) que o(a) colaborador(a) apresente desconforto ou constrangimento face às lembranças relacionadas à sua(s) experiência(s) docente no meio rural. Logo, para evitar ou minimizar os riscos descritos anteriormente, apresentam-se medidas ou providências: a) será assegurado ao(a) colaborador(a), antes, durante e após sua participação, o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre a pesquisa e suas consequências; b) o(a) colaborador(a) é livre para recusar a participar das entrevistas da pesquisa e sua decisão não lhe acarretará em nenhum prejuízo ou dano, entretanto, deverá assinar ou gravar autorização/termo de consentimento com vista a contribuir voluntariamente com a pesquisa; c) a qualquer momento o(a) colaborador(a) poderá desistir de participar e retirar seu consentimento e sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o(a) pesquisador(a) ou com a instituição; e, d) os dados confidenciais que por ventura sejam fornecidos serão garantidos total privacidade a fim de resguardar o(a) colaborador(a). Todas as informações coletadas nesta pesquisa são estritamente confidenciais, somente o pesquisador(a)/orientador(a) e o pesquisador(a)/orientando(a) terão acesso aos dados; resguardando a inviolabilidade e a integridade dos documentos apresentados.

**5. Benefícios:** Ao participar desta pesquisa, o(a) Sr.(Sr.<sup>a</sup>) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo possa contribuir para compreender as linguagens que se constituem as narrativas históricas. Ampliando as discussões presente na construção de novos conhecimentos sobre o passado.

**6. Confidencialidade:** Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o(a) pesquisador(a)/orientando(a) e a(o) pesquisador(a)/orientador(a) terão acesso aos dados.

**7. Pagamento:** O(a) Sr.(Sr.<sup>a</sup>) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação na mesma.

**8. Utilização de uso de imagem/fotografia, vídeo e/ou depoimento:** Depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de imagem, vídeo e/ou depoimento, por meio do presente termo, autorizo o registro e uso de imagem/fotografia, vídeo e/ou depoimento que se façam necessários sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. A utilização de imagens/fotos, vídeos e/ou depoimentos será para fins científicos. Ao final desta pesquisa, será produzida uma Dissertação de Mestrado, artigos científicos sobre as contribuições e apontamentos percebidos a partir da investigação realizada. Comprometemo-nos a manter uma parceria de diálogos com o(a) Sr.(Sr.<sup>a</sup>) e com a(s) escola(s), divulgando os resultados desta pesquisa, bem como contribuindo em parcerias e/ou projetos futuros.

**9. Via do documento para o(s) participante(s):** Fica assegurado que ao concordar, você receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, onde consta o número do

telefone, e-mail e endereço do(a) pesquisador(a), e que poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e/ou sua participação, agora ou em qualquer momento.

Após esses esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre e esclarecida para participar desta pesquisa. Para tal, pedimos que, por favor, sejam preenchidos os itens que se seguem.

### **Consentimento Livre e Esclarecido**

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar e autorizar a realização da supracitada pesquisa.

Porto Velho, 29 de abril de 2023.

---

Assinatura do/a participante da  
pesquisa

---

Pesquisador(a) do Programa de Pós-  
Graduação

Tel.



**APENDICE C -ROTEIRO DE ENTREVISTA**

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS**



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO  
SENSU EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO ACADÊMICO – PPGE/MEDUC/UNIR**

**ROTEIRO DA ENTREVISTA**

Esta entrevista é parte da pesquisa que tema: “Práticas educativas ambientais em escolas municipais de Porto Velho-RO”, da Mestranda Marta dos Anjos Queiróz Quaresma, que tem como orientador o professor Dr. Clarides Henrich de Barba.

Agradeço a cada participante da pesquisa que contribuiu de maneira voluntária, destaco que sua participação é de suma importância para o alcance dos objetivos da pesquisa, esclareço ainda que a identificação do entrevistado estará sob sigilo.

Antes da realização da entrevista será feita a explanação sobre a pesquisa elencando alguns pontos como: os objetivos e o problema de pesquisa.

**1 Dados de Identificação:****1.1 Eixo de identificação:**

- Sexo:
- Idade;
- Profissão:
- Local onde trabalha?
- Há quanto tempo exerce à docência nessa escola?

**1.2 Eixo de formação:**

- Qual a sua formação profissional?
- Quando e onde fez curso de formação?  
Durante a formação profissional graduação e /ou especialização foi oferecido conteúdos relacionados a Educação Ambiental? Quais?

**2 Questões relacionadas a Educação ambiental e as Práticas Educativas**

- 1.O que você entende por Educação Ambiental? Qual a importância?

2. Sobre a Lei 9.795 de 1999 que trata da Política Nacional de Educação Ambiental, você sabe informar a existência de documentos na Escola que direcionam a efetivação da Educação Ambiental no espaço escolar? Quais?
3. Quais as possibilidades e dificuldades que você vê na relação entre a teoria e a prática da Educação Ambiental ?
4. Você tem conhecimento se a Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho contempla em suas diretrizes a Educação Ambiental?
5. Você sabe informar se no PPP (Projeto Político Pedagógico da Escola a Educação Ambiental está inclusa? Sabe informar sobre a existência de práticas educativas de Educação Ambiental na Escola? Quais?
6. Na Escola em que você trabalha, como a Educação Ambiental é integrada ao Currículo Escolar e aos Projetos Políticos Pedagógicos?
7. Quais são as maiores dificuldades a respeito do desenvolvimento da Educação Ambiental na sua Escola?
8. Em seu plano de curso é contemplado a Educação Ambiental? Quais os objetivos que pretende atingir?
9. Você tem dificuldade em planejar práticas educativas voltadas à Educação Ambiental? Quais?
10. Como você vem trabalhando a Educação Ambiental em sua prática?

**ANEXOS**



## ANEXO A – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA DE PESQUISA

### UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR

#### **PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

#### **DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** PRÁTICAS EDUCATIVAS AMBIENTAIS EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE PORTO VELHO – RO.

**Pesquisador:** MARTA DOS ANJOS QUEIROZ QUARESMA

#### **Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 68309623.9.0000.5300

**Instituição Proponente:** Universidade Federal de Rondônia – UNIR

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### **DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 6.278.693

#### **Apresentação do Projeto:**

Trata-se da segunda versão do projeto de pesquisa apresentado por MARTA DOS ANJOS QUEIRÓZ QUARESMA, referente à pesquisa realizada no Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Federal de Rondônia – PPGE/UNIR, orientada pelo Prof. Dr. Clarides Henrich de Barba. O estudo será realizado em duas Escolas Municipais de Porto Velho, a saber: E.M.E.I.E.F Cor de Jambo e E.M.E.I.E.F Flor de Laranjeira. Serão realizadas entrevistas com os professores das escolas pesquisadas.

O(A) pesquisador(a) apresenta o desenho do estudo: “Esta pesquisa envolve as problemáticas ambientais que atingem a cidade de Porto Velho, tendo em vista a necessidade de compreender como ocorre a materialização do saber ambiental tendo como ponto de partida o ambiente escolar. A problemática de pesquisa está

relacionada ao questionamento de “Como a Educação Ambiental está sendo desenvolvida pelos professores nas Escolas Municipais de Porto Velho, mediante a Lei 9.795 de 1999 da Política Nacional de Educação Ambiental?” Os objetivos estão evidenciados na perspectiva de analisar como os professores das Escolas Municipais de Porto Velho, desenvolvem a Educação Ambiental no ambiente escolar, buscando verificar em que medida a Lei 9.795 de 1999 está sendo aplicada partindo de uma análise crítico-reflexiva.

A pesquisa teve como direcionamento os referencial teórico, as literaturas e documentos relacionado a Educação Ambiental: Barba (2015; 2016), Becker (2001), Brasil (1999), Carvalho(2001; 2004), Correa, Hages (2011), Gadotti (2008), Guimarães (2007), Jacobi (2003), Sorrentino; Trajber (2005), Layrargues (2022), Loureiro( 2007), Oliveira (2020), Ruscheinsky (2003; 2004), Saúve (2005), Silva (2017), Sorretino (2005) e Tozzoni-Reis (2004).

Inicialmente será realizada uma pesquisa bibliográfica, por meio da revisão de literatura, sendo de abordagem qualitativa e investigativa. A base da pesquisa dar-se-á através de análise de documentos, levantamento bibliográfico e entrevistas com os professores, após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Será apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por meio de apresentação de formulário impresso, antes da realização das entrevistas. Para isto, pretende-se investigar junto a Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho (SEMED), a existência de possíveis documentos sobre aplicação da Política Nacional de Educação Ambiental .A investigação, se dará em Escolas da Rede Municipal de Porto Velho, a saber: E.M.E.I.E.F Flor de Laranjeira; E.M.E.I.E.F Cor de Jambo e Órgão Municipal de Educação (SEMED). A metodologia da pesquisa será de cunho investigativo e descritivo. Para se obter um quantitativo expressivo, para coletar dados serão realizadas entrevistas semiestruturadas com os professores, os dados levantados serão examinados pela análise de conteúdo, serão registrados por meio de tabulação de cunho descritivo e investigativo. Os objetivos propostos para a pesquisa tem a intenção de: a) verificar junto as escolas e a Secretaria de Educação (SEMED) a existência de possíveis documentos que trate sobre a aplicação da Política Nacional de Educação nas escolas municipais de Porto Velho; b) verificar como a Educação Ambiental está contemplada no Projeto Político Pedagógico das unidades de ensino; c) investigar como os professores desenvolvem a educação

ambiental nas escolas municipais de Porto Velho; d) Estimular o desenvolvimento de práticas educativas em Educação Ambiental nas Escolas Municipais de Porto Velho: Flor de Laranjeira e Cor de Jambo. Os colaboradores da pesquisa serão doze professores do 4º e 5º ano do ensino fundamental e serão apresentados os objetivos, riscos e benefícios da pesquisa. A primeira ação será a apresentação do projeto de pesquisa aos gestores, coordenadores e professores, após será feita a análise de documentos institucionais e curriculares, em seguida será realizado o levantamento das informações através de entrevistas com perguntas direcionadas em eixos como: identificação, formação, práticas pedagógicas e políticas públicas educacionais, possibilitando obter dados que permita verificar o nível de conhecimento dos envolvidos na pesquisa a respeito do desenvolvimento da EA nas Escolas Municipais de Porto Velho. As ações serão presenciais na escola por meio de um planejamento e registrados através de fotografias e diário de campo. Após a coleta das informações busca-se com os resultados verificar o saber ambiental na escola como um espaço de debate da Educação Ambiental crítica e dinâmica.”

(As informações elencadas aqui foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa e/ou do Projeto Detalhado).

### **Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Analisar como os professores das Escolas Municipais de Porto Velho, desenvolvem a Educação Ambiental no contexto escolar, buscando verificar em que medida a Lei 9.795 de 1999 está sendo aplicada partindo de uma análise crítico- reflexiva.

Objetivos Secundários:

- Verificar junto a Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho (SEMED), a existência de possíveis documentos sobre aplicação da Política Nacional de Educação Ambiental nas Escolas;
- Analisar o Projeto Político Pedagógico das unidades escolares, a respeito da Educação Ambiental nas Escolas Municipais de Porto Velho;
- Investigar como os professores desenvolvem o saber ambiental sustentável, partindo de formação crítico- reflexivo.

### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

A) Os riscos de execução do projeto estão claros e bem avaliados pelo pesquisador(a), sendo assim apresentados:

(X) Risco Mínimo ( ) Risco Baixo ( ) Risco Moderado ( ) Risco Elevado.

Com base nos riscos da pesquisa mediante as resoluções do Conselho Nacional de Saúde – CNS 510/2016, que destaca os riscos de origem: “física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural do ser humano, portanto em qualquer etapa da pesquisa e da resolução CNS 466/2012, que assegura aos participantes direitos e deveres, levando em conta o respeito pela dignidade humana e ponderação entre riscos e benefícios. Para minimizar estes riscos (I) os envolvidos na pesquisa tem a liberdade de responder as experiências que lhe for relevante; (II) o pesquisador tentará apresentar um ambiente que seja acolhedor e aconchegante ao participante e caso qualquer alteração emocional for percebida, será perguntado ao o/a participante da pesquisa se deseja continuar em outro momento; (III) será esclarecido aos participantes que os dados coletado serão utilizados apenas para fins científicos, assegurando a privacidade dos participantes onde envolve a proteção de imagem, e o não uso das informações que porventura possa trazer danos aos participantes ou a comunidade; (IV) Todos participantes da pesquisa serão orientados com relação a liberdade em pode interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento, apenas verbalizar o desejo quanto ao cancelamento de sua participação; (V) os envolvidos na pesquisa serão orientados sobre do tempo aproximado da entrevista, objetivando contribuir para o bem estar dos participantes.

B) os benefícios oriundos da execução do projeto justificam os riscos corridos, sendo assim apresentados: Partindo do que assegura as resoluções 510/2016 e 466/2012,a referida pesquisa possibilita, diretores, supervisores e professores, serão beneficiados pela oportunidade de reflexão sobre suas práticas e o conhecimentos à cerca da Educação Ambiental, trazendo ainda uma análise a respeito do valor da Educação Ambiental no que se refere a transformação social .Esta pesquisa não proporcionará nenhum tipo de benefício econômico aos participantes, conforme consta no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

(As informações elencadas aqui foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa do Projeto Detalhado).

### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Estruturação do projeto em relação aos aspectos éticos:

(x) Permite análise adequada das questões éticas

Outras observações – (As informações elencadas aqui foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa e/ou do Projeto Detalhado):

CRONOGRAMA: Coleta de dados prevista para setembro de 2023. ORÇAMENTO: 3.300,00 (financiamento próprio).

TAMANHO DA AMOSTRA: 12 pessoas.

O(A) pesquisador(a) atendeu adequadamente as pendências indicadas em parecer anterior.

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

- a) Folha de rosto – Presente e adequado.
- b) Projeto de pesquisa completo e detalhado – Presente e adequado.
- c) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Presente e adequado.
- d) Termo de Anuência Institucional (TAI) – Presente e adequado (Assinado pela SEMED).
- e) Declaração de compromisso do pesquisador(a) – Presente e adequado.
- f) Termo de aceite do orientador – Presente e adequado.

#### **Recomendações:**

Nota educativa:

No quadro de Orçamento, na Plataforma Brasil, devem ser detalhados todos os itens de gastos.

#### **Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não foram observados óbices éticos.

#### **Considerações Finais a critério do CEP:**

OBSERVAÇÃO: Todos os projetos submetidos ao CEP/NUSAU/UNIR são avaliados com base na Resolução 466/12, Resolução 510/16 (quando pertinente) e nas Normas Operacionais emanadas da CONEP.

PROTOCOLO APROVADO

1. De acordo com o item X.1.3.b, da Resolução CNS n. 466/12, o pesquisador deverá apresentar relatórios semestrais – a contar da data de aprovação do



protocolo – que permitam ao CEP acompanhar o desenvolvimento do projeto. Esses relatórios devem conter as informações detalhadas – naqueles itens aplicáveis – nos moldes do relatório final contido no Ofício Circular n. 062/2011: [conselho.saude.gov.br/web\\_comissoes/conep/index.htm](http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/index.htm), bem como deve haver menção ao período a que se referem. Para cada relatório, deve haver uma notificação separada. As informações contidas no relatório devem ater-se ao período correspondente e não a todo o período da pesquisa até aquele momento. Acessar no site do CEP/UNIR o modelo recomendado: <http://www.cep.unir.br/>

2. Eventuais emendas (modificações) ao protocolo devem ser apresentadas de forma clara e sucinta, identificando-se, por cor, negrito ou sublinhado, a parte do documento a ser modificada, isto é, além de apresentar o resumo das alterações, juntamente com a justificativa, é necessário destacá-las no decorrer do texto (item 2.2.H.1, da Norma Operacional CNS nº 001 de 2013).

3. Esta pesquisa não poderá ser descontinuada pelo pesquisador responsável, sem justificativa previamente aceita pelo CEP, sob pena de ser considerada antiética, conforme estabelece a Resolução CNS Nº466/2012, X.3- 4

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_2107487.pdf	18/07/2023 22:27:32		Aceito
Outros	Entrevista_respost.pdf	18/07/2023 20:55:15	MARTA DOS ANJOS QUEIROZ QUARESMA	Aceito
Outros	projeto_atualizado.docx	18/07/2023 20:52:36	MARTA DOS ANJOS QUEIROZ QUARESMA	Aceito
Outros	Carta_resposta.docx	18/07/2023 20:42:18	MARTA DOS ANJOS QUEIROZ QUARESMA	Aceito
Outros	Cronograma_atualizado.docx	18/07/2023 20:28:37	MARTA DOS ANJOS QUEIROZ QUARESMA	Aceito
Outros	Carta_resposta_atualizada.docx	12/06/2023	MARTA DOS ANJOS	Aceito

		19:53:02	QUEIROZ QUARESMA	
Outros	Entrevista_respo sta.pdf	07/06/2023 17:48:15	MARTA DOS ANJOS QUEIROZ QUARESMA	Aceito
Outros	CRONOGRAMA _MODIFICADO. pdf	07/06/2023 17:45:52	MARTA DOS ANJOS QUEIROZ QUARESMA	Aceito
Outros	PROJETO_modi ficado.docx	07/06/2023 17:43:39	MARTA DOS ANJOS QUEIROZ QUARESMA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Consenti mento_Maiores_ .pdf	23/03/2023 10:35:12	MARTA DOS ANJOS QUEIROZ QUARESMA	Aceito
Outros	Termo_de_Com promisso_de_uti lizacao _de_dados.pdf	23/03/2023 10:29:48	MARTA DOS ANJOS QUEIROZ QUARESMA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_com promisso_sigilo_ confide ncialidade.pdf	23/03/2023 10:21:10	MARTA DOS ANJOS QUEIROZ QUARESMA	Aceito
Outros	Termo_Autoriza cao_Instituicao.p df	23/03/2023 10:17:36	MARTA DOS ANJOS QUEIROZ QUARESMA	Aceito
Outros	Carta_de_Anue ncia.pdf	23/03/2023 10:09:52	MARTA DOS ANJOS QUEIROZ QUARESMA	Aceito
Outros	Termo_Aceite Orientacao.pdf	23/03/2023 10:06:16	MARTA DOS ANJOS QUEIROZ	Aceito
Outros	Termo_Aceite Orientacao.pdf	23/03/2023 10:06:16	QUARESMA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pes quisa.docx	23/03/2023 09:55:58	MARTA DOS ANJOS QUEIROZ QUARESM A	Aceito
Orçamento	Doc_orcamento. pdf	23/03/2023 09:53:07	MARTA DOS ANJOS QUEIROZ QUARESM A	Aceito

Cronograma	Doc_cronogram a.pdf	23/03/2023 09:48:44	MARTA DOS ANJOS QUEIROZ QUARESM A	Aceito
Folha de Rosto	Folha_derosto.p df	23/03/2023 09:41:13	MARTA DOS ANJOS QUEIROZ QUARESM A	Aceito

**Situação do Parecer: Aprovado**

**Necessita Apreciação da CONEP: Não**

PORTO VELHO, 02 de Setembro de 2023

Assinado por:

---

**Láisy de Lima  
Nunes  
(Coordenador(a))**

**ANEXO B - CARTA DE ANUÊNCIA****CARTA DE ANUÊNCIA  
PESQUISA DE MESTRADO**

Na qualidade de Secretária de Educação da Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho-RO (SEMED), autorizo a realização da pesquisa intitulada **PRÁTICAS EDUCATIVAS AMBIENTAIS EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE PORTO VELHO-RO: INTERVENÇÕES EDUCATIVAS E SÓCIO-POLÍTICAS** sob a responsabilidade da professora **Marta dos Anjos Queiróz Quaresma** onde tem por objetivo analisar como os professores das Escolas Municipais de Porto Velho desenvolvem a Educação Ambiental no contexto escolar partindo de uma análise crítica e auxiliar no planejamento de atividades que contribuam para a fomentação da educação ambiental junto aos professores e suas respectivas turmas.

DECLARO que a SEMED/Porto Velho apresenta infraestrutura pedagógica necessária à realização da referida pesquisa. Declaro ainda que estou ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa, deste modo concedo a anuência para seu desenvolvimento, desde que me seja assegurado os requisitos abaixo:

- O cumprimento das determinações éticas da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e a resolução nº 510 de 07 de abril de 2016 que tratam sobre a pesquisa na área de ciências humanas.
- A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa.
- Estou ciente de que não haverá nenhuma despesa para esta SEMED/PVH que seja decorrente da participação dessa pesquisa.

Declaro estar ciente que tenho a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma, em caso do não cumprimento dos termos éticos da pesquisa. Informo também que esta carta de anuência para iniciar a pesquisa será válida apenas quando houver parecer favorável de aprovação da pesquisa pelo do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Rondônia.

Gláucia Lopes Negreiros  
Secretária Municipal de Educação  
**Gláucia Negreiros**

**SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**

Porto Velho – RO, 09 de março de 2023.

**ANEXO C**  
**TERMO DE CONCORDÂNCIA DE IMAGEM 1**

Porto Velho, 22 de fevereiro de 2024.

Ao  
Sr. IREMAR DOS ANJOS QUEIRÓZ.

Nesta

Eu Marta dos Anjos Queiróz Quaresma dirijo-me à Vossa Senhoria para solicitar AUTORIZAÇÃO para utilizar vossa imagem em minha pesquisa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Rondônia, sob o título, **PRÁTICAS EDUCATIVAS AMBIENTAIS EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE PORTO VELHO-RO**, que tem por orientador: Prof. Dr. Clarides Henrich de Barba.

Sendo nada a declarar para o momento, aguardo vossa autorização e me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos.

**Nome da pesquisadora:**

**Profa. Marta, dos Anjos Queiróz Quaresma – Telefone:69 99395-7567**  
Mestranda do Programa de Pós-Graduação - Mestrado Acadêmico da Universidade Federal de Rondônia (PPGE)

IREMAR dos anjos queiróz

Iremar dos Anjos Queiróz.

**ANEXO D**  
**TERMO DE CONCORDÂNCIA DE IMAGEM 2**

Porto Velho, 22 de fevereiro de 2024.

Ao  
Sr. Raimundo Chaves Queiróz.

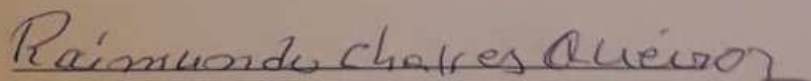
Nesta

Eu Marta dos Anjos Queiróz Quaresma dirijo-me à Vossa Senhoria para solicitar AUTORIZAÇÃO para utilizar vossas imagem em minha pesquisa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Rondônia, sob o título, **PRÁTICAS EDUCATIVAS AMBIENTAIS EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE PORTO VELHO-RO**, que tem por orientador: Prof. Dr. Clarides Henrich de Barba.

Sendo nada a declarar para o momento, aguardo vossa autorização e me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos.

**Nome da pesquisadora:**

**Profa. Marta, dos Anjos Queiróz Quaresma – Telefone:69 99395-7567**  
Mestranda do Programa de Pós-Graduação - Mestrado Acadêmico da Universidade Federal de Rondônia (PPGE)



Raimundo Chaves Queiróz